



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E
CULTURA – PSICC-UNB**

GESTALT-TERAPIA E SUSTENTABILIDADE:

Uma abordagem pluricêntrica do meio ambiente

BRÍGIDA VANESSA DANTAS SOARES

Brasília - DF

2015

BRÍGIDA VANESSA DANTAS SOARES

GESTALT-TERAPIA E SUSTENTABILIDADE:

Uma abordagem pluricêntrica do meio ambiente

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia clínica do Instituto de psicologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientador: Prof. JORGE PONCIANO RIBEIRO, PhD

Brasília - DF

2015

GESTALT-TERAPIA E SUSTENTABILIDADE:

Uma abordagem pluricêntrica do meio ambiente

BRÍGIDA VANESSA DANTAS SOARES

Trabalho realizado no Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Dissertação aprovada por:

Prof. Dr. Jorge Ponciano Ribeiro
(Presidente)

Profa. Dra. Doris Aleida Villamizar Sayago
(Membro CDS-UnB)

Prof. Dr. Marco Aurélio Bilibio de Carvalho
(Membro Externo)

Profa. Dra. Marcelo da Silva Araújo Tavares
(Membro PsiCC-UnB - Suplente)

Brasília, 07 de Dezembro de 2015.

*A Cândia e Antônio,
Com amor, gratidão e devoção.*

AGRADECIMENTOS

Ao acaso, força criadora do Universo, que sempre me entrega poesia quando preciso dela. A ele que me ensina na carne o poder transformador e de crescimento que emana do encontro com a diferença.

Aos meus pais, Cândida e Antônio, todo agradecimento é insuficiente. Pelo apoio incondicional, pelo suporte de todas as formas possíveis, pelo amor, pelo forte senso de pertença e origem, pelos almoços veganos de domingo, pelos passeios cheios de emoção por solos paraibanos, pela intenção sempre positiva impressa em cada ato e por acreditarem na escolha que faço diariamente pela Gestalt-Terapia e pelo conhecimento, gratidão eterna.

Aos meus irmãos, Leandro e Bruno, que, na relação, me ensinaram sobre coexistência das diferenças!

Aos meus irmãos de laços fraternos, Diego, Manu, Iana, Priscila, Ju Holanda, Taíssa, Thatinha, Leandra, Thays e Polly, que são meu lar de amor, cuidado e risadas absurdas. Gratidão especial ao Diego, pela ajuda, apoio e amor!

À minha tia Terê, que cuida de mim como uma filha e não mede esforços para me apoiar com excelência e bom grado.

Ao Bruce, pela demonstração de um cuidado que eu jamais poderia esperar como dádiva da vida. O valor de sua presença em algumas etapas desse processo é indemonstrável por palavra.

Ao meu mestre e orientador, professor Jorge Ponciano Ribeiro, que somente com sua presença acalentadora desmantelava minhas angústias. Por entender meu ritmo de produção e me deixar livre.

Aos meus mestres da Gestalt-Terapia, especialmente à Adriana Fittipaldi, professora, cuidadora, terapeuta e madrinha gestáltica que eu mesma escolhi! À Joanneliese Freitas, primeira influenciadora sobre minha escolha pela Gestalt-Terapia. À Miriam Philippi, por favorecer trocas de conhecimento tão livres e excitantes. À Sheila Antony, pelos maiores sacolejos terapêuticos cheios de amor e cuidado que já vivi.

Aos meus queridos professores da UNIP-Brasília, Maria do Rosário, Túlio Mauro, Simone Garcia e Aldry Sandro. Gratidão pelas vivências de crescimento. Guardo-os em uma memória cheia de carinho.

Aos professores Maurício Neubern e Marco Aurélio Bilibio, fortes movimentadores do meu pensamento.

À querida professora Doris Sayago, que me lançou a desconstruções tão profundas. Ouso dizer que um dos eixos deste trabalho foi em grande parte

fruto dos conhecimentos co-construídos na disciplina Antropologia do Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aos meus queridos aluninhos de Tópicos Especiais em Psicologia da Personalidade da UnB e de Psicologia Fenomenológica da UNIP. Que maravilha ser acolhida e crescer com vocês!

À minha mais nova parceira gestáltica, Marcella Albo, pelas trocas de ideias inusitadas e por acreditar na “Gestalt da galera”. Gratidão demais por todos os *helps* e acolhidas.

Aos amigos do curso de Ciências Biológicas, do qual precisei me afastar em razão do mestrado. Que Biologia maravilhosa eu aprendi e vivi junto com vocês!

Aos amigos da graduação, parceiros de apuros e alegrias na trajetória de se fazer psicólogos. Que saudade eu sinto de vocês, Mércia Chuchu, Vanessa Rio, *Maria* Luana, Simone *playzinha*, Paolin e Cleider.

Aos amigos do Instituto de Gestalt-Terapia de Brasília, Miguel, Midori, Gabi, Thais, Fernanda e Aline. Saudades, vivências terapêuticas na Chapada dos Veadeiros.

À equipe da Clínica Atma, que desenvolve um trabalho que eu acredito com a alma. Ao amigo meio colega de mestrado, meio terapeuta, meio chefe, Pedro Luna, que com maestria tira minhas ideias do conforto. Obrigada, queridos. Vocês me movem!

À querida Giselle Magalhães, pelo encorajamento à ousadia e pelo manejo da técnica psicológica com tanta beleza e perspicácia que me faz admirá-la tanto como sua consulente quanto como colega de profissão. Nossa diferença de escolha entre escolas psicológicas favorece meu crescimento.

A todos que, mesmo que por pouco tempo ou em situações pontuais, me ofereceram um tempo de suas vidas para se ocuparem de minhas preocupações.

Às pessoas que confiam comigo na realização do encontro terapêutico. Gostaria de abraçá-los um a um como expressão da gratidão pelo quanto vocês me fazem crescer, aprender, me moldar e acreditar que o potencial das pessoas supera quaisquer presunções de dominação e enquadramento normativo.

A todos os realizadores das causas ambientalistas, do vegetarianismo/veganismo, de movimentos sociais pela inclusão da diversidade em todas as suas formas de expressão, pela cultura de paz e pela valorização da relação respeitosa no interior do meio ambiente. Vocês mudam o mundo!

*Quem tem olhos pra ver o tempo
Soprando sulcos na pele
Sulcos na pele, sulcos
Quem tem olhos pra ver tempo soprando sulcos na pele
O tempo andou riscando meu rosto
Com uma navalha fina
Sem raiva nem rancor
O tempo riscou meu rosto com calma
Eu parei de lutar contra o tempo
Ando exercendo instante
Eu acho que ganhei presença
Eu acho que a vida anda passando a mão em mim
Eu acho que a vida anda passando a mão em mim
Eu acho que a vida anda passando
Eu acho que a vida anda
Em mim a vida anda
Eu acho que *há* vida em mim
A vida em mim anda passando
Acho que a vida tá passando a mão em mim
E por falar em sexo, quem anda me comendo é o tempo
Se bem que faz tempo
Mas eu escondia
Porque ele me pegava à força
E por trás
Um dia resolvi encará-lo de frente e disse
Tempo, se você tem que me comer
Que seja com meu consentimento
E me olhando nos olhos
Eu acho que eu ganhei o tempo
De lá pra cá ele tem sido bom comigo
Dizem que ando até remoçando*

Viviane Mosé

RESUMO

Este trabalho se ocupou de uma dupla missão que se interpenetra: investigar a problemática ambiental tendo como eixo a institucionalização do desenvolvimento sustentável e refletir sobre a tarefa da pessoa como unidade de transformação social. Desde os movimentos ambientalistas da década de 1960 o tema do meio ambiente ganhou amplo vulto social e atenção da política internacional, conduzindo à realização de grandes conferências globais para pensá-lo. As discussões levantadas nesses eventos conformaram um campo conflitivo que polarizou as prioridades das nações entre preocupações com o meio ambiente e aspectos sociais. Essa foi a tônica de proposição do desenvolvimento sustentável como conceito político. Pouco sistematizado desde sua apresentação no âmbito das Nações Unidas, ele se abre a apropriações de diversas orientações político-ideológicas, o que delinea a importância da reflexão crítica de seus usos conjunturais em termos de quais desenvolvimentos e quais sustentabilidades se aglutinam para defini-lo. Realizamos uma exposição crítica de correntes do desenvolvimento e da sustentabilidade com o objetivo de problematizar a normatização a partir de macronarrativas globalizantes. Acreditamos que tais narrativas forcem homogeneizações de pessoas e nações e subalterniza saberes. Assim, propomos uma reflexão sobre o papel da singularidade como saída criativa em direção à mudança social. Utilizamos como aporte o aparato teórico da abordagem gestáltica que se opõe às estratégias fundadas em dicotomizações para investigar e intervir na realidade. Partindo da ideia de pessoa como um campo organismo/ambiente, refletimos acerca de sua afetação sobre a realidade em cada ato comum do cotidiano, especialmente os irrefletidos e considerados normais. Expusemos o papel fundante da apropriação dos conflitos no campo da psicoterapia e na experiência pessoal como possibilidade criativa de ampliação da *awareness* do excitação para a realização de contatos integrados, reconhecidamente autorais e inovadores, contra a letargia e mera submissão à dominação silenciosa operada pelos registros simbólicos compartilhados. A abordagem gestáltica se apresenta como uma clínica da emancipação pelo ajustamento criativo responsável e ancorado na continuidade da *awareness*. Por fim, concluímos que é impossível pensar o meio ambiente fora da vida pública e dos dispositivos que ela produz. Assim, todo esforço de normatividade política sobre o meio ambiente e sobre o desenvolvimento precisa ser ancorado nos locais em que será praticada. Enquanto mais um dispositivo social, a psicoterapia, na realização do encontro, atua junto com a pessoa na presença em favor da ampliação de consciência sobre sua realidade social como decorrência de contatos integradores e da concreção da energia criadora e transformadora da agressão, compreendida aqui como operação de potência de transfiguração e não como violência.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Gestalt-Terapia; meio ambiente; sustentabilidade.

ABSTRACT

This work engaged in a dual mission that hangs together: to investigate the environmental problems having as axis the institutionalization of sustainable development and to reflect about the task of person as the unit of social transformation. Since the environmental movements of the 1960s the environment theme won broad social figure and attention of international politics, leading to the achievements of great global conferences for think about it. The discussions raised at these events built a conflictive field that has polarized the priorities of nations between environment and social aspects. This was the feature of sustainable development proposition as a political concept. Little systematized since its presentation at the United Nations, it opens itself to the appropriations of several political and ideological orientations, which outlines the importance of critical reflection of its conjectural uses in terms of which developments and which sustainabilities coalesce to define it. We conducted a critical exposition of the lines of development and sustainability with the goal of problematize the regulation from the macro-narratives globalizing. We believe that such narratives force homogenization of people and nations and subordinate the knowledge. Therefore, we propose a reflection on the role of uniqueness as a creative outlet towards social change. We use as input the theoretical apparatus of gestalt approach that is opposed to strategies based on dichotomizations to investigate and intervene in reality. Starting from the person's idea as an organism/environment field, we reflect about their affectation of reality in every ordinary act of everyday life, especially the thoughtless and considered normal. We exposed the foundational role of appropriation of conflicts in the field of psychotherapy and personal experience as a creative possibility to expand the awareness excitement for the realization of integrated contacts, admittedly copyright and innovators, against lethargy and mere submission to the silent domination operated by symbolic records shared. The gestalt approach is presented as a clinic of emancipation by the responsible creative adjustment and anchored in the continuity of awareness. Finally, we conclude that it is impossible to think the environment out of public life and the devices it produces. Thus, every effort policy normativeness about the environment and the development has to be anchored in the places that will be practiced. While one more social device, the psychotherapy, in the holding of the meeting, acting together with the person in the presence in favor of expanding consciousness of their social reality as a result of integrators contacts and the concretion of the creative energy and transforming the aggression, understood here as the potential operation of transfiguration rather than violence.

Keywords: Sustainable development; Gestalt therapy; environment; sustainability.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
EPÍGRAFE.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
INTRODUÇÃO.....	9

PARTE I – O MUNDO

CAPÍTULO I - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL.....	15
------------------	----

1. Breves considerações sobre a questão do conhecimento.....	15
2. Recorte conjuntural.....	19
3. Crise na retórica internacional sobre o meio ambiente: A elaboração do desenvolvimento sustentável.....	22
3.1. Cenário de produção do desenvolvimento sustentável: De Estocolmo à Rio+20.....	24
3.1.1. A Conferência de Estocolmo.....	26
3.1.2. Recessão econômica da década de 1970: a nova ordem da acumulação flexível.....	28
3.1.3. Expressões da degradação ambiental: Alguns exemplos históricos.....	29
3.1.4. A institucionalização.....	32
3.1.5. Retórica X Prática: Rio-92 a Rio+20.....	32

CAPÍTULO 02 – DESENVOLVIMENTOS.....	37
-------------------------------------	----

1. O problema do desenvolvimento.....	37
---------------------------------------	----

2. Desenvolvimento como crescimento econômico e desenvolvimento como ilusão.....	40
2.1. Crítica: A tese do crescimento econômico é uma teoria sobre a pessoa.....	46
3. Amartya Sen e o “desenvolvimento como liberdade”.....	52
3.1. Crítica ao desenvolvimento como liberdade.....	59
CAPÍTULO 3 – SUSTENTABILIDADES.....	69
1. O problema ecológico.....	70
2. Projetos de sustentabilidade no âmbito da Economia.....	74
3. Outras áreas do conhecimento.....	82
4. Sustentabilidade plural.....	85
 PARTE II - AS PESSOAS	
CAPÍTULO 4 - GESTALT-TERAPIA COMO PROPOSTA.....	90
1. Contextualização da passagem textual.....	90
2. Gestalt-Terapia: Da gestação ao interesse pelo meio ambiente	97
3. Noções operacionais.....	104
4. Gestalt-Terapia: Proposta de clínica do acolhimento e integração.....	114
4.1. A divisão neurótica.....	120
CAPÍTULO 05 - ABORDAGEM GESTÁLTICA COMO CLÍNICA EMANCIPADORA.....	124
1. Defesa da desordem: conflito e agressão.....	124
2. A natureza na vida e o diálogo dos muitos.....	130
3. Considerações finais.....	138
REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

Eu estava em casa à noite iniciando a leitura de um livro de José Eli da Veiga e Lia Zatz (2008) quando meu colega de quarto bateu na porta anunciando uma visita. Era minha mãe. Fiquei feliz pela visita, pois não a via há quase duas semanas, o que não costuma acontecer. Interrompi a leitura e saímos para jantar perto de minha casa mesmo. Lembro-me de estar ouvindo os músicos tocando “Isn’t she lovely”, e, enquanto isso, ela começou a me contar fatos de quando era criança. Nascida no sertão da Paraíba, na antiga Antenor Navarro, próxima a Cajazeiras, morou em um sítio até a adolescência, quando se mudou para Brasília.

Dos episódios que ouvi naquela noite sobre a vida paraibana dela, dois me chamaram a atenção: ela me disse que perdeu as contas de quantas vezes comeu farinha misturada a óleo antes de dormir. A isso fiz a ingênua pergunta “que gosto tinha?”, e escutei “gosto nenhum, eu comia apenas para encher a barriga”. Senti um aperto no peito. Ela prosseguiu e me veio a segunda cena, que me deixou ainda mais consternada. “A gente plantava, mas ficava muito tempo sem chover. A falta d’água era tanta que andávamos quilômetros em um jumento para buscar em uma lata. Era um açude velho, uma pocinha de água suja onde o gado bebia e fazia tudo ali, inclusive xixi”, me contou. “Vocês ferviam a água?”, perguntei. “Ferver? Nada, minha filha. Só pode ser por isso que vivíamos com problemas de saúde”.

Chegando em casa, resolvi seguir com a leitura das ainda primeiras páginas do livro. Menos de cinco minutos e leio o seguinte:

Para quem tem água encanada em casa, e nunca se viu em apuros para saciar a sede, cozinhar e se lavar, pode ser difícil imaginar que, hoje, cerca de um bilhão de habitantes do planeta não têm acesso à água potável. A grande maioria, claro, vive nos países pobres, onde muitas vezes é preciso caminhar mais de quatro horas para conseguir uma lata de água suja. (Veiga & Zatz, 2008, pp. 6-7)

Minha mãe, junto com seus 12 irmãos, já compôs essa estatística. Ainda assim, eu, que sempre tive água encanada e alimentos embalados industrialmente, me sinto vivendo uma existência muito, muito distante de compreender o sabor de farinha com óleo acompanhada de água suja. Minha simultânea proximidade e distanciamento com relação à vivência que ouvi de minha mãe naquela noite me afetaram pela profundidade de sentido contida nas marginalizadas histórias de vida de meus irmãos humanos, irmãos demais animais e irmãs plantas (e toda forma de vida). Mesmo que de maneira difusa e ainda imersa em muitas visões equivocadas, acho que eu jamais havia sentido com tanta força a necessidade de pensar o meio ambiente como tarefa inseparável das dinâmicas de privação e poder operadas na sociedade.

Quando usei há pouco a palavra “irmãos” o fiz, por um lado, por escolha pessoal, pois a contemporaneidade que compartilhamos e que nos une me faz assim considerar-nos e, por outro, pela poesia (não necessariamente romântica) darwiniana que nos lembram de que o passado de toda vida é consagrado a um mesmo ancestral. As mesmas adeninas, guaninas, citosinas e timinas que compõem as moléculas de meu DNA compõem também o de um ipê, de um lobo-guará ou de uma bactéria qualquer. Poesia da ciência.

Este trabalho é organizado em duas partes estruturadas em cinco capítulos. A parte I se dedica a discutir o meio ambiente em nível global, tomando a noção de desenvolvimento sustentável como eixo de análise. A parte II se dedica a explorar o modo como a singularidade das pessoas se entretece às dinâmicas sociais que afetam o meio ambiente, e, por fim, propõe a Gestalt-Terapia como instrumento de emancipação social transformadora.

O primeiro capítulo explora o processo de institucionalização do desenvolvimento sustentável, propondo como recorte temporal a explosão dos movimentos ambientalistas desde a década de 60. Analisamos a conformação da retórica sobre o meio ambiente na política internacional operada nas realizações das grandes conferências mundiais sobre meio ambiente.

No capítulo dois, realizamos uma exposição de diferentes propostas do desenvolvimento. Defendemos que tais propostas guardam em si visões de mundo que se pretendem ser universalizantes. Assim, realizamos uma crítica a tal pretensão, propondo como alternativa uma abordagem pluritópica do saber (Mignolo, 2003).

O capítulo três é destinado à compreensão da sustentabilidade, predominantemente no campo da Ecologia e da Economia. Para a exposição do aspecto ecológico, nos ancoramos na abordagem ecossistêmica elaborada pelo biólogo Samuel Murgel Branco (1999). Já na Economia, seguimos a explanação feita pelo economista José Eli da Veiga (2010) sobre as principais correntes da sustentabilidade verificadas nesse campo de conhecimento. Refletimos sobre a necessidade de um tratamento descentralizado e pluricêntrico da sustentabilidade.

O capítulo quatro introduz a abordagem gestáltica como possibilidade de aproximação entre as dinâmicas sociais entretidas às relações com o meio ambiente e os modos como as pessoas, em sua singularidade, realizam o contato no campo organismo/ambiente. Procedemos à leitura de algumas noções da teoria gestáltica importantes à compreensão da proposição feita no capítulo cinco.

Por fim, o último capítulo apresenta a abordagem gestáltica como uma clínica da emancipação, pelo acolhimento do conflito como possibilidade do exercício da criatividade frente à força dos condicionamentos simbólicos que contribuem para a letargia social e para fixações nos modos de contatar o ambiente. Não propomos um programa de orientação comportamental pró-meio ambiente ou uma descrição metafísica de processos psicológicos ligados à dinâmica de conservação/destruição dos ecossistemas naturais. Em vez disso, defendemos uma ética do ajustamento criativo fundada na livre realização de contatos amparados pela *awareness* total como instrumento de mudança social e ambiental, já que esses domínios são entrelaçados. Argumentamos em favor do acolhimento da desordem pela aceitação da pluralidade do saber que se reconstrói contato a contato. Ressaltamos também que a emergência da temática do meio ambiente compõe o fundo indiferenciado de onde emergem figuras de interesse, tanto na vida diária quanto como relevância teórica, e a Gestalt-Terapia precisa se apresentar e se apropriar da importância e vulto do tema.

Este trabalho tem, portanto, apelo clínico e social enquanto se esforça por demonstrar o papel político da psicoterapia como dispositivo que pode

sustentar uma atitude descentralizada para decidir sobre os interesses coletivos, enquanto se abre para a livre criação das pessoas no contexto clínico. É fulcral ressaltar que por “política” não nos referimos restritivamente a formações partidárias, mas a *ato político*, que, seguindo o pensamento de Hannah Arendt, se refere tanto ao aspecto criativo, em que uma pessoa começa algo diferente em seu meio, quanto ao aspecto consensualista, como percepção de que o ato do indivíduo não é isolado: ele encontra na coletividade sua complementareidade (Torres, 2007).

Argumentamos em favor de uma abordagem pluralista do meio ambiente, pensado enquanto entretecimento às dinâmicas sociais e singulares. Essa síntese expressa por “meio ambiente” é aberta na presença e precisa então ser pensada nessa perspectiva, amparada tanto pelas peculiaridades do amplo quanto pelas do local e do individual.

PARTE I
O MUNDO

CAPÍTULO I

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1. Breves considerações sobre a questão do conhecimento

Há numerosos caminhos para se discutir temas relacionados ao meio ambiente. Questões referentes à eleição do marco teórico e do método de investigação do problema compõem o espectro de possibilidades. Assim, como podem pretender narrativas que se tratem por universalizáveis, a justificação para tal pluralidade não se encerra nas tentativas de expor lacunas de sistemas explicativos já existentes, como se o mais óbvio fosse partir daquilo que já foi elaborado pelos espaços privilegiados – politicamente – de produção do saber em direção à sua ampliação.

Por exemplo, no contexto da ciência está instalado um profundo conflito relacionado à hipótese do aquecimento global¹, mas, ainda assim, o embate é

¹ De um lado, observa-se que a divulgação em 2007 do quarto relatório do IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), criado pelo UNEP (*United Nations Environment Programme*) e pela WMO (*World Meteorological Organization*) em 1988 com o objetivo de oferecer ao mundo uma perspectiva científica do estado atual do conhecimento sobre as alterações climáticas (IPCC), ampliou-se o alerta oficial para o impacto da ação humana sobre a elevação da temperatura global em razão da emissão de gases como o dióxido de carbono na atmosfera (IPCC, 2007). Na via oposta, cientistas (Tommasino & Foladori, 2001; Romão *et al*, 2011) têm se insurgido contra as perspectivas trágicas do IPCC. Em artigo publicado em 2008, o brasileiro Luiz Carlos Molion critica a hipótese do aquecimento global antropogênico e a metodologia de construção dos cenários de clima traçados pelo IPCC, afirmando que as “equações matemáticas não representam adequadamente os processos físicos que ocorrem na atmosfera, particularmente o ciclo hidrológico” (p. 8). Por fim, o autor propõe a hipótese de resfriamento da Terra para os próximos anos, mas faz uma ressalva sobre a relevância da conservação ambiental, tendo em vista o crescimento populacional e a salvaguarda de condições dignas de sobrevivência às futuras gerações. Um estudo mais recente (Sartori, 2015) novamente critica os modelos de previsões climáticas do IPCC e afirma, por meio de demonstrações físicas e matemáticas, que o dióxido de carbono não tem importância significativa para mudanças de temperatura na Terra. Sartori, no entanto, reconhece que a atividade humana possa causar mudanças climáticas em razão do lançamento de toneladas de água para a atmosfera (pela atividade industrial, por exemplo) que retornam à superfície irregularmente, o que se contrapõe à ideia de que o dióxido de carbono, que corresponde a

regido por referências explicativas comuns entre os opositores, que se apropriam do método científico para criar suas afirmações ou hipóteses. Há uma cosmovisão regente do modo mesmo como a realidade é apreendida e de como ela se manifesta. De maneira idêntica, a forma de se questionar os fenômenos parte de referências dessa cosmovisão.

Mas há que se considerar que existem outras macronarrativas que se ocupam do meio ambiente e têm como aporte modos de produzir conhecimento descompromissados com os sistemas de ideias que prevalecem na ciência ou, ainda, no âmbito da retórica compartilhada nas instituições políticas internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Mais ainda, há referências que, embora tenham nascido de saberes academicamente normatizados, foram relegadas ao ostracismo por manobras que não se justificam “cientificamente”, como ocorreu com Nicholas Georgescu-Roegen, economista defensor da tese do decrescimento (Georgescu-Roegen, 1979; Veiga, 2010). Abre-se um extenso campo reflexivo

0,039% da concentração na atmosfera (Sartori, 2015), possa alterar a dinâmica climática terrestre.

Jankó *et al* (2014), pesquisadores da Hungria, apontam para uma possibilidade ainda mais séria: o uso institucional do saber científico, de maneira que o modo de delineamento e interpretação das fontes utilizadas para a construção do quarto relatório (bem como suas propostas de providências) não refletiriam conclusões realmente sérias, já que, segundo os autores, as fontes consideradas teriam sido somente aquelas que estivessem em conformidade com o discurso já previamente afirmado pela instituição, tornando o documento partidário. Segundo Judith Curry (2014, comunicação pessoal), a mesma argumentação se aplicaria tanto às conclusões do IPCC quanto às do NIPCC (*Nongovernmental International Panel on Climate Change*), que, segundo o *website*⁷ deste último, trata-se de

an international panel of nongovernment scientists and scholars who have come together to understand the causes and consequences of climate change. Because we are not predisposed to believe climate change is caused by human greenhouse gas emissions, we are able to look at evidence the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) ignores. Because we do not work for any governments, we are not biased toward the assumption that greater government activity is necessary.

povoado pelas muitas formas de produção do conhecimento e os modos como são valorizados ou subalternizados.

Morin (2005) inicia seu terceiro método, *O conhecimento do conhecimento*, ponderando sobre o nascimento do interesse humano pelo erro e, assim, pela construção do conhecimento:

Pode-se comer sem conhecer as leis da digestão, respirar sem conhecer as leis da respiração, pensar sem conhecer nem as leis da natureza, nem as do pensamento. Mas enquanto a asfixia e a intoxicação se fazem sentir imediatamente como tais na respiração e na digestão, o erro e a ilusão caracterizam-se por não se manifestar como erro e ilusão (Morin, 2005, p. 15)

Quando o pensamento descobre e se interessa pela ocorrência e pela persistência de fenômenos percebidos, de alguma maneira, como perturbadores, ele se volta para a busca do conhecimento sobre o erro e a ilusão, que, acontecendo, passam a se impor como verdade. Mas essa imposição e o conhecimento que se produz sobre ela não são exatamente a mesma coisa, e essa última não traduz finalmente a revelação da primeira. Isso porque os sistemas de ideias, ou o conhecimento, têm uma autonomia relativa, o que os diferencia da materialidade das *coisas* (independente das funções que lhes sejam atribuídas): ao mesmo tempo em que as ideias têm uma existência real e objetiva, na medida em que se acredita nelas, suas subsistências se limitam à condição de presença de atores que as expressem, as reproduzam e as alterem (Morin, 1996).

O conhecimento se entretetece ao que ele conhece, mas essa condição primeira de possibilidade do conhecer parece ter sido obliterada ao longo da história ocidental moderna na medida em que se buscou tornar puros os resultados produzidos pelo trabalho da razão (Neubern, 2009). As cisões

operadas pela racionalização tiveram – e ainda têm – como um de seus efeitos o abafamento de aspectos que atravessam o campo de seu próprio acontecimento. Por campo, nos referimos ao continente do qual o conhecimento faz parte, que é a própria vida humana e as relações sociais, além de, é claro, todos os elementos não-humanos que compõem a experiência. Dentre as forças interatuantes nesse continente, destacamos as relações de poder que permeiam os contatos humanos, e também aquele exercido sobre e pelo conhecimento, as diversas narrativas e explicações que se compõem historicamente em diferentes culturas, a condição política e a colonialidade do conhecimento (Mignolo, 2003), os desejos, as esperanças, as projeções e tantas outras condições de acontecimento do que Morin chamou de *noosfera* (Morin, 1996).

Assim, para muito além do que pretendeu a universalidade da razão ocidentalocêntrica (Morin, 2005), o conhecimento jamais foi neutro, puro, reflexo da realidade objetiva em forma de símbolos. O conhecimento nasce *de* e se expressa *por atores* do conhecimento, tendo as relações como possibilidade de acontecimento. E, nos meandros da ocorrência dessas relações, outros fenômenos sobre os quais a razão não tem total propriedade, ou não apreende sem incorrer em mutilações, se entrecruzam produzindo novas totalidades ou, nas palavras de Morin (1996), novas emergências.

Mas, afinal, o que significa compreender? O que é o conhecimento? “Captamos ou damos significações, mas qual é o significado da palavra “significação”? Pensamos, mas sabemos pensar o que quer dizer pensar?

Existe impensável no pensamento, um incompreensível na compreensão, um incognoscível no conhecimento?” (Morin, 2005, p. 17).

Neste capítulo, nos interessará, notadamente, realizar uma reflexão sobre os caminhos de convergência que competem para a formatação da retórica reproduzida no âmbito das instituições políticas internacionais atualmente com relação à crise instalada no interior das narrativas produzidas sobre o meio ambiente. Considerar previamente a questão do conhecimento nos servirá, desde já, para propormos um olhar em perspectiva sobre os conhecimentos basais dessa retórica.

2. Recorte conjuntural

A degradação ambiental certamente não é um fenômeno exclusivo de nosso tempo. Ela atravessa a história das relações dos humanos com os elementos não humanos² (Latour, 2004) e data de épocas das mais primitivas sociedades. A passagem das comunidades neolíticas, sob a lógica de caça/coleta, para as sociedades agrícolas, há cerca de dez mil anos (Veiga, 2010), configura um dos momentos que culminou em profundas transformações na lógica de relação humanos/não-humanos (Veiga, 2013). A obtenção de excedentes agrícolas diminuía a urgência pela busca do alimento, trazendo consigo a possibilidade do início da diversificação do trabalho e,

² Consideraremos essa distinção prévia entre “humanos” e “não humanos”, operada por Latour, como trabalho de abstração teórica possível somente *após* a observação de acontecimentos, mas, de maneira alguma, descritora do futuro. Distinções correlatas, mas utilizadas aqui com o mesmo sentido semântico, aparecerão, como humanos/ecossistemas naturais. Esta é uma limitação da linguagem. Mas conforme afirmam Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997), “*a psicologia estuda a operação da fronteira de contato no campo organismo/ambiente*” (p. 43, *itálico dos autores*), e o que percebemos são configurações inteiras, o que, necessariamente, implica em abertura para o movimento, realizada pela temporalidade, quando da tecelagem do olhar sobre qualquer experiência.

portanto, a viabilidade de o humano exercer atividades desligadas do mundo natural, como faziam os escribas, políticos, militares e religiosos da civilização de Harappa, há 2500 anos a.C. (Veiga, 2010). As palavras de McCormick (1992) permitem um breve olhar sobre alguns exemplos desse histórico:

Há cerca de 3.700 anos, as cidades sumérias foram abandonadas quando as terras irrigadas que haviam produzido os primeiros excedentes agrícolas do mundo começaram a tornar-se cada vez mais salinizadas e alagadiças. Há quase 2.400 anos Platão deplorava o desmatamento e a erosão do solo provocada nas colinas da Ática pelo excesso de pastagem e pelo corte de árvores para lenha. Na Roma do século I, Columela e Plínio, o Velho, advertiram que o gerenciamento medíocre dos recursos ameaçava produzir quebras de safras e erosão do solo. Por volta do século VII o complexo sistema de irrigação da Mesopotâmia, construído 400 anos antes, começava a sucumbir sob o peso da má administração. Na mesma época o crescimento populacional plantava as sementes do colapso da civilização maia no século X. A construção de embarcações para a frota do Império Bizantino, Veneza, Gênova e outros estados marítimos italianos reduziu as florestas costeiras do Mediterrâneo. A poluição do ar pela queima de carvão afligia tanto a Inglaterra medieval que em 1661 o memorialista e naturalista John Evelyn deplorava a “Nuvem lúgubre e Infernal” que fez a Cidade de Londres parecer-se com “a Corte de Vulcano ... ou os Subúrbios do Infernos, [ao invés] de uma Assembléia de Criaturas Racionais”. (McCormick, 1992, p.16)

Entre os séculos XVIII e XIX, quando amadurecia na Europa a Revolução Industrial, e posteriormente era feito o casamento entre ciência e tecnologia, o mundo se abria a uma nova explosão de transformações na lógica de sociedade e das relações humanos/não-humanos, retrato de períodos de crescimento extensivo³ e intensivo anteriores (Veiga, 2010), de desdobramentos políticos, sociais e filosóficos que fervilharam naquele continente durante todo o século XVIII.

Assim, já na década de 1860 começavam na Grã-Bretanha os primeiros esforços de grupos organizados com o propósito de se opor à nova lógica predominante de manejo de recursos ambientais. Foi também nesse contexto

³ Expressão que, no contexto de crescimento da economia mundial, refere-se a períodos em que a produção e a população aumentam a taxas muito próximas (Veiga, 2010).

em que foi criada a primeira lei de ampla abrangência contra a poluição do ar (McCormick, 1992): era o início do movimento ambientalista.

Mas foi na década de 1960 que as preocupações com o meio ambiente ganharam um espectro realmente grandioso e globalmente institucional (Machado, 2006; McCormick, 1992). Esses anos foram palco do surgimento e crescimento de movimentos de defesa do meio ambiente ao redor do mundo (mais marcadamente em nações economicamente desenvolvidas do Hemisfério Norte) responsáveis por demarcar contornos de uma verdadeira revolução. Iniciava-se um novo momento histórico sobre os assuntos da Natureza e abria-se um campo de conflitos que culminariam na realização de conferências e acordos internacionais sobre as demandas ambientalistas. Mesmo surgindo de modo heterogêneo, a revolução ambiental provocou uma profunda transformação conceitual e nos valores humanos no século XX em nível global (McCormick, 1992), alterando as agendas políticas das nações e atraindo a atenção da ciência.

A exemplo de como ocorre com outros movimentos reformadores, o ambientalismo produziu e ainda produz uma polissemia de vozes que conformam um amplo campo de disputas sobre os encaminhamentos que devem ser dados aos problemas que ele aponta. Seus esforços não descrevem um movimento unificado. São diversas as definições de natureza ou de ser humano, de modo que as formas de manifestação de demandas, os direcionamentos políticos e as providências desejadas pelos atores dos movimentos acompanham essa diversidade. Mesmo que “ele” tenha tido raízes em lugares e tempos diferentes e, muitas vezes, tenha surgido por motivos

diversos, há em comum um interesse pelos modos de manutenção do meio ambiente *humano* (McCormick, 1992), ainda que sob filosofias e métodos distintos.

3. Crise na retórica internacional sobre o meio ambiente: A elaboração do desenvolvimento sustentável

As pressões produzidas pelos movimentos ambientalistas desde a década de 1960 colocaram a problemática ambiental na pauta de negociações políticas internacionais. Das tentativas de conciliação entre essas pressões e as tantas outras forças políticas interessadas na manutenção da exploração de recursos naturais decorre a elaboração da proposta do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável se constituiu como o “núcleo duro ao redor do qual movimentam-se os esforços de colocar o ambientalismo cada vez mais fortemente dentro do campo maior de lutas econômicas, ideológicas e políticas relativas ao desenvolvimento” (Ribeiro, 2000, p. 152).

Esse é o nó górdio de um dos principais problemas na concepção do desenvolvimento sustentável, que é, precisamente, a associação dos propósitos ambientalistas à noção de *desenvolvimento*. Esse casamento, ao mesmo tempo em que abria espaço institucional para o ambientalismo, também, silenciosamente, o desvirtuava em suas tentativas de, a nível global, se constituir como visão alternativa (Berman, 1987, citado por Ribeiro, 2000). Isso porque o produto final que se dava a partir da adjetivação do

desenvolvimento como “sustentável” passava a ser atravessado pela história polissêmica da própria noção de desenvolvimento, o que permitia “sua apropriação seletiva por segmentos com variadas orientações político-ideológicas” (Ribeiro, 2000, p. 153).

Mas os resultados decorrentes das articulações entre os atores envolvidos nas tensões sobre o meio ambiente não se limitam a uma redução dos propósitos ambientalistas ou a uma sobreposição dos projetos desenvolvimentistas. Certamente, ações têm sido empreendidas em ambas as direções, mas encarar a conjuntura histórica de lutas sobre o meio ambiente tomando as realizações dos grupos ambientalistas sob uma perspectiva derrotista e vitimizada pelo vilão do desenvolvimento contribui para o abafamento de suas influências e alimenta o sentimento de insucesso e desistência. Além disso, é preciso que se considere que processos de mudanças não são unilaterais, de maneira que seria ilusório esperar que as retóricas ambientalistas, tão plurais e que, atualmente, grassam de nações de todo o mundo, cada qual com suas vicissitudes históricas, fossem apropriadas integralmente pelas instituições políticas internacionais. O conflito não é maniqueísta, representado por ambientalismo *versus* forças desenvolvimentistas, porque sequer há homogeneidade entre esses pólos. As pressões ocorrem a partir de todos os lados, inclusive no interior dos próprios movimentos ambientalistas, com seus modos de pintar a crise ambiental.

Certamente é necessário expor as manobras discursivas que tentam reduzir ou evitar mudanças efetivas no sistema político e econômico em prol de valores ambientalistas (e de outros que se articulam a ele), mas também é

profícuo apontar constantemente a força das mudanças provocadas pela instauração mesma do conflito. Não se trata de desejar a instauração da paz passiva (Fittipaldi, 2007) pela supressão de vozes produtoras de tensão, como ocorre nas guerras, mas de recuperar o potencial construtivo da conformação dos desacordos.

Como lembra Mignolo (2003), tem ocorrido um esforço no sentido de legitimar o conhecimento e as narrativas produzidas por aqueles atores que, ao longo da história da produção do conhecimento, tiveram suas vozes subalternizadas. Propõe-se uma mudança de perspectiva: não se trata apenas de buscar no discurso hegemônico uma certificação, o que seria se colocar de volta, com os próprios pés, na posição de subalterno, mas de reconhecer as vozes envolvidas nos campos de conflito como *locus* de enunciação, que prescindem de critérios avaliativos que lhe sejam externos. Como recomenda Morin (1996), a comunicação precisa expor não somente a informação, mas favorecer a *compreensão* de estruturas do pensamento diferentes entre si. Essa compreensão precisa superar o movimento comum dos colonialismos que tornam as diferenças em *valores* (Mignolo, 2003).

3.1. Cenário de produção do desenvolvimento sustentável: De Estocolmo à Rio+20

A década de 1970 revelou um cenário de crise energética e econômica que evidenciou, conjuntamente, os obstáculos à manutenção do modelo de crescimento praticado pelo capitalismo vigente. As bases da economia mundial

sofreram importantes abalos quando a instauração da crise do petróleo (Jatobá *et al*, 2009) tornava cada vez mais evidente a relação de dependência entre o mercado de produção/consumo e a disponibilidade de recursos naturais, bem como sua precificação.

Uma preocupação com o esgotamento progressivo de recursos ambientais, o que ameaçaria a manutenção do modelo econômico, se extrapolava para previsões caóticas de escassez. Essa hipótese foi amplamente desenvolvida e defendida pelo estudo de inspiração neomalthusiana⁴ *“The Limits to Growth”* (Jatobá *et al*, 2009). Financiado pelo Clube de Roma, o relatório anunciava, ainda para o fim do século XX, uma catástrofe fundamentada na tese de esgotamento de recursos e de altas taxas de mortalidade decorrentes da indisponibilidade de alimentos e poluição ambiental (McCormick, 1992). O estudo atraiu interesse do público e ofereceu aporte para novas forças ambientalistas (*ibidem*), entretanto, o tom alarmista de suas conclusões também instigou manifestos objetores. Os alertas sobre a hipótese da crise de suprimentos pintada pelos debates em torno do relatório (Jatobá *et al*, 2009) aliados à conjuntura político-econômica e às pressões conjuntas de movimentos ambientalistas ensejaram a realização da Conferência de Estocolmo.

⁴ Thomas Malthus foi um economista clássico britânico. Em sua obra *An essay on the principle of the population* (2007), Malthus afirmava que o crescimento populacional, quando não controlado, cresce em uma taxa de comportamento geométrico, enquanto a taxa de produção de alimentos é aritmética. Por esse princípio, traçava-se um cenário de fome generalizada, caso o crescimento populacional não fosse contido.

3.1.1. A Conferência de Estocolmo

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, nome oficial do encontro, foi realizada em junho de 1972 na cidade de Estocolmo com a participação de representantes de 113 países. Foi um marco a nível internacional na história dos andamentos dados às demandas em torno do meio ambiente. McCormick (1992) a descreve como “a primeira vez que os problemas políticos, sociais e econômicos do meio ambiente global foram discutidos num fórum intergovernamental com uma perspectiva de realmente empreender ações corretivas” (McCormick, 1992, p. 98).

Já de saída, a conferência expôs a profundidade dos conflitos que nasciam das diferentes necessidades encontradas nas vozes dos representantes das nações presentes e dos grupos ambientalistas. Até então, os contornos da problemática ambiental haviam sido desenhados prioritariamente por movimentos ambientalistas de países ricos do Hemisfério Norte, a partir de seus próprios contextos. A urgência em repensar a degradação adjacente ao vertiginoso crescimento⁵ dessas nações certamente não se observava entre as preocupações dos países mais pobres. Era sobre a questão social e a pobreza que estas últimas desenhavam como eixo de suas preocupações (Machado, 2006).

⁵ É importante pontuar que as preocupações dos países industrializados inerentes às contradições entre crescimento econômico e manutenção ambiental não se restringiam meramente a uma “intenção ética” para com a Natureza. Variáveis ambientais e mercadológicas impunham pressões à expansão do sistema econômico, que começava a dar sinais de cansaço com a crise energética e do modelo de hiperacumulação (Jatobá *et al*, 2009).

Havia ainda uma preocupação entre as delegações de países que não compunham a liderança econômica mundial de que a conferência fosse outra agência dos países ricos com fins de esmaecer suas necessidades de desenvolvimento e evitar apoio a seus crescimentos (McCormick, 1992). O discurso do chefe da delegação chinesa, Tang Ke, ilustra essa preocupação:

cada país tem o direito de definir seus próprios padrões e políticas de ambiente à luz de suas próprias condições, e nenhum país, qualquer que seja, pode solapar os interesses dos países em via de desenvolvimento sob o pretexto de proteger o ambiente (Aaranson, 1972, citado por McCormick, 1992, p. 107)

Os modos como a ideia de redução do crescimento econômico em favor de demandas de ordem ambiental foram apresentados na conferência concorreram, destarte, para a desconfiança e rejeição dessa ideia por parte dos países em desenvolvimento, que “naquele momento recebiam grandes investimentos externos e experimentavam altas taxas de crescimento” (Jatobá *et al*, 2009, p. 56). Coadunava-se entre esses países a ideia de que a pobreza não poderia ser superada caso se sujeitassem à desaceleração do crescimento econômico, além do que, para eles, era a pobreza e não a poluição ambiental seu problema mais grave (*ibidem*).

Criou-se um campo de negociações que exigia o equacionamento, a meio termo (McCormick, 1992), entre as demandas sociais criadas a partir do campo histórico complexo das nações pobres, que tentavam se adaptar à ordem econômica e política mundial, e as demandas ambientalistas nascidas das contradições desse mesmo modelo, o qual as nações ricas lideravam.

Por fim, a conferência produziu uma lista de princípios e um plano de ação, de caráter inspiracional e não obrigatório (McCormick, 1992). O conteúdo

da lista de princípios expressa um desejo político de aglutinamento das diversas frentes de tensão presentes na conferência.

O princípio 14 preconizava que “rational planning constitutes an essential tool for reconciling any conflict between the needs of development and the need to protect and improve the environment”⁶ (ONU). Havia uma expectativa de abranger os atores do conflito por meio desse aglutinamento, mas, embora, nas palavras de Sachs (2000), se iniciasse a construção de uma “abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos” (p. 54), pragmaticamente, a estrutura política e econômica alimentou suas bases a partir de sistemas de ideias e práticas que aprofundaram os danos ambientais nos anos seguintes à conferência.

3.1.2. Recessão econômica da década de 1970: a nova ordem da acumulação flexível

A década de 1970 trouxe para a pauta internacional os problemas advindos da crise energética e econômica experimentada pelo mundo naqueles anos. O período evidenciou a fragilidade das economias e a insegurança social na qual viviam as populações dos países que não compunham o bloco de liderança econômica do mundo. Para Jatobá *et al* (2009), a passagem pela crise contribuiu para a precarização do meio ambiente, com destaque para os países do Sul:

⁶ “O planejamento racional constitui um instrumento indispensável para conciliar às diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente” (tradução livre).

No Sul, com a crise recessiva que se seguiu à euforia econômica da primeira metade dos anos 1970, o aumento dos níveis de desemprego e de pobreza acarretou maior mobilidade socioespacial da população, acelerando a urbanização em condições precárias e, conseqüentemente, criando maiores danos ao meio ambiente. Em paralelo, a produção agrícola e industrial, buscando baixar custos e com recursos limitados para investir em melhorias tecnológicas de cunho ambiental, também aumentou a pressão sobre os recursos naturais (p. 57).

Na década de 1980 as economias se reestruturavam e passavam pela transição da lógica de hiperacumulação para o sistema de acumulação flexível (Machado, 2006; Jatobá *et al*, 2009). O novo modelo reorganizou o metabolismo do capital mundial e das relações de trabalho, mas mantinha-se a estruturação econômica fundada na tese de crescimento econômico, que era subjacente à lógica do uso instrumental e expansivo de recursos ambientais.

3.1.3. Expressões da degradação ambiental: Alguns exemplos históricos

Desastres de grandes dimensões ocorriam nos anos seguintes à Conferência de Estocolmo. A exposição dessas ocorrências alimentava as pressões exercidas por grupos ambientalistas sobre governos e instituições políticas intergovernamentais, além de dar visibilidade às causas ambientais (ou pelo menos aos problemas apontados por elas) para a população geral.

1) Em julho de 1976, ocorreu na cidade de Sefeso, Itália, um problema de hiperaquecimento na indústria química ICMESA, da multinacional suíça Hoffmann-La Roche, que resultou na emissão de uma nuvem tóxica contendo

dioxina na atmosfera⁷. Uma área de 1.800 hectares foi afetada, causando lesões dérmicas na população, mortes de milhares de animais e contaminação de 200 mil toneladas de terra, que tiveram de ser removidas da região.

2) Em 1979, na Pensilvânia, um acidente nuclear na usina de *Three Mile Island* foi ocasionado por “falha de equipamento e erro operacional em avaliar as condições do reator” (Xavier *et al*, 2007, p. 85). Ainda que mortes, ferimentos ou contaminação do solo não tivessem sido atribuídos a este acidente, a desconfiança provocada na população norte-americana quanto à segurança de usinas nucleares de potência resultou na suspensão da produção deste tipo de tecnologia nos Estados Unidos (ibidem).

3) Na Índia, a cidade de Bhopal foi palco, em 1984, do que se configurou no pior acidente industrial da história (Machado, 2006). Quarenta toneladas de gases tóxicos vazaram da fábrica de pesticidas da *Union Carbide India Limited* (UCIL), provocando oito mil mortes já nos três primeiros dias após o vazamento (ibidem; greenpeace.org.br⁸). Machado (2006) afirma ainda que mais de “520 mil indivíduos foram expostos aos efeitos dos gases e até hoje⁹, vinte anos após o acidente, 150 mil permanecem cronicamente doentes. Estima-se que 20 mil pessoas já tenham morrido como resultado desse acidente” (p. 8).

4) Em 1987, no Brasil, testemunhamos a contaminação de mais de 200 pessoas e a morte de outras quatro provocadas por uma cápsula de Césio-137 abandonada “nos escombros do antigo Instituto Goiano de Radiologia (IGR)”

⁷ A descrição do ocorrido foi divulgado pelo sítio da universidade espanhola Zaragoza, disponível em www.unizar.es/guiar/1/Accident/Seveso.htm, e pelo *broadcaster* alemão DW, disponível em www.dw.com/pt/1976-exploração-provoca-vazamento-de-dioxina-em-seveso/a-871315-1.

⁸ www.greenpeace.org.br/bhopal/docs/Bhopal_desastre_continua.pdf.

⁹ Tendo como referência o ano de 2006, quando o estudo foi publicado.

(Xavier *et al*, 2007, p. 86), na cidade de Goiânia, que foi removida e vendida como ferro-velho por sucateiros.

5) O desenvolvimento da indústria nuclear, herança da Segunda Guerra Mundial (Xavier *et al*, 2007), abria-se como possibilidade à crise energética iniciada na década de 1970. Para Bursztyn & Bursztyn (2006), foi precisamente um fruto dessa tecnologia, o acidente nuclear de Chernobyl em 1986, que mudou a tônica das discussões sobre o meio ambiente para uma questão realmente global, porque tornou patentes as evidências de que os reveses da poluição não se circunscreviam às fronteiras nacionais. Segundo Xavier *et al* (2007), o total oficial de mortos decorrente diretamente da explosão do reator foi de 31 pessoas, além de 237 trabalhadores terem sido hospitalizados com queimaduras e outros sintomas de exposição a altos níveis de radiação. Além das mortes imediatas, comprovou-se um aumento contínuo de casos de câncer de tireoide por causa da falha do governo da União Soviética em não assumir o ocorrido em tempo hábil de oferecer às pessoas o tratamento médico de urgência. O acidente só foi detectado três dias depois porque o governo da Suécia verificou altas taxas de radiação ao sul de seu país. O impacto sobre o meio ambiente foi estrondoso: 35.000 km² de florestas da Ucrânia foram contaminadas pela radiação, 40% do total; 116.000 mil pessoas foram evacuadas e uma zona de exclusão de 4.300 quilômetros foi criada ao redor da usina. Ainda hoje há riscos de que a radiação se espalhe para além da zona de exclusão pelas chuvas, ventos, rios e incêndios florestais (Xavier *et al*, 2007).

3.1.4. A institucionalização

Após 15 anos da realização da Conferência de Estocolmo, a expressão “desenvolvimento sustentável” é oficialmente proposta. A presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, expunha o desenvolvimento sustentável, perante a Assembleia Geral da ONU em 1987, como um conceito político e amplo com vistas ao progresso econômico e social (Veiga, 2010). “O relatório ali lançado com o belo título *Nosso futuro comum* foi intencionalmente um documento político, que procurava alianças com vistas à viabilização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ‘Rio-92’” (Veiga, 2010, p.113).

Apesar de a expressão ter sido apresentada, o Relatório Brundtland não procedeu a uma sistematização do conceito, o que abriu espaço para sua apropriação seletiva, como observou Ribeiro (2000), sob diferentes orientações político-ideológicas¹⁰.

3.1.5. Retórica X Prática: Rio-92 a Rio+20

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92, ECO-92 ou Cúpula da Terra), realizada na cidade do Rio de Janeiro, selou politicamente a adoção oficial da proposta conceitual de “desenvolvimento sustentável” (Jatobá *et al*, 2009), e reafirmou o “processo de

¹⁰ Os modos dessa apropriação serão mais profundamente analisados no capítulo 2.

legitimação e institucionalização normativa” (Veiga, 2010, p.213) da expressão, já iniciada pelo Relatório da Comissão Brundtland.

Os debates produzidos nessa conferência conduziram para a elaboração da Agenda 21, documento¹¹ que consistia em um programa de cooperação e ação global para a implementação do desenvolvimento sustentável no século 21. Entretanto, a tentativa de uma abordagem integrada entre meio ambiente, economia e aspectos sociais proposta pela Agenda 21, bem como os compromissos firmados pelas nações na Rio-92, terminou por revelar um valor mais retórico que prático. Em 1995, o texto final da Agenda 21 foi publicado e trouxe já na apresentação, escrita pelo Deputado Sarney Filho, então presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, a seguinte redação: “É preocupante perceber que após a ebulição provocada pela ECO-92 em torno da temática ambiental vimos experimentando um perigoso processo de acomodação” (Agenda 21, p. 7).

Quando em 2002 foi realizada em Johannesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, uma avaliação dos resultados sobre o que houvera sido convencionado na Rio-92 demonstrou na verdade que “houve no período decorrido entre as duas conferências uma piora nos indicadores socioambientais e uma redução percentual da ajuda dos países ricos ao desenvolvimento dos países pobres” (Jatobá *et al*, 2009, p. 59). Se em Estocolmo os países desenvolvidos haviam se comprometido a destinar

¹¹ Além da Agenda 21, foram redigidas a Declaração de Princípios sobre Florestas; a Convenção sobre Diversidade Biológica; a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas e “a Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios por meio dos quais deveria ser conduzida a interação dos seres humanos com o planeta” (Sequinel, 2002, p. 12).

0,7% de seus PIBs à cooperação internacional para o desenvolvimento, em 2007, mesmo após os balanços realizados na Rio+10, esse percentual havia caído para 0,27 (Guimarães & Fontoura, 2012). Isso significa uma redução percentual de recursos a um nível inferior ao período entre as duas guerras mundiais (ibidem).

Segundo Guimarães & Fontoura (2012), a realização da Rio+20, em 2012, mostrou a manutenção da distância entre os efeitos concretos e a retórica dos compromissos firmados pelas nações desde a Rio-92. Mais do que isso, os autores argumentam que os governos presentes à conferência “não demonstraram compromisso para evitar o relativo esvaziamento da agenda global de meio ambiente em favor de interesses econômicos, estratégicos e de curto prazo” (ibidem, pp. 32-33).

Para esses autores, a Rio+20 não foi efetivamente planejada e implementada para culminar em negociações sobre aspectos fundamentais para o futuro do meio ambiente, com um plano de ação definido. O evento sequer contou com a participação do Parlamento Europeu, da Chanceler alemã, Angela Merkel e de Barack Obama, então presidente da maior potência econômica mundial, os Estados Unidos (Guimarães & Fontoura, 2012).

O objetivo traçado para a conferência limitava-se a “garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável, a avaliação do progresso alcançado e das lacunas na implementação dos resultados das reuniões de cúpulas mais importantes sobre o desenvolvimento sustentável, e a identificação de desafios novos e emergentes” (MMA, 2010, citado por Guimarães & Fontoura, 2012, p. 26), mantendo as discussões em

tom quase acadêmico. Embora o preâmbulo do “Rascunho Zero”, documento produzido na conferência, tenha descrito objetivos em favor da cooperação para o desenvolvimento sustentável, economia verde e erradicação da pobreza (ONU, 2012), o que se viu foi a conversão desses objetivos em estratégias de esvaziamento de seu valor prático. Enquanto o texto do Rascunho Zero propunha o “Direito de todos a terem acesso a alimentos seguros, suficientes e nutritivos”, a ênfase sobre essa temática, segundo algumas potências internacionais, deveria recair sobre o aumento da produtividade agrícola “e na politicamente interessada atenção em ‘melhorar o acesso dos pequenos agricultores aos mercados globais’” (Guimarães & Fontoura, 2012, p. 27). A explicitação no texto de menções para os direitos indígenas e das mulheres foi sumariamente rejeitada, bem como outros direitos sociais e de acesso a recursos básicos (ibidem).

O esvaziamento do valor prático do desenvolvimento sustentável em favor de demandas ambientalistas pode ser compreendido a partir do modo de surgimento dessa expressão. Como explicitado anteriormente, ele nasceu sem definição, sem limites do que é um desenvolvimento com ou sem sustentabilidade. Assim, abria-se espaço para seu uso segundo interesses que não poderiam ser limitados pela própria definição do conceito. Trata-se de uma expressão de valor político (Veiga, 2010), já que contribui para aglutinar *discursivamente* as exigências dos principais atores produtores de tensão no campo do desenvolvimento e do meio ambiente, mas seu efeito prático pode ser conduzido segundo quaisquer orientações desenvolvimentistas que se apropriem dele.

Desejamos salientar que a expressão “sustentabilidade” *adjetiva* o desenvolvimento e não *produz* significado sobre *o quê* ele é. A missão consiste em construir um *modo* de tornar o desenvolvimento, seja lá de que maneira ele for definido, possível de ser mantido em longo prazo. Logo, essa noção não se aplica a atos isolados no tempo ou em um local delimitado – sem considerar amplamente os efeitos ambientais e sociais –, como se observou nos discursos produzidos pelo agronegócio desde a década de 50 em torno da “Revolução Verde”, que se apresentava como solução para a fome no mundo.

É preciso compreender os eixos discursivos que produzem o desenvolvimento, bem como seus efeitos práticos, para esclarecer que tipos de processos têm se proposto a se tornarem sustentáveis.

CAPÍTULO 02

DESENVOLVIMENTOS

1. O problema do desenvolvimento

O desenvolvimento é uma dessas expressões que não têm restrições quanto aos campos que o empregam: sua apropriação é das mais inclusivas. É admitido como construto teórico nas produções das ciências, ao mesmo tempo em que figura nas conversas informais do senso comum. Assim, particularmente nos ambientes acadêmico e político, é profícuo que o uso dessa palavra seja acompanhado pela explicitação de seu horizonte de aplicação e pelas bases que a abordagem que a manuseia lhe oferecem, evitando assim seu uso como instrumento ideológico, fundado na imprecisão, ou pior, na crença comum de que retrata algo mais ou menos esclarecido.

No âmbito das ciências humanas e sociais, o desenvolvimento é um conceito em discussão, cujos contornos e implicações não são um consenso (Siedenberg, 2006). Ele expressa um construto filiado a um universo ideacional de uma plasticidade tal “que até faz crer que se está diante de uma caixa preta ou de uma noção vazia” (Ribeiro, 2000, p. 132).

Ao localizar brevemente os sentidos da ideia de desenvolvimento ao longo da história, Siedenberg (2006) afirma que ele esteve circunscrito a um caráter predominantemente antropológico e teológico na maior parte do tempo desde a Antiguidade até o prelúdio da Idade Moderna. Em suas primeiras

acepções, expressava um processo de revelação gradual, algo presente, porém encoberto que, lentamente, dá-se a ver, em que “a essência das coisas seria revelada, em seu devido tempo” (Caiden & Caravantes, 1985, p. 4).

A partir do século XVII, com as proposições de Leibnitz, evolução e desenvolvimento “passaram a receber um significado de direção e foram associados a uma espécie de mudanças sequenciais que ocorrem em estágios pré-definidos e inevitáveis” (Siedenberg, 2006, p. 12). Um aspecto teleológico e essencialista começava a se impregnar na compreensão do desenvolvimento enquanto o delimitava como um conceito estático.

Mas foi no contexto das filosofias progressistas dos séculos XVIII e XIX que o desenvolvimento passou a expressar, mais marcadamente, a busca por explicações universais sobre os fenômenos, que se extrapolavam para valorações de modos de vida, hierarquizando-os em “estágios”.

o conceito foi associado a uma concepção otimista segundo a qual os indivíduos e as sociedades seriam capazes de moldar, pelas próprias forças, um novo mundo, cada vez melhor: através da observação meticulosa deveria ser possível identificar e classificar as diversas fases de diferentes processos de desenvolvimento. Além disso, consolidava-se a concepção de que através da especulação, da experimentação e do raciocínio também poderiam ser desvendadas as forças universais atuantes; ou seja, o mundo seria um imenso laboratório! A descoberta de relações de causa e efeito (por acaso ou através de métodos científicos) foi utilizada com vantagens para melhorar a qualidade de vida da humanidade. Assim, aos poucos, desenvolvimento passou a significar também movimento, processo, mudança e libertação (Siedenberg, 2006, pp. 2-3)

Alimentadas pela crença de “desenvolvimento como transição”, as doutrinas que embasaram o imperialismo encontravam a justificativa discursiva necessária para colocar em prática seu empreendimento de expandir pelo

mundo valores e modelos culturais, econômicos e políticos, com o objetivo de seguir na direção do progresso e da modernização (Siedenberg, 2006).

A partir de 1949, segundo critérios produzidos no interior de uma lógica capitalista ocidental, o desenvolvimento passou a ser amplamente empregado como um descritor da dimensão socioeconômica de países, tendência que produziu um discurso de fragmentação do mundo em nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Siedenberg (2006) afirma que há certo consenso entre pesquisadores e cientistas sociais de que essa cisão tomou forma no imaginário das pessoas – e em parcela massiva da literatura – com o discurso de posse do segundo mandato do ex-presidente dos Estados Unidos, Harry Spencer Truman. Nesse discurso, enquanto era anunciado um pacote de ajuda técnica, científica, econômica, administrativa e militar aos *países subdesenvolvidos* dos continentes pobres, o “Programa Ponto 4”, Truman caracterizava indiretamente a maior parte do mundo como subdesenvolvida.

Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible...(Truman, 1949, citado por Ryan & Schup, 2006, p. 534)¹²

¹² “Em quarto lugar, devemos embarcar em um programa novo e ousado para realizar os benefícios dos nossos avanços científicos e progresso industrial, disponíveis para a melhoria e crescimento das áreas subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas do mundo está vivendo em condições próximas à miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doença. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. A sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles e para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos são preeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicos. Os recursos materiais de que dispomos para usar na assistência de

Ostensivamente, selava-se a acepção do desenvolvimento como progresso e crescimento econômico nos âmbitos político, acadêmico e midiático (Siedenberg, 2006). Embora ainda hoje tal aproximação seja verificada, com frequência, nesses mesmos contextos, o desenvolvimento vem passando por rearticulações fundadas em críticas à tese do crescimento econômico. Analisaremos algumas possibilidades de compreensão.

2. Desenvolvimento como crescimento econômico e desenvolvimento como ilusão

Veiga (2010; 2012) propõe uma síntese da qual emergem, em contexto amplo, três eixos de análise sobre o desenvolvimento. O primeiro consiste em restringi-lo a crescimento econômico e o segundo a ilusão. O terceiro eixo se inventa a partir de inconformidades quanto aos cenários e conclusões pintados pelas explicações dos dois primeiros.

Os fundamentalistas de mercado, aliados à tese do fator econômico, almejam fazer crer que o desenvolvimento é um fenômeno naturalmente decorrente do crescimento. A dinâmica desejável do desenvolvimento é representada como um processo fluido de alimentação de cima para baixo, assim como se vê no derramar da água que mana de um ponto alto em direção ao chão e forma uma cascata. Essa analogia sobre o comportamento do crescimento econômico ficou conhecida como “*tricke-down-effect*”. O funcionamento desse arranjo de desenvolvimento pressupõe a manutenção da

outros povos são limitados. Mas os nossos imponderáveis recursos em conhecimentos técnicos estão em constante crescimento e são inesgotáveis” (tradução livre).

estrutura de acesso desigual à renda, já que a entrada de ganhos no sistema se dá pelo “topo da cascata”, ou pelas classes que concentram maior riqueza, e os patamares inferiores recebem o que é derramado de cima.

Ainda que funcionasse na prática, o que não é o caso (Veiga, 2010), não é trabalhoso encontrar os embaraços éticos produzidos no cerne desse modelo. Isso porque, em termos claros e diretos, trata-se de pretender que os ricos se tornem ainda mais ricos para possibilitar aos necessitados serem menos necessitados (ibidem).

De outra via, os que pintam o desenvolvimento como mero ludíbrio defendem sua perspectiva fundados na baixa probabilidade de transposição da rígida hierarquia da economia capitalista mundial, formada por um pequeno núcleo de países ricos, uma semiperiferia composta pelas chamadas nações emergentes, como o Brasil, e a extensa periferia formada pelos países mais pobres (Veiga, 2010). Para demonstrar a rigidez desse padrão, Arrighi (1997, citado por Veiga, 2010) utilizou-se da distribuição da população mundial pelo Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita* no período 1938-1983 e observou que foi excepcional qualquer escalada ascendente através da hierarquia, mantendo-se os níveis de domínio de riqueza entre os países.

O problema é que, nessa visão, a equiparação entre desenvolvimento e crescimento econômico se mantém, posto que a crítica realizada utiliza apenas indicadores econômicos. Em si, a delimitação dos critérios de análise já guarda uma pré-concepção do desenvolvimento e reforça a ideia comum dos fundamentalistas de mercado (Veiga, 2010).

Outra análise sobre esse caráter ilusório é realizada por Celso Furtado (1974). Em vez de generalizar sua crítica para o desenvolvimento, o autor delimita seu exame em torno do desenvolvimento *econômico* e conduz a discussão em direção a qualificá-lo como um mito moderno. Sua argumentação não exclui a possibilidade de outras abordagens do desenvolvimento, não meramente econômicas, e debruça-se sobre a análise do mito que, desde o período pós-guerra, fundamenta uma crença que tenta pintar-se como evidente, segundo a qual:

o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que os padrões de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, são acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo (Furtado, 1974, p. 8).

Algumas variáveis tratadas por Furtado (1979) podem ser, cada uma delas, fonte de profunda atenção e análise quando da consideração dessa crença. Primeiramente, a estrutura econômica articulada em torno da ideia de crescimento, pilar do mito do desenvolvimento econômico, nasceu fundamentalmente assentada em uma crescente dependência de recursos naturais não-renováveis. A abertura dos mercados internacionais se fez necessária para a exploração desses recursos, abundantes em países menos industrializados, e para o fornecimento de produtos com valor tecnológico agregado produzidos pelas nações altamente industrializadas. Mas, embora as fronteiras virtuais do mercado pudessem ser tratadas como infinitamente móveis e ampliáveis, a disponibilidade de recursos não-renováveis, mesmo em nível planetário, tem limites definidos. Logo, uma generalização do estilo de

vida dos países ricos¹³ para todo o globo exerceria uma pressão sobre esses recursos que colocaria a estrutura da economia em colapso. É claro que desde a publicação da obra de Furtado muitas respostas já se ofereceram às catástrofes anunciadas por esse panorama: dos otimistas, que encontram na evolução da ciência e em previsões lineares de renda *per capita* argumentos para descreditar o dilema conservação ambiental/crescimento econômico, até os fatalistas, que defendem alterações estruturais no modelo econômico mundial em favor da condição estacionária ou do decrescimento (Veiga, 2010). Mesmo com variações de A a Z, a discussão sobre a dependência da economia com relação aos recursos, que passa pela avaliação do estilo de vida do cidadão comum, não se esgota em temas puramente econômicos, como pretendem alguns otimistas. Desconsiderar variáveis sociais, ambientais e culturais mutila a compreensão e oferece perspectivas parciais.

Em segundo lugar, a abertura dos mercados internacionais tem uma dinâmica desigual entre nações pouco e muito industrializadas. Os primeiros, em sua condição de pobreza científico-tecnológica, com sociedades menos complexas e com prioridades sociais muito mais primárias – ao menos na lógica mercadológica estruturada a partir de referências de países industrializados –, funcionam para o sistema econômico como fonte principal de matéria-prima e os segundos, detentores das tecnologias, processam recursos importados transformando-os em produtos e serviços complexos, com maior valor econômico agregado (Veiga, 2010). As receitas decorrentes das ofertas ao sistema serão muito maiores para aqueles países com capacidade

¹³ Somente para ilustrar, o padrão de vida médio europeu e estadunidense praticamente quadruplicou em 150 anos, desde o fim do século XVIII até a crise de 1929, graças aos avanços científico-tecnológicos obtidos por meio do carvão, da eletricidade, da indústria química, do petróleo, dentre outros (Veiga, 2010).

de priorizar o aprimoramento de tecnologias, logo, a lógica de funcionamento do mercado, em nível de exportações, aprofunda cada vez mais a relação de desigualdade.

A capacidade que os países têm de obter vantagens das importações é outro colaborador para a manutenção da estrutura desigual do mercado. Baseado em uma analogia construída por Jacobs (2001, citado por Veiga, 2010) sobre aproveitamento de energia por sistemas simples e complexos na natureza e na economia, Veiga (2010) lembra que é da combinação de trabalho humano e das dádivas da natureza que surge o recurso inicial de qualquer economia. O trabalho humano transforma os recursos, recombina-os, enfim, complexifica-os. Os produtos desse trabalho, ao serem colocados no mercado, têm diferentes graus de aproveitamento, pois quando são recebidos “por comunidades que são eficazes em consumir importações, carregam consigo a capacidade de atuar como multiplicadores econômicos. Se forem recebidas por comunidades não complexas, perderão esse potencial” (Veiga, 2010, p. 61).

Além de já chegarem atrasados ao mercado – em razão de suas prioridades, de sua carência tecnológica e de sua distância histórica com relação à produção da lógica mercadológica – os países mais pobres, ao importar tecnologias ou produtos de alto custo de países industrializados, não importam também as condições ou as bases que alimentariam sua autonomia e complexificação econômica e social dentro do sistema. O modelo de desenvolvimento econômico e seus expedientes nascem e se alimentam de

dispositivos orgânicos à história dos países de onde eles emergem, mas não à dos que os importam.

Nos Estados industrializados, a identidade nacional precedeu a consolidação da autoridade estatal. A Nação, refletida acima de tudo no surgimento de uma burguesia e de um mercado de dimensão nacional, foi a base do Estado moderno. Essa sequência se inverteu nos países ditos em desenvolvimento. A autoridade política, isto é, o Estado, emergia desde a independência e antes que surgisse a Nação. Antecipou-se ao desenvolvimento de uma verdadeira burguesia, e de uma economia capitalista nacional unificadora. Por isso, diz Rivero (2002:12), os pretensos países em desenvolvimento nasceram do entusiasmo pela livre determinação, mas não da prosperidade burguesa e do progresso científico-tecnológico (Veiga, 2010, p.23)

Em terceiro lugar, Furtado (1974) afirma que a ideia de *valor* econômico criada por nossa civilização provoca, em muitos casos, danos irreversíveis ao mundo natural. O autor questiona o alcance do olhar dos economistas, que tende a se limitar a processos parciais, “pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no meio físico” (ibidem, p. 12). As ações baseadas na criação de valor econômico que reforçam o acúmulo de capital têm como contrapartida efeitos sobre o mundo natural que, ainda hoje (lembramos a discussão do primeiro capítulo, especialmente da nota de rodapé 2), não são um consenso, principalmente com relação à reversibilidade das mudanças que são provocadas. E, enquanto o sistema se alimenta dentro da lógica de crescimento, maior é a acumulação de capital e maior a interdependência entre o que se faz agora e o que se terá no futuro, que, por consequência, “aumenta a inércia do sistema, e as correções de rumo se tornam mais lentas ou exigem maior esforço” (ibidem, p. 13).

2.1. Crítica: A tese do crescimento econômico é uma teoria sobre a pessoa

A produção da lógica de mercado fundada no desenvolvimento econômico mantém a desigualdade sustentada sobre certo projeto de mundo operacionalizado por esquemas explicativos e dispositivos decorrentes desses esquemas. Ela concebe a referência a ser alcançada segundo a figura de países que ela mesma chama de desenvolvidos e se volta para o restante do mundo a fim de corrigir suas deficiências.

Criticar os processos de ajustamento do mundo a essa abordagem do desenvolvimento contribui para desconstruir a falácia do melhor modelo, esta que tenta legitimar e justificar a ausência da voz dos subalternizados da retórica dominante. Perante a pretensa necessidade de adequação, ficam em segundo plano as tensões vivenciadas pelos países periféricos durante as “negociações” dos termos em que se fazem as transformações de suas dinâmicas sociais para se incluírem no mercado internacional. Os caminhos dessa crítica expõem um domínio fértil de discussões com relação ao legado colonial eurocêntrico sobre o maquinário que rege as relações, em níveis micro e macro, não somente no que tange à submissão da estrutura social dos países da semi-periferia ou da periferia com relação às regras da hierarquia de mercado, mas também no que se refere ao caráter predatório de culturas engendrado pela avalanche do crescimento econômico.

Veiga (2010) lembra que o mito do desenvolvimento econômico analisado por Furtado (1974) expressa um prolongamento do valor burguês de progresso. Mas, ao constituir-se como objetivo maior das nações e ao infiltrar-

se como projeto de vida nas relações sociais entre grupos e indivíduos, esse modelo de desenvolvimento tem consequências muito mais estruturais sobre a constituição da sociedade do que se pretende. Denominá-lo de “econômico” não limita seu alcance ao escopo econômico, e a reflexão sobre seus eixos e seu vigor de afetação revela uma teoria sobre o homem, uma antropologia filosófica (Veiga, 2010) que oferece respaldo para as ações dos atores sociais.

Foi para este sentido que Furtado (1974) chamou a atenção quando afirmou que o desenvolvimento econômico como ideologia desvia o foco das necessidades mais fulcrais das sociedades para concentrar-se em objetivos abstratos, não titularizados, como investimentos, exportações e crescimento.

O mito torna-se cada vez mais grampeado às teias das relações sociais quando o discurso da ciência, neste caso produzido pelos cientistas sociais, não se volta criticamente sobre si. Em vez disso, faz discriminações valorativas sobre bons e maus modelos de sociedade que pretendem ser, de fato, um reflexo da realidade objetiva (Furtado, 1974), numa retroalimentação ideológica, socialmente excludente e eticamente questionável. Dessa maneira, o mito, organizado em torno de preferências e valores cujos critérios de eleição ele não expõe, pretende ser dogma e oferece legalidade aos que almejam legitimar a destruição de formas arcaicas e tradicionais de cultura para explicar a lógica e os elementos do sistema produtivo a ser valorizado. Sólidos argumentos se oferecem para justificar a destruição do meio físico, a instituição de uma estrutura de mercado de trabalho, a aceitação de evidentes relações de poder e opressão e toda a organização social.

Muito mais que um preceito de reorganização econômica, esse tipo específico de qualificação do desenvolvimento serve a mãos dispostas como instrumento de colonização simbólica. Isso porque a incorporação do discurso sobre o desenvolvimento econômico, juntamente com o maquinário que o operacionaliza¹⁴, passa a compor os modos de produção das identidades, de si mesmo e do outro. Mas como explicar tamanha força e abrangência desse discurso? Ainda que, pela naturalização do pensamento dito ocidental, seja uma possibilidade sedutora contentar-se com as aparências do idealismo que fazem supor que essa tese é aparelhada com propriedades especiais de melhorias ou que reflete o prolongamento da condição natural humana, harmonizada com o “progresso” das leis da natureza – em sentido teleológico – e das inclinações humanas fundamentais, é razoável considerar vias explicativas menos simplistas para um fenômeno de efeitos complexos.

As diversas vozes que contam a história da expansão colonial europeia e dos modos de apropriação de suas instituições pelos colonizados oferecem indícios muito mais notáveis – e menos ingênuos – para compreender a pretenciosa naturalização dos processos relacionados à subalternização dos modos de vida e do saber dos países periféricos. Inferiorizar os conhecimentos e as referências de povos diferentes por meio de projetos globais desarticulados das referências locais foi um dos dispositivos que integrou esses processos de expansão colonial.

¹⁴ E aqui se inclui a produção científica conduzida pelo dorso do mito do desenvolvimento econômico. Furtado (1974) afirma que pelo menos 90% da literatura sobre desenvolvimento econômico publicada desde os vinte cinco anos anteriores à sua obra de 1974 se fundava na ideia, que se dava por evidente, de que o desenvolvimento econômico podia ser universalizado, assim como era praticado nos países que lideraram a revolução industrial. Foi precisamente essa ideia que Furtado se dedicou a desconstruir nessa mesma obra.

Os colonizados, privados de sua riqueza e do fruto de seu trabalho sob a dominação colonial, sofreram, ademais, a degradação de assumir como sua imagem que era um simples reflexo da cosmovisão europeia, que considerava os povos coloniais racialmente inferiores porque eram negros, ameríndios ou “mestizos”. Mesmo as camadas mais inteligentes dos povos não-europeus acostumaram-se a enxergar-se e a suas comunidades como uma infra-humanidade, cujo destino era ocupar uma posição subalterna pelo simples fato de que a sua era inferior à da população europeia (Ribeiro, 1968, citado por Mignolo, 2003, p. 36)

Recordar o discurso de posse do ex-presidente estadunidense Truman pode ser ilustrativo sobre como o empréstimo de certas categorias explicativas tem efeitos profundos sobre a imagem de si e do outro. O projeto de desenvolvimento global inaugurado pelas palavras daquele líder influenciara o mundo de tal maneira – e, claro, sob os precedentes do imperialismo estadunidense – que ele se dissolvia na retórica usada pelas pessoas que passavam a denominar sua nação, o povo ao qual elas mesmas pertenciam, como desenvolvidas ou subdesenvolvidas, baseadas nos critérios que sustentavam a criação dessas categorias, conforme níveis de industrialização e crescimento econômico. Em acepção mais abarcativa, Escobar afirma:

[P]oder ver el desarrollo como um discurso producido históricamente, nos lleva a examinar los motivos por los cuales en el período posterior a la Segunda Guerra Mundial tantos países comenzaron a verse a sí mismos como subdesarrollados. También por qué el desarrollarse se convirtió en un objetivo primordial para ellos y cómo, finalmente, se embarcaron en la tarea de ‘des-sub-desarrollarse’ sometiendo sus sociedades a intervenciones cada vez más sistemáticas, detalladas y abarcativas (Escobar, 1995, citado por Colmegna, 2005, p. 178)¹⁵

Mas, nesse ponto de nossa argumentação, certa armadilha clássica deve ser apontada e desfeita. Criticar heranças coloniais sobre a produção de

¹⁵ “Poder ver o desenvolvimento como um discurso produzido historicamente, nos leva a examinar os motivos pelos quais no período posterior à Segunda Guerra Mundial tantos países começaram a ver a si mesmos como subdesenvolvidos. Também porque o desenvolver-se se converteu em um objetivo primordial para eles e como, finalmente, eles embarcaram na tarefa de ‘des-sub-desenvolver-se’ submetendo duas sociedades a intervenções cada vez mais sistemáticas, detalhadas e abrangentes” (tradução livre).

identidades pode conduzir para a pressuposição tácita da passividade dos atores sociais, neste caso, dos povos colonizados. Cabe, portanto, sinalizar com maior vigor o caráter relacional da construção de identidades como condição primeira, “entendiendo que los sujetos no sólo reciben identidades o categorías asignadas desde fuera sino que, por el contrario, también participan del proceso relacional de la construcción de su propia identidad (Colmegna, 2005, p. 179). É possível que a fixação no discurso passivo de construção de identidades não contribua para o reconhecimento do potencial de agentes que têm os que foram submetidos a processos de colonização simbólica. É preciso recuperar essas vozes perdidas como enunciadoras da história que elas mesmas viveram, a partir de suas próprias referências, tanto quanto é preciso sinalizar os processos excludentes pelas quais passaram, como vimos descrevendo até agora.

É provável que a tônica da discussão corrente sobre o desenvolvimento sofra um desvio de trajeto importante quando as vozes e conhecimentos dos subalternizados passam a compor, com julgo de relevância, o arcabouço explicativo sobre essa tese. Os subdesenvolvidos, produtores de muitas formas e métodos de conhecimento desarticulados com a normatividade racional das modernidades colonialistas, ultrapassam a condição de objetos de análise com vistas a intervenções corretivas de desacertos para articularem-se como novos “*loci* de enunciação” (Mignolo, 2003, p. 36).

Assim, declara-se a necessidade de se construir novas macronarrativas sob o panorama dos diferentes saberes envolvidos nos processos coloniais, que mesmo hoje permeiam os movimentos de apropriação de categorias

descritivas – e auto-descritivas – e de valores. Nas palavras de Mignolo (2003), essas macronarrativas precisam ser produzidas na perspectiva da *colonialidade*¹⁶, que permitam a manifestação em primeiro plano da coexistência e interseção do que ele chamou de colonialismos modernos e modernidades coloniais, ou seja, os múltiplos atores envolvidos na vivência dos processos coloniais. A perspectiva dos povos e da pluralidade de histórias locais, ignoradas em prol de projetos globais limitados pela lógica do conhecimento da racionalidade moderna eurocentrada, precisam confrontar os colonialismos modernos (Mignolo, 2003) e seu domínio sobre a produção de um discurso normativo do desenvolvimento, das identidades e da própria História. Essas macronarrativas, construídas a partir da *vivência* da colonialidade, não são um substituto para a história que se pretendeu global, mas uma história alternativa integrativa, concebida como uma rede de múltiplas histórias e hegemonias locais.

Pensar em uma história mundial ou na história universal é hoje uma tarefa impossível. Ou talvez sejam ambas possíveis, mas sem credibilidade. As histórias universais dos últimos quinhentos anos foram imbricadas em projetos globais. Hoje, as histórias locais estão assumindo o primeiro plano e, da mesma forma, revelando as histórias locais das quais emergem os projetos globais com seu ímpeto universal. Do projeto do *Orbis universalis christianum*, aos padrões de civilização na virada do século 20, até o projeto atual de globalização (mercado global), os projetos globais têm sido o projeto hegemônico para o gerenciamento do planeta. Esse projeto mudou várias vezes de mãos e de nomes, mas as vezes e os nomes não estão enterrados no passado. Pelo contrário, permanecem vivos no presente, mesmo que a tendência mais visível seja transformar o planeta em um mercado global. Contudo, não é difícil enxergar que, atrás do mercado, como objetivo último de um projeto econômico que se tornou um fim em si mesmo, existem a missão cristã do colonialismo moderno inicial (Renascença), a missão civilizadora da modernidade secularizada e os projetos de desenvolvimento e modernização

¹⁶ Mignolo (2003) propõe o ultrapassamento dos discursos colonialistas, ou seja, aqueles produzidos sob um projeto global arquitetado para “impor a”. Narrativas sob uma lógica diferente, fundadas em uma hermenêutica pluritópica, incluem o entrelugar de conflitos de saberes e estruturas de poder de maneira que os discursos subalternizados em função de não se adequarem à normatividade colonialista se põem em primeiro plano, como coexistentes na percepção de diferenças coloniais.

posteriores à Segunda Guerra Mundial. O neoliberalismo, com sua ênfase no mercado e no consumo, não é apenas uma questão econômica, mas uma nova forma de civilização (Mignolo, 2003, pp. 46-47)

3. Amartya Sen e o “desenvolvimento como liberdade”

O terceiro eixo de compreensão sobre o desenvolvimento, segundo Veiga (2010), propõe uma análise fundada nos trabalhos de Amartya Sen acerca da liberdade.

Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica anualmente o Relatório sobre o desenvolvimento humano (PNUD; Veiga, 2010, 2012). O nascimento desse documento é resultado das colaborações de dez consultores internacionais convocados pelo paquistanês Mahbud ul Haq, que, depois de trabalhar por vários anos no Banco Mundial, desejou construir uma alternativa de avaliação do desenvolvimento que não fosse restrita aos indicadores de renda *per capita* (Veiga, 2010). Esse foi o espaço de negociações para o surgimento do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Mahbud esperava elaborar uma cifra sintética, a exemplo do PIB (Produto Interno Bruto), que não fosse tão cega com relação aos aspectos sociais da vida humana (ibidem).

O PNUD esclarece que o IDH pretende ser apenas uma medida geral e sintética, ao mesmo tempo em que possa fomentar o debate sobre o desenvolvimento. Por parte da instituição há o reconhecimento de que a cifra não abarca todos os aspectos de desenvolvimento e não diz nada com relação à “felicidade” das pessoas (PNUD).

A cifra é aferida pela média aritmética de três índices que mensuram acesso à: 1) saúde, medida pela expectativa de vida; 2) educação, medida pela média de anos de educação de adultos a partir de 25 anos e pela expectativa de anos de escolaridade para crianças em idade de iniciar a vida escolar; 3) renda, medida “pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência” (PNUD). Outros índices foram criados para complementar os dados do IDH a fim de expor problemas de distribuição não contemplados por ele. Por exemplo, um país pode ter alto índice de renda, mas sofrível acesso à saúde, de forma que este último pode ser relativamente compensado pelo primeiro na média final, dando margem para interpretações de que este país tem um bom desempenho geral no desenvolvimento. Assim, para expor parte dessas desigualdades não apreendidas pelo IDH, foram criados o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Um dos principais colaboradores da comissão formada por Mahbud foi o economista Amartya Sen, natural de Santiniketan, atual Bangladesh, professor da Universidade de Harvard e Prêmio Nobel de economia. Sua principal obra, *Desenvolvimento como Liberdade* (2010), expõe os aperfeiçoamentos de suas ideias com relação a sua abordagem do desenvolvimento (Veiga, 2010).

Sen (2010) acredita que o mundo contemporâneo vive condições amplamente favoráveis: uma opulência sem precedentes, o estabelecimento do regime democrático e participativo como modelo de organização política prevalente, a recorrência de temas como direitos humanos e liberdade na

retórica internacional, o aumento expressivo da longevidade e o estreitamento das relações entre diferentes regiões do globo, tanto nos campos de comércio e comunicações, quanto de ideias (Sen, 2010). Contudo, prevalecem condições de privação e opressão extraordinárias experimentadas por pessoas em todo o mundo atualmente.

Existem problemas novos convivendo com antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social. Muitas dessas privações podem ser encontradas, sob uma ou outra forma, tanto em países ricos como em países pobres (Sen, 2010, p. 9)

Para Sen, é da superação desses problemas que o processo de desenvolvimento deve se ocupar. *O objetivo do desenvolvimento, nessa perspectiva, consiste no processo de ampliação das liberdades que as pessoas desfrutam.* Assim, Sen expõe o principal contraste de seu pensamento com relação às visões restritivas do desenvolvimento, reduzidas a metas de PNB (Produto Nacional Bruto), renda *per capita*, e outros indicadores econômicos.

O pensamento de Sen se constrói em torno de dois eixos interatuantes: em reconhecer a condição de agentes livres das pessoas e em favorecer o acesso às liberdades instrumentais que causalmente se relacionam à ampliação da liberdade geral.

A caracterização de agente não pressupõe, segundo Sen, a existência de diretrizes externas ou de um sistema avaliatório dos objetivos e/ou efeitos das ações promovidas pela pessoa. O parâmetro de julgamento dos benefícios ou prejuízos decorrentes das realizações está precisamente nos valores que a própria pessoa prioriza, e os prioriza *com razão* (Sen, 2010). Reconhecer o

papel de agente das pessoas não é apenas motor para ampliação das liberdades, mas é, de fato, constitutivo da experiência da liberdade.

Entretanto, pressupor a possibilidade de experiência da liberdade em contextos sociais co-construídos em meio a profundas privações a que as pessoas estão sujeitas seria, no mínimo, ingênuo, como se observa em certas apropriações de crenças meritocratas. A possibilidade de exercício do agenciamento é concretamente limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas disponíveis e, também, por processos sociais inadequados, como sistemas que impõem violações de direito às escolhas de lideranças políticas, à liberdade de expressão, à voz das mulheres e a outros acessos à vida política, econômica e civil. Assim, Sen afirma que o desenvolvimento como liberdade é um comprometimento social.

A articulação das disposições sociais que instrumentalizem as pessoas para a ampliação de liberdades é o segundo eixo da abordagem seniana do desenvolvimento. A análise se debruça sobre as instituições sociais que favorecem o acesso às liberdades instrumentais, que são também constitutivas do aspecto geral da liberdade. Sen delimitou cinco:

1 – Liberdades políticas: referem-se à possibilidade de as pessoas participarem dos processos de escolha de suas lideranças políticas, bem como dos princípios norteadores do modo de liderar. Inclui a construção de cenários abertos à crítica das lideranças, liberdade de expressão política, imprensa sem censura, diversidade de ideologias e grupos políticos e demais direitos associados às democracias em sentido mais abrangente;

2 – Facilidades econômicas: referem-se às oportunidades que as pessoas têm de utilizar recursos econômicos com fins de consumo, produção e troca. Relacionam-se também aos recursos oferecidos pelo funcionamento dos mercados, como disponibilidade de financiamentos e outros subsídios, e sobre como as rendas adicionais geradas no país são distribuídas.

Sobre o aspecto econômico, Sen faz importantes ponderações. O processo de desenvolvimento não deve ter como objetivo final a maximização de lucros e riqueza, portanto, não se destina à valorização não declarada (ou mais ou menos declarada) de alguma “lista de instrumentos especialmente escolhida” (Sen, 2010, p. 16). O papel da riqueza econômica para o desenvolvimento sofre uma redefinição e é compreendido como instrumento, inserido em um campo de oportunidades mais abrangente, para a ampliação da liberdade geral das pessoas, já que se refere à possibilidade de participação no sistema de mercado segundo os interesses dos próprios indivíduos. O deslocamento do interesse no lucro em direção às características mesmas das vidas humanas em seus respectivos contextos toca um campo de discussão ainda mais profundo, que passa pelos modos de produção subjetiva de símbolos e valores compartilhados e priorizados nas sociedades.

A negação de oportunidades de transações e participação nos mercados, seja por meio de mecanismos arbitrários ou por falta de acesso, pode ser, em si, uma fonte de privação da liberdade. Com essa argumentação, Sen não se refere ainda ao funcionamento dos mecanismos de mercado, mas à valorização do exercício da liberdade dentro do contexto econômico. Assim, a avaliação dos méritos do sistema de mercado “não reside apenas em sua

capacidade de gerar resultados de culminância¹⁷ mais eficientes” (Sen, 2010, p. 45), mas considera a forma *como* os processos pelos quais os resultados de culminância ocorrem podem contribuir para ampliar as liberdades das pessoas.

A caracterização da pobreza¹⁸, por conseguinte, não se restringe a indicadores econômicos, mas se dá a partir de informações sobre privações de capacidades básicas, relacionadas à vivência de todas as liberdades instrumentais e à limitação da condição de agente. Essas privações podem refletir-se em morte prematura, fomes crônicas e extensivas, subnutrição, analfabetismo, violência, acesso desigual ao mercado de trabalho em virtude de gênero e outros problemas.

3 – Oportunidades sociais: concernem às disposições que a sociedade estabelece, por exemplo, nas áreas de educação e saúde. Além de favorecerem incrementos à liberdade ampla, essas oportunidades se relacionam à instrumentalização das pessoas para participarem mais

¹⁷ Refere-se somente aos resultados finais obtidos pelo sistema de mercado sem considerar o *processo* de obtenção desses resultados, incluindo o exercício da liberdade (Sen, 2010).

¹⁸ A noção de “subdesenvolvimento” segue a mesma lógica. Sen (2010) justifica sua perspectiva considerando o aspecto da desigualdade de acesso aos vários dispositivos sociais, não somente à renda. Para ilustrar, ele analisa o caso da comunidade afro-americana residente nos Estados Unidos. Embora esse grupo (analisando especificamente o sexo masculino) tenha renda *per capita* consideravelmente inferior a da população branca, ele é abundantemente mais rico que os habitantes de economias mais pobres, como a China e o estado do Kerala, Índia. Mas, em termos de sobrevivência, ainda que os afro-americanos tendam a se sair melhor que os chineses e indianos do Kerala nos primeiros anos de vida (especialmente no aspecto de mortalidade infantil), o quadro se inverte consideravelmente até as faixas etárias mais elevadas. Sendo assim, “o fato não é apenas que os negros americanos sofram uma privação *relativa* em termos de renda per capita em contraste com os americanos brancos, mas também que eles apresentam uma privação *absoluta* maior do que a dos indianos de Kerala, que têm baixa renda (tanto homens quanto mulheres), e que os chineses (no caso dos homens), no aspecto de viver até idades mais avançadas. As influências causais desses contrastes (entre os padrões de vida julgados segundo a renda per capita e os julgados segundo o potencial para sobreviver até idades mais avançadas) incluem disposições sociais e comunitárias como cobertura médica, serviços de saúde públicos, educação escolar, lei e ordem, prevalência da violência, etc” (Sen, 2010, pp. 38-39).

efetivamente das atividades políticas e econômicas da sociedade. Além do acesso propriamente dito, a qualidade ou estruturação dessas disposições são consideradas. É relevante que currículos escolares, por exemplo, favoreçam o conhecimento da estrutura social, política e econômica da sociedade da qual seus alunos fazem parte.

4 – Garantias de transparência: essas garantias têm um papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e das transações ilícitas. Elas objetivam garantir dessegredo e clareza nas interações.

5 – Segurança protetora: essa disposição visa oferecer proteção particularmente para as pessoas que vivem no limiar de vulnerabilidade que, em razão de mudanças materiais que lhes afetem, podem ser submetidas a condições de grande privação. Assim, é preciso que sejam garantidas, de forma *fixa*, proteções como benefícios aos desempregados, suplementos de renda para indigentes ou medidas previstas para situações coletivas de emergência.

A abordagem do desenvolvimento como liberdade não preconiza um sequenciamento de prioridades entre os dois eixos sobre os quais ela se estrutura. Em toda a obra analisada, Sen insiste na exposição das interrelações entre a ampliação da capacidade do exercício de agenciamento e das liberdades instrumentais das pessoas.

Embora a análise do desenvolvimento precise, por um lado, ocupar-se de objetivos e metas que tornam importantes as consequências dessas liberdades instrumentais, é necessário igualmente levar em conta os encadeamentos empíricos que unem os tipos distintos de liberdade *uns aos outros*, fortalecendo

sua importância conjunta. Essas relações são fundamentais para uma compreensão mais plena do papel instrumental da liberdade (Sen, 2010, p. 25)

Os dois eixos estruturantes do pensamento seniano, além de componentes constitutivos do desenvolvimento e da liberdade, são também, eles mesmos, a própria experiência de liberdade, e é nesse sentido que se afirma que a liberdade é *meio* e *fim* do processo de desenvolvimento.

3.1. Crítica ao desenvolvimento como liberdade

Algumas críticas têm, não apenas apontado pontos passíveis de melhores elaborações, como atacado diretamente as bases conceituais sobre as quais se estrutura todo o pensamento seniano. Mendonça (2012) fundamenta-se na alternativa marxista para afirmar que as possibilidades abertas no esteio do projeto seniano não alteram o alicerce sobre o qual os processos de exclusão e desigualdade se reproduzem. Já Brum (2013) acredita que, ao pressupor um agente racional que possa usufruir da liberdade – a liberdade nos moldes senianos –, a abordagem de Sen nega essa liberdade aos grupos desprovidos de uma racionalidade individual, como os animais e “os deficientes mentais” (p.106). Oliveira (2007) enxerga nas elaborações de Sen uma mera sofisticação teórica dos princípios que regem o liberalismo na atualidade, enquanto desconsidera as relações de poder que permeiam a dinâmica entre indivíduos e sociedades. Mas, para nossos intentos, nos deteremos nas elaborações tecidas por Walter Mignolo (2005),

considerando Latour (2004) como apoio teórico, para tangenciar algumas reflexões sobre o desenvolvimento como liberdade de Sen.

Dentro da lógica conceitual e política a partir da qual Sen desenvolve sua abordagem do desenvolvimento, são evidentes os deslocamentos que ele propõe, principalmente, como observam Anand *et al* (2005), no âmbito da política econômica. Sen (2010) criticou seriamente: I) o foco da economia no primado da renda e riqueza, e não nas características mesmas das vidas humanas e nas liberdades substantivas; II) o foco utilitarista na satisfação mental, em vez da insatisfação construtiva e o descontentamento criativo; III) a preocupação "libertária" com os procedimentos para a liberdade (com negligência deliberada de consequências acarretadas por esses procedimentos). Com isso, Sen pretendia tecer uma abordagem centrada em uma base factual diferente, tendo como procedimentos e como objetivo final a ampliação das liberdades.

Embora a concepção do desenvolvimento como ampliação de liberdades possa, como Sen (2010) observou, parecer um tanto esotérica no contexto de análises econômicas clássicas – que por longos anos têm se dedicado ao melhoramento dos mecanismos de mercado em favor de “geração de rendas elevadas, de uma maior cesta de bens de consumo e de outros resultados de culminância” (p. 45) –, o autor relembra que os *princípios liberais* eram, originalmente, uma apropriação pela economia de princípios aplicáveis a um campo bem mais amplo, construídos ao redor da valorização da liberdade. Assim, Sen (2010) torna explícita a afinidade epistemológica de suas ideias com os princípios liberais.

É partindo da macronarrativa que sustenta a lógica liberal, com os dispositivos que ela produz, que Sen (2010) discrimina, dentre tantas possibilidades, as cinco liberdades instrumentais básicas para a composição de uma vida livre. Ele justifica essa discriminação: “Como nossas liberdades são diversas, há margem para a valoração explícita na determinação dos pesos relativos de diferentes formas de liberdades ao se avaliarem as vantagens individuais e o progresso social” (ibidem, p. 48). Além disso, ele acredita que a explicitação dos processos valorativos envolvidos na discriminação dessas liberdades é especialmente importante porque torna a abordagem aberta à averiguação e crítica pública. Esse processo de valoração é um dos pontos para o qual Mignolo (2005) fornece importantes instrumentos de crítica.

“With all due respect for Sen and Nussbaum¹⁹’s well argued opinion, why should one agree that what they believe would indeed be universally desirable and accepted by all human beings?²⁰” (Mignolo, 2005, p. 113). Essa é uma das perguntas fulcrais que guiam as ponderações de Mignolo (2005) com relação ao “universalismo crítico” de capacidades básicas que as pessoas precisam alcançar, depreendido do pensamento seniano.

Mignolo (2005) observa que, ainda que Sen preconize a relativização do que seja “básico” conforme culturas e momentos históricos diferentes, há uma crença de que seja possível e desejável *mover* todas as pessoas de todos os

¹⁹ Martha Nussbaum: filósofa estadunidense. Foi citada por Mignolo porque nesta publicação (Prophets Facing Sidewise: The Geopolitics of Knowledge and the Colonial Difference) ele se destinou à análise de outro trabalho, de autoria de Meera Nanda (Prophets Facing Backward: Postmodern Critiques of Science and Hindu Nationalism in India). Um dos polos de análise de Nanda era precisamente a “ética das capacidades”, sintetizada a partir dos trabalhos de Nussbaum e Sen.

²⁰ “Com todo o respeito pelas opiniões bem fundamentadas de Sen e Nussbaum, por que deveria-se concordar que o que eles acreditam seria de fato universalmente desejável e aceito por todos os seres humanos?” (tradução livre).

lugares para acima do patamar de uma boa vida definida em termos de certas capacidades – ou liberdades constitutivas/instrumentais. Esse projeto é fundamentado na ideia seniana de que interesses pessoais não são apenas matérias de percepção, mas existem *aspectos objetivos* que comandam a atenção humana, ainda que a auto-percepção desses aspectos não esteja presente.

É precisamente o modo de apropriação e o uso político desses “aspectos objetivos” que entram na pauta para a crítica. Não está em discussão, por exemplo, a necessidade básica de todas as pessoas receberem alimento (sob quaisquer vias): o atual estado da arte científica nos define como seres heterotróficos, organismos incapazes de produzirem sua própria energia. Mas um fato é que a noção de objetividade não se justifica por falácias deduzidas a partir da crença de que os dados obtidos como reflexo dessa objetividade ganham *status* de verdade destituídos dos sentidos produzidos pela vida pública. Não pretendemos cerrar nossa argumentação em uma relativização cíclica, mas produzir um espaço de reflexão sobre os modos como são produzidas as narrativas sobre esses “aspectos objetivos”, bem como os encaminhamentos feitos a partir dessas enunciações.

Permitiremos-nos à transcrição de uma longa passagem de Bruno Latour (2004), produzida a partir de reflexões sobre as rupturas no conhecimento operadas pelo mito da caverna de Platão – que (1) afasta o sábio da desordem da vida pública para observar as “leis não feitas pelo homem” para depois (2) retornar à caverna para colocar aí ordem –, que é esclarecedora para nossos intentos:

Se, polidamente, assinalamos que a facilidade com a qual os sábios passam do mundo social àquele das realidades exteriores, a comodidade com que fazem experiência por esta importação-exportação de leis científicas, a rapidez com a qual eles convertem o humano e o objetivo provam bem que não há ruptura entre os dois mundos, e que se trata muito mais de um tecido sem costura, seremos acusados de relativismo; dir-se-á que tentamos dar à Ciência uma “explicação social”; denunciarão em nós molestas tendências ao imoralismo; talvez nos perguntarão publicamente se cremos ou não na realidade do mundo exterior ou se estamos prestes a nos lançar do décimo quinto andar de um prédio, pois estimamos que as leis da gravidade, elas também, sejam “construídas socialmente”!

É preciso poder contornar este sofisma dos filósofos das ciências, que fez calar a política, há vinte e cinco séculos, logo que ela enfrentou a questão da natureza. Convenhamos logo de saída: a dificuldade oculta é inevitável. Entretanto, à primeira vista, nada deveria ser mais inocente que a epistemologia, conhecimento do conhecimento, descrição metódica das práticas sábias, em toda sua complexidade. Não confundamos esta epistemologia aí, bastante respeitável, com uma outra atividade, que designaremos pela expressão *epistemologia (política)*, colocando a palavra entre parênteses, uma vez que esta disciplina pretende limitar-se à Ciência, desde que ela não vise senão humilhar a política. Esta forma de epistemologia não tem, por finalidade, de forma alguma, *descrever* as ciências, contrariamente ao que a epistemologia poderia fazer entender, mas *evitar* toda interrogação sobre a natureza das complexas ligações entre as ciências e as sociedades, pela invocação da Ciência como única salvação contra o inferno social. A dupla ruptura da Caverna não se funda em nenhuma pesquisa empírica, sobre algum fato de observação, ela é até contrária ao senso comum, à prática cotidiana de todos os sábios; e se ela jamais existiu, vinte e cinco séculos de ciências, de laboratórios, e de instituições de sábios, desde há muito tempo a apagaram. Nada adianta, a política epistemológica anulará sempre este conhecimento ordinário, criando esta dupla ruptura entre os elementos que tudo religa, e peneirando aqueles que a põem em dúvida como relativistas, sofistas e imorais, que desejam arruinar todas as nossas oportunidades de aceder à realidade exterior e, assim, reformar, por efeito reflexo, a sociedade (Latour, 2004, pp. 31-32).

Em nota de rodapé, Latour (2004) justifica seu pensamento:

Eu respeito igualmente estes epistemólogos políticos que concordam em tratar como um *mesmo problema* de filosofia a teoria das ciências e a politologia. Por outro lado, não tenho o menor respeito por aqueles que pretendem que o “problema do conhecimento” deva ser *distinguido* da questão política, a fim de manter sob controle o frenesi do mundo social. Contra estes epistemólogos é necessário lutar. É para distingui-los dos outros que coloco parênteses na expressão epistemologia (política). Ou bem falamos de organização da vida pública, e não é necessário mesclar questões sobre a natureza da atividade científica, ou bem falamos de produção científica, em não há nenhuma razão para misturar considerações sobre a razão da política. Epistemologia política

contra epistemologia política, sim; epistemologia contra epistemologia, perfeito; epistemologia contra política, nada feito (p. 31).

As considerações de Latour (2004) instrumentalizam uma reflexão sobre como se legitimam certas estratégias – conscientes ou não – de apropriação e aplicação das produções da ciência na vida social, fazendo parecer que uma manobra de ordem política não é operada na *produção* mesma dessa cisão ciência/vida social e também nos modos de se fazer essa transposição. A crítica sobre a abordagem do desenvolvimento como liberdade recai precisamente sobre o modo como ela se acomoda a essa cisão.

Mignolo (2005) acredita que a pretensão de tornar universal um patamar mínimo para uma boa vida, conforme proposto por Sen, precisa ser olhada sob essa perspectiva da cisão. A produção dos construtos que operacionalizam a abordagem seniana – liberdade, por exemplo – é ancorada em uma concepção moderna/colonial de instrumentalização da razão, historicamente justificada em um contexto europeu, que executa esse tipo específico de cisão ao propor uma definição universal de ser humano como sendo destacado da natureza.

É precisamente ante tal presunção universalizadora, que tem efeitos muito mais simbólicos, políticos e subjetivos que “científicos”, que Mignolo (2005) questiona como seria possível e desejável operar uma mudança na vida das pessoas a partir de estratégias fundadas em uma cosmologia que lhes é alheia.

Uma coisa é saber que todos os seres heterotróficos precisam de alimento, seja lá por que via for, outra é como tal informação é usada como

instrumento de produção simbólica. Em outras palavras, de que forma o silêncio de certos processos investigados – que não falam de si, mas apenas se dão a ver – se traduzirão em *discurso* e *ação*?

Se tal tradução se faz criando enunciados que se pretendem como verdade universal e, assim, rogam para si a autoridade de calar outras vozes que a questionem, não importando os efeitos que ela executem sobre a vida social, há, *no mínimo*, um viés ético envolvido que é amplamente obscuro e controvertido. É precisamente essa dinâmica que se observa no que Latour (2004) chamou de epistemologia (política), que suspende do conhecimento seu caráter intrinsecamente político. Existe uma longa história de legitimação da propriedade sobre o saber que faz recair sobre algumas autoridades a propriedade da competência para produzir narrativas, *verdades*, ou *traduções*, sobre como as coisas são, tornando, assim, cognoscível o mundo para aqueles que “não sabem do mundo”. E a manutenção dessa autoridade, segundo Latour (2004), se faz por um mecanismo aparentemente muito simples: afirmar e reiterar a impossibilidade de se mesclar as questões cognitivas, sobre a natureza das coisas, com as baixas questões políticas, sobre os valores e dificuldades de viver em comum. Mais ainda, produzir discursos depreciativos com relação àqueles que tentam “politizar a ciência” ou que proponham olhares diferentes ou opostos com relação à cisão oportunamente operada pela instrumentalização da razão e suas narrativas.

A tentativa universalizadora das liberdades propostas por Sen (2010), muito mais que sugerir sua implementação, recria e realimenta a universalização da cosmologia que a justifica, fundada na racionalidade

moderna e nos princípios do liberalismo. Uma série de dispositivos sociais também se re-produzem, convertendo-se em discursos justificadores da abordagem das liberdades. Dentre esses dispositivos, destacamos as noções de valor econômico tratadas por Furtado (1974), a visão imperial da bondade (Mignolo, 2005) que prega a salvação das pessoas da regressão social pelo acesso às liberdades *segundo os princípios liberais*, a democracia²¹, o desenvolvimento e o progresso.

Mesmo com profundo respeito pelo trabalho de Sen (2010), e reconhecendo também a possibilidade de estarmos sendo injustos sobre os efeitos de suas reflexões, é preciso lembrar o caráter devastador e colonialista que a implantação – seja por meio da manipulação ideológica à, tão mais triste e lamentável, guerra – de princípios universais “melhores” acarretam sobre a vida social e a experiência subjetiva dos povos que são submetidos a ela.

Não é necessário ir tão longe na história para testemunhar e trazer à luz o caráter soturno transversal à subalternização de pessoas e saberes – como os mais de quinhentos anos de aberrações sociais praticadas em nome da expansão colonial europeia, da missão catequista cristã e de outras meta-narrativas que hierarquizam *pessoas* segundo valores diferentes. Os recentes confrontos armados que envolveram, em diferentes ocasiões, Estados Unidos, Afeganistão, Líbia e Israel levam a cabo o extremo do momento em que a co-existência cede à barbárie da imposição e da opressão. Outras batalhas mais silenciosas, longe de nossos olhos, ocorrem constantemente entre grupos

²¹ E é curiosa a maneira como Sen (2010) faz a defesa da democracia tendo como um dos principais pontos de argumentação a oposição a governos autoritários, polarizando a discussão e deixando de fora todo um universo de organizações sociais subalternizadas não apreendidas pela lógica de análise colonial/moderna.

indígenas e forças interessadas em suas terras. A guerra torna óbvia a estupidez da valorização de bens em detrimento da co-existência e da vida, mas há tantos outros efeitos subjetivos sutis que o silenciamento de vozes em favor de “bondades universais” ou “verdades científicas universais” (que expressam muito mais a manobra de certas produções da ciência em favor de interesses específicos) produz.

A abordagem proposta por esse trabalho não se alinha à produção de uma perspectiva que se oponha a alguma cosmologia específica, produzindo polarizações ou prisões reversas – em que o inconformado com a ordem hegemônica vigente continua preso a ela na medida em que se esforça para se opor a qualquer princípio dessa ordem, e acaba por novamente produzir universalidades, mas contrárias àquelas contra as quais luta. Nesse sentido, Mignolo (2005) sugere que, fundada em uma construção pluritópica do conhecimento (Mignolo 2003; 2005), a abordagem seniana não seja apenas aberta à crítica pública a partir da cosmovisão que a ancora, mas que se localize em um amplo cenário não hierarquizado de produção de conhecimento, co-existindo com outras visões de mundo. Trata-se de (1) reconhecer que o conhecimento opera em um princípio geo e bio-políticamente constituído e (2) reconhecer que muitos conhecimentos que não obedecem às meta-narrativas dominantes já estão ocorrendo em todo humano, isto é, aquelas que se construíram e se constroem a partir da experiência subjetiva da tensão formada no encontro das diferenças coloniais. Pluriversalismo, co-existência em vez de universalismo e opressão.

Este é claramente um posicionamento político. E desejamos torná-lo claro. Reconhecer os efeitos sobre a vida pública gerados a partir da cisão realizada pela epistemologia (política) (Latour, 2004), bem como o caráter político e subjetivo envolvido na universalização de saberes e procedimentos torna a voz da ciência a própria voz de pessoas, que precisam recuperar a responsabilidade como modo de produzir mudanças, mesmo, e especialmente, no caso daqueles que largamente se beneficiam com a manutenção das opressões. Como refletiu Mignolo (2005), as pessoas se orgulham de se reconhecerem como cristãs, liberais ou socialistas/marxistas, mas é possível que seja raro encontrar aqueles que experimentem o mesmo sentimento ao se declararem imperialistas/colonialistas, muito embora o cristianismo, o liberalismo e o socialismo/marxismo tenham estado na base de muitos processos coloniais.

Então, em um cenário pluriversalista do conhecimento, essas meta-narrativas compõem um campo marcado por espaços complexos de tensão entre as diferentes epistemes, de maneira que o esforço é destinado à exposição, percepção e reconhecimento desses conflitos e não ao engolimento das tensões por meio de processos opressores, subalternizadores²², ou meramente políticos, que abafam o conflito em favor da manutenção do *status quo* ou da protelação de exposição aberta dos impasses.

²² Sobre isso, recomendamos o trabalho encantador de Fittipaldi (2007) tecido sob a abordagem gestáltica: Por uma cultura de paz: A abordagem gestáltica como instrumento.

CAPÍTULO 3

SUSTENTABILIDADES

A exemplo do que ocorre no caso do desenvolvimento, as produções científicas e narrativas construídas em torno de propor conceitualizações e métodos de execução da sustentabilidade se espriam em meio a diferentes visões de mundo que definem as relações entre humanos e não humanos e sobre as propostas para os dilemas ambientais derivadas dessas construções.

Nascimento (2012) afirma que a noção de sustentabilidade é originária de duas áreas: a ecologia e a economia. No campo ecológico, Miller Jr (2008) define-a como a “capacidade dos diversos sistemas da Terra, incluindo as economias e sistemas culturais humanos, de sobreviverem e se adaptarem às condições ambientais em mudança” (p. 3). Ferramentas como o cálculo de pegada ecológica²³, criada por William Rees (Siche *et al*, 2007), esclarecem quantitativamente essa relação. A publicação mais recente da Rede Global da Pegada (GNF, *Global Footprint Network*), de 2011 (Rees & Wackernagel, 2013), estima que, em níveis globais, a pegada ecológica (aferida em hectares por pessoa) passou de 80% da biocapacidade em 1961 para 150% em 2008, perfazendo um déficit ecológico de 50% (Veiga, 2013). Isso significa que “a humanidade passou a consumir, em um ano (2008), aquilo que a biosfera precisa de um ano e meio para regenerar” (ibidem, p. 87). Em um cenário de manutenção do *status quo*, o GNF estima que o déficit atingirá 80% ao fim de

²³ Proposta originalmente em 1992 e revista em 2006. Consiste no cálculo da “área de terra necessária para a produção e a manutenção de bens e serviços consumidos por uma determinada comunidade” (Rees, 1996, citado por Siche *et al*, 2007, p. 138).

2015, 100% em 2030 e 190% em 2050 (ibidem), chegando a quase três anos o tempo necessário de regeneração do que é consumido em um ano.

Na segunda origem, a economia, a sustentabilidade é empregada como adjetivação do desenvolvimento e surgiu a partir de preocupações referentes à relação entre o crescimento econômico persistente, juntamente com os padrões de consumo, e a disponibilidade de recursos naturais. Foi precisamente no processo de articulação com o desenvolvimento, gestacionado mais expressamente desde aqueles conflitos da década de 1960 entre ambientalistas e defensores do crescimento, que a sustentabilidade ganhou expressão política em dimensões globais, com destaque para a criação, em 1972, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

1. O problema ecológico

Samuel Murgel Branco (1999), biólogo e naturalista, propõe uma visão ecossistêmica para os problemas do meio ambiente. O principal fundamento de sua tese reside nas diferenças de funcionamento entre os “ecossistemas naturais” e as “cidades”, bem como na crítica ao pensamento reducionista cartesiano e à visão mecanicista da natureza.

Os ecossistemas são, antes de tudo, sistemas, descritos como uma “unidade global *organizada* de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos” (Morin, 1977, citado por Branco, 1999, p. 72). Os sistemas têm como propriedades, necessariamente, o funcionamento de um *fluxo energético*,

a *auto-regulação*, de forma que seja mantido um perfeito equilíbrio entre as partes pela conservação do fluxo energético, a *acumulação de energia* em seu interior a partir de uma fonte externa e a presença de um *mecanismo regulador* que controla o funcionamento geral através de processos de *retroação* (o efeito agindo sobre a causa).

Para Branco (1999), a noção de sistema aplicada à ecologia,

veio a demonstrar que o estudo do animal isolado de seu ambiente físico e biótico não leva a um conceito realmente abrangente de *animal*; suas relações com o meio e seu comportamento perante outras espécies e fatores físicos são necessariamente peculiares e fazem parte obrigatória de sua definição (p. 68).

Assim, os ecossistemas naturais descrevem os processos interacionais não antrópicos de funcionamento entre os elementos da biosfera, que compõem uma totalidade inapreensível pela mera descrição das partes que os formam. Disso decorre o caráter da *complexidade* dos ecossistemas, que implicam em conexões ou interligações adequadas que geram novas propriedades para o todo, isto é, o sistema (Branco, 1999).

Os ecossistemas naturais funcionam em ciclos que supõem fluxos energéticos entre os elementos que o compõem, promovendo seu equilíbrio interno. Esse ciclo se inicia, geralmente, apoiando-se na luz solar como fonte primeira de energia externa, que é captada pela clorofila das plantas e *acumulada* em moléculas orgânicas, na forma de energia química, no processo de fotossíntese (Branco, 1999). A partir desse processo básico das plantas, que são organismos *produtores*, desenvolve-se nos ecossistemas toda a cadeia alimentar, constituída desde os animais herbívoros, que se alimentam a partir de energia acumulada nas moléculas de matéria orgânica produzida pelos vegetais, até os decompositores, que têm como fonte energética os

dejetos orgânicos (ibidem). O processo descrito pela cadeia alimentar expõe, além do fluxo energético, o fluxo de matéria, já que o armazenamento de energia ocorre em forma química no interior de moléculas, que são destruídas para geração de energia do ser vivo que as consome.

Os ecossistemas naturais são dinâmicos, sistemas com capacidade quase infinita de auto-regulação, o que lhes permite “manter-se em contínuo e perfeito funcionamento, conservando o fluxo normal de energia e matéria, independentemente das variações ambientais” (Branco, 1999, p. 70), processo denominado de homeostase.

Mas a ação humana ocorre em funcionamento sensivelmente diferente com relação aos processos dos ecossistemas naturais. Branco (1999) supõe a ação humana somente na ideia de meio ambiente²⁴, mas não na dos ecossistemas naturais. Essa escolha não é ao acaso. As ações humanas são dotadas de um caráter *finalista, teleológico*, o que não descreve os *processos evolutivos* (Mayr, 2005) dos elementos que compõem os ecossistemas – que presumem larga escala de tempo –, conforme propunha os trabalhos de Darwin sobre a evolução das espécies. No senso comum e também na Biologia, a evolução foi frequentemente considerada como um processo teleológico, que levaria ao “melhoramento” ou “progresso” das espécies, mas, ao se considerar integralmente a natureza variacional da evolução darwiniana, o aparente

²⁴ Coimbra define meio ambiente como “o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos” (Coimbra, 1985, citado por Branco, 1999, p. 103).

caráter acidental, oportunista e casual demonstra a ausência de uma meta final nos processos evolutivos (Mayr, 2005).

Não se observa intenção, meta ou objetivo nos processos naturais livres da ação antrópica. Entretanto, quando o ser humano se distancia de sua filiação à savana, como berço evolutivo, ele adquire

a faculdade única de redirecionar os elementos e fatores que caracterizam o ambiente, dando, pela primeira vez, uma *finalidade* objetiva à natureza. Com isso, a seleção natural passou a ser cada vez menos importante em relação a essa espécie capaz de plasmar o seu próprio ambiente e, portanto, de suprimir as pressões ambientais que operam essa seleção (Branco, 1999, p.98).

Essa mudança de caráter de relação do humano com o meio natural impõe mudanças no aspecto homeostático dos ecossistemas. O centro da vida humana passa a ser, progressivamente, a cidade, *lócus* da vida pública com características peculiares de consumo de energia e matéria. A cidade, embora meio ambiente, não se constitui como um ecossistema verdadeiro, segundo Branco (1999), já que esta não compreende uma atividade de *produção* e/ou fixação de energia primária. Ela é o destino final de produtos processados a partir de matéria-prima que lhe é externa, para consumo com geração de resíduos. Logo, o fluxo de energia e matéria que alimenta o consumo nas cidades é, via de regra, unidirecional, e não cíclico, o que constitui a principal diferença com relação aos fluxos característicos dos ecossistemas naturais (ibidem). Mais ainda, as cidades não têm um tempo determinado de existência, o que, sob a lógica do desenvolvimento como crescimento, sobrecarrega os ecossistemas.

Branco (1999) considera, então, o papel dos processos culturais na produção de uma abordagem do meio ambiente, já que a estabilidade do

sistema ambiental, com a ação humana, deixa de ser um processo “*homostático* ou automático, para tornar-se *planejado*, em função de uma finalidade ética” (p. 127), que se refere à possibilidade de conservação da vida humana na biosfera.

Assim, Branco (1999), preocupado em desconstruir certos enganos, propõe um “ambientalismo” fundado em quatro corolários:

- 1- Não existe uma propriedade fundamental da vida, como uma energia própria (força vital e correlatos);
- 2- A natureza não é uma entidade personificada. Ela é um conjunto organizado de seres vivos e não vivos que obedece a certas dinâmicas de fluxos energéticos e de materiais;
- 3- Fenômenos culturais não são necessariamente opostos à natureza, mas fazem parte dela, “representando simplesmente o comportamento complexo de uma das espécies geradas pelos mesmos processo essencialmente causais que originaram todos os outros” (p. 161);
- 4- O ser humano desenvolveu a capacidade de alterar a natureza de modo finalista, e essa capacidade se mostra tem limites, a não ser que ele mesmo se imponha uma ética que, em última instância, visa proteger sua própria espécie.

2. Projetos de sustentabilidade no âmbito da Economia

A partir das propostas de sustentabilidade oriundas da Economia se dão a ver mais manifestadamente os dilemas acadêmicos e políticos entre modelos

de desenvolvimento – com discussões já bem estabelecidas no cenário mundial – e a capacidade da biosfera de sustentá-los. Esse dilema constitui um campo comum de afetação a todas as pessoas, independente do quão centralizados ou descentralizados possam ser os projetos desenvolvimentistas. Como um problema comum, há a necessidade de uma governança mundial (Veiga, 2013) em favor de estratégias que tornem possível a relação desenvolvimento/biocapacidade, mas as diversas visões de desenvolvimento, como temos argumentado, oferecem entraves à harmonização dessa relação, também pela dificuldade de delinear as variáveis envolvidas no que poderia configurar uma “crise ambiental”. Contudo, as propostas de sustentabilidade no âmbito econômico revelam seus projetos de desenvolvimento subjacentes, *com as variáveis que, mesmo em meio à incerteza, tendem a valorizar.*

Veiga (2010) percebe três caminhos de elaboração da sustentabilidade: o ultra otimismo tecnológico, o decrescimento (fatalismo entrópico) e o estado estável da economia (*steady-state economy*).

Os entusiastas da tecnologia acreditam que não existe dilema entre a conservação ambiental e o crescimento econômico: combinar essa dupla exigência seria perfeitamente factível (Veiga, 2010). Um dos mais expoentes fundamentos que justifica essa hipótese foi produzida pelo estudo da dupla Gene M. Grossman e Alan B. Krueger em 1995 publicado no *The Quarterly Journal of Economics* da Universidade de Oxford. Foi investigada a relação entre a atividade econômica e a qualidade ambiental (aferida pela qualidade do ar e qualidade da água em suas bacias hidrográficas, em função de quatro indicadores) em diversos países. Os autores afirmaram que não foram

encontradas evidências de que a qualidade ambiental se deteriore de maneira firme com o crescimento econômico (Grossman & Krueger, 1995). Os indicadores apontaram para uma deterioração na fase inicial do crescimento com posterior melhora da qualidade ambiental. Tal observação foi associada ao aumento de demanda e oferta de proteção ambiental à medida que o crescimento econômico progride. Assim, a degradação tenderia a diminuir, na maioria dos casos, quando a renda nacional chegasse a níveis próximos de 8 mil dólares *per capita* (dólares de 1985). Os autores acreditam que os indicadores analisados justificariam a generalização para a qualidade ambiental como um todo, entretanto Veiga (2010) suspeita do valor científico dessa extrapolação e lembra de outros fenômenos, já bem conhecidos, relacionados diretamente à condição ambiental que não foram contemplados pela dupla Grossman & Krueger, como a escassez de água, erosão da biodiversidade, aspectos climáticos, perdas de patrimônio genético, dentre outros.

Outro expoente representante do otimismo tecnológico é o Nobel de Economia de 1987, Robert M. Solow (Veiga, 2010; Nascimento, 2012). Para ele, o processo produtivo é possível a partir de três ingredientes: trabalho humano, capital produzido e recursos naturais. Qualquer um desses elementos poderá compensar a escassez de outro, por meio de inovações, a fim de não comprometer a continuidade da produção. Assim, a natureza jamais constituirá obstáculo à expansão, já que “o progresso científico tecnológico sempre conseguirá introduzir as necessárias alterações que substituam a eventual escassez, ou comprometimento, do terceiro fator” (Veiga, 2010, p. 122). Em suma, a ideia de sustentabilidade de Solow, que ficou conhecida como “sustentabilidade fraca”, se refere à preservação da capacidade produtiva

(capital total constante) para um futuro indeterminado, pela sistemática substituição dos fatores limitantes ao processo produtivo. A finitude de recursos naturais só é um problema em sua especificidade, mas não como conjunto (Nascimento, 2012). Mesmo expressando uma preocupação pela manutenção do bem-estar para as futuras gerações, o pensamento de Solow reduz as necessidades humanas aos dispositivos e produtos do crescimento econômico, ao mesmo tempo em que circunscreve sua visão de mundo – e, implicitamente, traça uma ontologia – à díade produção/consumo. Veiga (2010) acredita que isso explica a ideia de Solow “sobre a inconveniência de procurar uma definição menos vaga de sustentabilidade” (p. 123).

Economistas neo-clássicos menos otimistas discordam da dinâmica de intercâmbio entre fatores de produção proposta por Solow (Veiga, 2010). Em vez do capital total, o que precisa ser mantido, nessa perspectiva da sustentabilidade, é o chamado capital natural, ou seja, aquele não reprodutível. Nessa vertente, conhecida como “sustentabilidade forte”, a observação da escassez de recursos naturais deveria ser corrigida pela criação de mercados para os bens ambientais, conferindo-lhes “valor de existência”. Assim, um bem ambiental recebe valor econômico em função da disposição das pessoas pagarem pelo ganho que ele representa, ou pela disposição em aceitar algo como compensação. Nessa lógica, a opinião pública poderia balizar, por exemplo, valores de existência de determinada espécie em extinção, calculada frente ao julgamento de ganho ou perda (ainda que sob a ideia de “satisfação pessoal por tal espécie existir”). Veiga (2010) critica tal precificação de bens naturais ao afirmar que “só podem ter valor econômico e, portanto, preço, bens que sejam produtíveis e apropriáveis” (p. 128). Assim, ele expõe a crença de

alguns economistas de que a racionalidade econômica sempre dominará as outras, pela transposição de seu aparato teórico-técnico para a compreensão e gestão de quaisquer fenômenos, sob a lógica mercadológica.

Outra proposta para a sustentabilidade, o *decrescimento*, é orientada pelos estudos do matemático e estatístico romeno, Nicholas Georgescu-Roegen (1995). Segundo ele, a matriz neo-clássica da ciência econômica se funda sobre a epistemologia mecanicista e constrói representações de cenários econômicos como sistemas que se comportam linearmente, com entradas e saídas definidas, desconsiderando as transformações de energia ao longo do processo. Para ele, esse modo de representação não está de acordo com os princípios termodinâmicos, principalmente pelo fato de a Terra descrever o funcionamento de um sistema fechado²⁵. O autor propõe, então, uma interpretação das leis da termodinâmica para expor a impossibilidade de manutenção do modelo econômico neo-clássico.

A primeira lei da termodinâmica, da conservação de energia, permite a aferição da variação de energia no interior de dado sistema termodinâmico²⁶ (Máximo & Alvarenga, 2006). Ela prevê que não há criação ou consumo de energia pelo sistema observado, mas apenas troca energética com seu exterior (em forma de calor ou trabalho). A segunda lei, a da entropia, expressa um *sentido* espontâneo de transferência de energia em forma de calor nos processos naturais (Colovan & Silva, 2005). Partindo do enunciado de Clausius, o calor não pode passar espontaneamente de um corpo mais frio

²⁵ Sistemas abertos descrevem aqueles que realizam trocas de materiais e de energia com o ambiente que lhe é externo. A Terra, entretanto, é um sistema fechado porque, embora receba continuamente o fluxo energético advindo do sol, a quantidade de materiais interna não muda (Cechin & Veiga, 2010).

²⁶ Qualquer sistema macroscópico (Cattani & Bassalo, 2008).

para outro mais quente (ibidem), o que expressa o caráter de irreversibilidade do sistema, já que o calor é dissipado e não pode, naturalmente, retornar ao estado anterior. Assim, fundados no enunciado de Kelvin, Oliveira & Dechoum (2003), sintetizam: “não há nenhuma máquina térmica operando ciclicamente capaz de remover calor de um reservatório e convertê-lo integralmente em trabalho” (ibidem, p. 359), já que parte da energia utilizada pelo sistema é degradada em forma de calor.

É mais precisamente sobre a lei da entropia que Georgescu-Roegen (1995) se detém. Em sua interpretação, os processos humanos produzem alterações qualitativas no estado da energia utilizada, transformando matéria e energia de baixa entropia (livre) em energia de alta entropia (energia degradada ou não disponível, na forma de calor). De forma natural, os organismos vivos crescem e se desenvolvem mantendo sua própria organização interna ao importar energia e materiais de baixa entropia, ou seja, capaz de realizar trabalho, do meio (Cechin & Veiga, 2010). Assim, a entropia geral do sistema tende sempre a aumentar, e é característica da própria vida promover esse aumento (Georgescu-Roegen, 1995). Mas, nessa análise, o processo econômico estaria contribuindo para a drástica aceleração dessa tendência no interior do sistema Terra, comprometendo a vida das futuras gerações, já que a manutenção do *modus operandi* da economia industrial depende completamente da transformação de recursos de baixa entropia em enormes quantidades de resíduo de alta entropia, não utilizáveis.

Georgescu-Roegen recomendava a saída dos economistas de seu isolamento com relação aos cientistas de outras áreas do conhecimento e sugeriu que a economia fosse absorvida pela ecologia, já que esta segunda

estaria mais adequada às leis da termodinâmica (Veiga, 2010). O tom herege de suas análises e proposições o levaram à condenação acadêmica, tendo sido deliberadamente colocado “na geladeira pelos mandarins da comunidade dos economistas americanos”²⁷ (ibidem, p 118). Georgescu-Roegen faleceu no ostracismo em 1994.

A partir das elaborações de um dos principais discípulos de Georgescu, o economista estadunidense Herman E. Daly, surge mais um horizonte de interpretação da sustentabilidade (Veiga, 2010). Contra a tese e o método do capital total constante de Solow, Daly defendeu a ideia de que os recursos naturais e capitais são, geralmente, complementares, em vez de substitutos: pensá-los como substitutos, contrariaria as duas leis da termodinâmica (ibidem). Sua proposta consiste na superação do crescimento econômico e o resgate da ideia da condição estacionária, formulada por economistas clássicos, especialmente Stuart Mill.

Para Mill, “a condição estacionária seria uma situação sem crescimento da população e do estoque físico de capital, mas com contínua melhoria tecnológica e ética” (Veiga, 2010, p. 137). Na releitura de Daly, o crescimento populacional e de produção não deve ultrapassar a capacidade de regeneração de recursos e absorção de resíduos, com descontinuidade do crescimento físico e continuidade *exclusiva* de alterações qualitativas.

²⁷ Veiga (2010) relata a manobra realizada quando da participação de Georgescu-Roegen no encontro anual da *American Economic Association* em 1973. Nessa ocasião, Georgescu solicitou a transcrição em ata de seu texto “Rumo a uma economia humana”, entretanto, o documento foi publicado como apêndice em letras minúsculas. Esse foi “um registro histórico do gigantesco desprezo que os economistas americanos nutriam pela renascente preocupação ambiental” (ibidem, p. 119).

Considerando o fato de os países do norte já disporem de condições suficientes para conceder à sua população uma boa vida, Daly acredita que a sustentabilidade é um assunto mais urgente para esse grupo (Veiga, 2010). Ele reconhece que a aceitação da ideia da condição estacionária exigiria profunda alteração no sistema econômico e nas culturas, mas ela deveria ser instituída, partindo dos países do norte, por meio de quatro políticas inter-relacionadas.

Veiga (2010) relata que a primeira política consiste na interrupção da ideia de contabilizar o consumo de capital natural como renda. Considerando o consumo como renda, ele necessariamente precisa manter a capacidade de produzir e consumir o mesmo volume em dois anos subsequentes, *incluindo o capital natural*, então, a noção de sustentabilidade já estaria inserida na própria noção de renda. A segunda política consiste em taxar mais o uso de recursos naturais e tributar menos a renda, o que levaria à economia no uso da natureza e, simultaneamente, favoreceria a redução do desemprego. A terceira política, considerada mais radical que as anteriores, consiste em “maximizar a produtividade do capital natural no curto prazo e investir no crescimento de sua oferta no longo” (ibidem, p. 142), mas essa proposta esbarra exatamente na ideia de alguns economistas não considerarem o capital natural um fator limitante. Por fim, a mais polêmica das políticas propõe a saída da lógica econômica baseada no livre comércio global, e seus dispositivos, em direção à uma orientação mais nacionalista, recorrendo ao comércio internacional apenas quando evidentemente muito mais eficiente. Para Daly,

o globalismo não contribui, em geral, para um real aumento da produtividade dos recursos naturais, mas sim para uma competição que abaixa padrões salariais e externaliza custos sociais e ambientais mediante exportação de capital natural a baixos preços, enquanto os classifica como renda (Veiga, 2010, p 144).

3. Outras áreas do conhecimento

No capítulo 1, expomos o caráter de pluralidade com que as preocupações relacionadas ao meio ambiente entraram para a pauta política internacional. Mesmo que a economia tenha contundente influência sobre a produção de diretrizes internacionais de gestão do desenvolvimento e da sustentabilidade – apesar do perceptível desprezo de boa parte dos economistas pelos conflitos gerados no interior das lutas para produção de sentidos da sustentabilidade, tentando aprofundar a adoção de técnicas cada vez mais robustas fundadas na lógica mecanicista neoclássica (Veiga, 2010) –, a discussão é representada por áreas do conhecimento para além da economia e da ecologia.

O estudo de análise bibliográfica produzido por Junior *et al* (2014) ofereceram uma valorosa análise da produção científica sobre a sustentabilidade que inclui a sociologia e a antropologia. O exame foi feito a partir da seleção de quinze dos vinte cinco artigos mais citados no sítio ISI – *Web of Science*, publicados entre 1990 e 2010, nas áreas de ecologia, economia, sociologia e antropologia (quinze artigos de cada área)²⁸. Primeiramente, os autores examinaram as produções a partir de três dimensões: “(1) a concepção ontológica de interação entre eventos humanos e não humanos; (2) a noção de perturbação, que abrange ameaças, riscos e vulnerabilidades; e, por fim, (3) as estratégias de tratamento dos dilemas

²⁸ Os autores não consideraram as “ciências de interface”, como a ecologia humana, ecologia política, economia ecológica, dentre outras. Na abordagem da publicação, essas ciências “são compreendidas como tentativas de institucionalização da interface entre eventos humanos e não humanos como temática específica, sem, contudo, se desvincular das perspectivas oriundas das ciências antes mencionadas” (p. 46)

ambientais a que se dedicam” (p. 47). Dessa análise, verificou-se uma diversificação no modo de apresentação das três categorias propostas não apenas entre os quatro campos teóricos – ecologia, economia, sociologia e antropologia – mas também entre arranjos conceituais internos a esses campos. Por exemplo, em ecologia, os autores afirmam que a dimensão ontológica apresenta-se intimamente relacionada com as estratégias de solução. Contudo, a estruturação dessa propositividade varia entre, de um lado, projetos de manutenção da integridade ecológica (que expressa uma concepção ontológica de dissociação entre “humanos” e “natureza”, imprimindo-lhes um caráter de rivalização e competição, e, de outro, projetos de manutenção das *funções* ecológicas (essa perspectiva se aprofunda à medida em que os esforços de conjunção entre eventos sociais e ecológicos se internalizam).

A análise produziu duas conclusões. A primeira, relacionada à articulação entre as três dimensões analisadas, verificou que, nas áreas de ecologia, economia e sociologia a definição ontológica está mais proximamente relacionada à delimitação de estratégias de enfrentamento. Comparados aos trabalhos em antropologia, há maior efeito de propositividade, mas *menor propensão de diálogo com perspectivas exógenas à concepção estabelecida internamente*. A dimensão de ameaça e perturbação é tratada superficialmente nesses trabalhos, sem maior aprofundamento da definição mesma da ameaça, mantendo-se num *plano de certezas* que, “de tão certas, não necessitam de um tratamento central nesse tipo de narrativa” (Junior *et al*, 2014, p. 59). Já na iniciativa antropológica, as estratégias de enfrentamento estão estreitamente relacionadas com a análise das situações de ameaça e o caráter etnográfico. A

caracterização das ameaças está “relacionada à preocupação antropológica de conceber a particularidade de interações que compõem cada sociabilidade por ela estudada” (ibidem, p. 60), de onde emerge o caráter próprio de pensar a definição ontológica. A dedicação antropológica a situações de ameaça, “terreno privilegiado da incerteza” (ibidem, p. 60), se justifica, também, por estas produzirem interstícios de entendimento onde podem existir sobreposições de conceitos advindos de diversas tradições. A segunda conclusão do estudo, que observou os sentidos de interdisciplinaridade, observou dois campos que se interpenetram: ecologização e politização. Respectivamente, mais ao centro desse *continuum*, economia e antropologia, e, mais aos polos, ecologia e sociologia. Nesse nível de análise, observou-se uma tendência de afastamento dos confrontos discursivos em favor de colaborações por afinidade. Há o reconhecimento de que a especialização disciplinar não é suficiente para solucionar dilemas ambientais. Mas os modos de interdisciplinaridades não rompem a dinâmica disciplinar que as constituem, de forma que as aproximações ocorrem por apropriações “metonímicas” entre as áreas (como se observa no uso do sentido ecológico de “adaptação” aos eventos humanos), o que aponta para uma incipiência no tratamento de áreas díspares que não resultem na redução de uma à outra.

O estudo de Junior *et al* (2014) é elucidativo quanto ao caráter conjuntural da produção do conhecimento e o problema do apressamento relacionado à compreensão de construtos teóricos ou narrativas exógenas a partir de uma cosmologia que não é aquela que ofereceu aporte a tais construções. Mais ainda, o movimento observado de se reconhecer a existência de uma “crise” ambiental acompanhada de uma indefinição dela

mesma ou de seus contornos, produz uma necessidade de se propor soluções, mas para um problema que não se permitiu ainda à exposição ou à descrição. Esse é o apressamento. A urgência propositiva, produzida a partir de certas categorias e conhecimentos dotados de privilégio de verdade, ocorre por generalizações que sobrepujam as ocorrências locais, reforçando a centralização política do conhecimento e do poder, e, ironicamente, desqualificando o campo próprio de produção do que se vê como “crise”.

4. Por uma sustentabilidade plural

Veiga (2010) acredita que a noção de sustentabilidade evoca, em última análise, uma ética de perpetuação da humanidade e da vida. A conformação do campo de disputas que conduziram para o processo de institucionalização do desenvolvimento sustentável evidencia preocupações relacionadas à interação entre pessoas e meio ambiente que ultrapassam, evidentemente, qualquer pretensão de redução dessas preocupações ao âmbito econômico, especialmente às visões de viés neoclássico, sob a lógica utilitarista e mecanicista, como a de Solow. Não é possível acondicionar o escopo da sustentabilidade a limitações disciplinares e a projetos ontológicos que retratam o ser humano como passivos de ordens superiores, escravos de “tipos ideais”²⁹

²⁹ A partir de Weber, Bauman define “tipos ideais” como “abstrações que tentam apreender a singularidade de uma configuração composta de ingredientes que não são absolutamente singulares, e que separam os padrões definidores dessa figuração da multiplicidade de aspectos que a configuração em questão compartilha com outras” (p. 39). Não são *descrições* da realidade, mas ferramentas *construídas* para analisá-la. Logo, não configuram um privilégio de interpretação da realidade, salvo por algum tipo de favorecimento, seja ele institucional, político ou ideológico.

sob a lógica do consumismo (Bauman, 2008) ou aprioristicamente separados do meio que permite sua existência, seu acontecimento no aqui-e-agora.

Também os dispositivos que temos construído para regular nosso sistema de intercâmbio de produtos e serviços – modelos de produção e mercados – já têm sido há muito tempo objeto de profundas elaborações no interior mesmo da Economia, com a chamada “economia ecológica” (Cechin & Veiga, 2010). Enquanto a economia tradicional permanece na insistência de desconsiderar as mudanças qualitativas nas entradas e saídas de seus modelos econômicos – tratando-os como sistemas mecânicos e lineares – a economia ecológica, como no caso de Georgescu-Roegen (1995) e Daly (Veiga, 2010; Cechin & Veiga, 2010), opera uma economia vista como “um subsistema aberto de um sistema bem maior, que é finito e não aumenta³⁰. É materialmente fechado, mesmo que aberto para a energia solar” (Cechin & Veiga, 2010, p. 2). Assim, as limitações que se impõem à lógica de produção e mercado não são somente simbólicas, mas do próprio comportamento dos elementos concretos do qual depende.

Observando a insuficiência de propostas para a sustentabilidade fechadas em seu próprio campo teórico e em tentativas de políticas globais, Veiga (2014) reflete sobre alternativas descentralizadas de pensar e executar a sustentabilidade. Em artigo recente, o autor se fundamentou nos trabalhos de Elinor Ostrom para pensar uma sustentabilidade policêntrica. Veiga (2014) inicia sua argumentação ao desconstruir a ideia de que o exercício da coerção é necessário para a gestão de bens comuns. O autor assinala que “em

³⁰ Sistemas isolados são aqueles que não realizam trocas materiais ou de energia com seu exterior. É o caso do Universo (Cechin & Veiga, 2010).

inúmeros casos de exploração coletiva de bens comuns por agrupamentos humanos que deles dependem para sobreviver não foi constatado qualquer risco de esgotamento de recurso natural” (p. 8).

Pensando a partir de Ostrom, Veiga (2014) afirma que

políticas adotadas apenas em escala global não são capazes de gerar confiança suficiente entre os cidadãos e empresas, de modo a que a ação coletiva seja abrangente e transparente. Isso só é possível com iniciativas policêntricas em vários níveis, soa a supervisão ativa dos atores locais, regionais e nacionais. (...) A responsabilidade pode ser mais eficazmente assumida em unidades de governança de pequeno e médio portes que estejam ligadas entre si em redes de monitoramento de informações em todos os níveis. Para o grupo formado pelo casal Ostrom, é absurdo esperar por grandes soluções negociadas em nível global se elas não vierem já apoiadas nos esforços nacionais, regionais e locais que podem garantir que realmente funcionem. A abordagem policêntrica encoraja a experimentação por atores múltiplos, assim como o desenvolvimento de métodos de avaliação dos custos e benefícios de estratégias específicas adotadas em determinado contexto depois de comparadas aos resultados obtidos em outros (p. 16).

O autor defende que a cooperação para políticas de sustentabilidade precisa ultrapassar a centralização política que orchestra diretrizes. A governança precisa se abrir a iniciativas experimentalistas, caracterizadas por “participação aberta de uma grande variedade de entidades (públicas ou privadas), ausência de hierarquia formal no interior dos arranjos de governança, e intensa concertação nos processos decisórios e executivos” (Veiga, 2014, p. 12). Esse estilo de governança contribui para desburocratização de decisões, que congestiona as agendas políticas, reforça a inação e o manejo ideológico da lentidão para definir posicionamentos.

Veiga (2014) explica que

Enquanto nos padrões fundacional e orquestrado são fixadas regras precisas, obrigatórias e definitivas, que correspondem a pretensas certezas, no experimentalista prevalecem metas provisórias sempre ligadas a procedimentos de revisão periódica baseada em avaliação por pares (“*peer review*”), o que reflete a consciência dos limites passageiros ou duradouros das previsões. (p. 12)

Mas pensar a governança em termos de pluralidade passa pela necessidade de haver atores interessados pela própria sociedade. Como proposta de emancipação individual e social, apresentaremos a seguir reflexões e propostas pensadas a partir da abordagem gestáltica.

PARTE II

AS PESSOAS

CAPÍTULO 4

GESTALT-TERAPIA COMO PROPOSTA

1. Contextualização da passagem textual

Até aqui, temos tratado de algumas macronarrativas tecidas em torno da descrição do que se aponta como crise ambiental, assim como os projetos de desenvolvimento que as diversas sustentabilidades podem adjetivar. A complexidade da questão expõe as lacunas da disciplinarização e dos discursos universalizantes na tentativa de pensar e propor saídas. Essas lacunas não são apenas semânticas ou pensadas a partir de uma filosofia da ciência, mas são pragmáticas e de efeitos visivelmente imediatos.

No primeiro capítulo evidenciamos como as grandes conferências sobre o meio ambiente, ao mesmo tempo em que traziam para a retórica internacional a relevância da questão do meio ambiente, expunham os problemas de cooperação política internacional no sentido de um modelo inclusivo de desenvolvimento sustentável. Veiga (2013) dedica um livro inteiro à exposição dos desajustes entre governos internacionais na tarefa de assumir diretrizes pró-sustentabilidade, no sentido mais ecológico do termo que se refere ao recuo ou ultrapassamento de fronteiras ecológicas³¹. É claro que as

³¹ As fronteiras ecológicas descrevem a capacidade de autorregeneração da biosfera: a biocapacidade. Rockström *et al* (2009, citados por Veiga, 2013) explicam que, tendo como parâmetro o ano de 2009, pelo menos três fronteiras já estariam sendo transpostas, a saber: (1) a mudança climática, aferida em termos de concentração atmosférica de dióxido de carbono e de mudança no forçamento radioativo; (2) a perda de biodiversidade, aferida pela taxa de extinção de espécies; e (3) ciclo de nitrogênio, medida em termos de quantidade de nitrogênio removida da atmosfera para uso humano. Outras fronteiras se encontram em níveis críticos, como no caso das mudanças no uso da terra, que são aferidas pelo percentual da superfície de

delimitações de biocapacidade são objeto de profundas controvérsias na ciência e em como os dados são apropriados como base para delimitação de políticas, mas uma coisa é evidente: diante das incertezas, sejam elas políticas ou éticas, nós continuamos vivendo e tomando decisões. Assim, como podemos pensar os processos psicológicos – enquanto convergência sintética de nossos regulamentos biológicos, coletivos e singulares – subjacentes às nossas ações? É possível centralizar o poder das decisões a megaconferências e a elaborações científicas que o público comum, na falta do conhecimento, sequer sabe como criticar ou refletir sobre? A dificuldade em delimitar uma “crise ambiental” seria suficiente para justificar, na vida diária, a manutenção do *status quo* enquanto projetamos nas instituições e autoridades do saber a responsabilidade de orientar nossas ações por meio de programas normativos?

Assim, neste capítulo nos atentaremos a um aspecto que apenas implicitamente vimos abordando: a questão da *pessoa*, ou *pessoas*, estas que são o campo existencial de produção das retóricas sobre o meio ambiente e de vivência carnal com os ecossistemas e com os processos e produtos que a partir deles se fazem. Temos o objetivo de propor um retorno a partir das retóricas globais em direção à integração da experiência da pessoa enquanto singularidade como ponto de partida para mudança social e ambiental. Abordaremos a ideia de “pessoa” segundo o referencial teórico da Gestalt-Terapia (GT), a saber, como campo organismo/ambiente (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997). Essa escola psicológica pressupõe que, no aqui-e-

solo global convertido para produção agropecuária. Para esta última, o percentual proposto como fronteira é de 15% e, em 2009, a conversão do solo já chegava a 11,7% segundo os autores.

agora da situação concreta, o que é percebido pela pessoa como realidade é o *encontro*, ou, mais especificamente, as configurações inteiras (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997), e não abstrações de separação, possíveis apenas após o contato (Robine, 2006). Temos a esperança de conduzir a discussão o máximo possível em direção a uma abordagem inclusiva da relação.

Não almejamos construir novas narrativas fechadas com fins de orientar o comportamento das pessoas, mas propor um “pouso” das retóricas nos corpos e seres, pelo favorecimento da *awareness* total da situação concreta momento a momento e pela ampliação de consciência sobre *o estilo de vida normal*. Acreditamos que a intensificação da *awareness* contínua qualifica a presença no mundo e orienta a formação de necessidades vívidas para práticas integradas à totalidade da pessoa. Esse modo de pensar é uma alternativa ao modelo hierárquico do conhecimento, que, a nosso ver, contribui para afastar as pessoas da apropriação da autoria de suas ações.

Desejamos aprofundar a compreensão de que o construto “ecossistemas naturais”, enquanto objeto de estudo da biologia, é uma escolha metodológica. Mas a separação humano/ecossistemas é, em última instância, impossível quando se pensa qualquer dimensão da vida das pessoas³². Aspectos sociais, políticos, ecológicos, psicológico/corporais e, em muitas vezes, econômicos se concretizam em convergência quando da realização dos atos. Comprar um livro é relacionar-se com uma árvore, com o livreiro e com a

³² Não adentraremos especificamente às questões da espiritualidade e outras práticas que se legitimam desde a própria vivência de qualquer um que as reclame. Reconhecemos nossa limitação discursiva e nossa escolha em aprofundar a reflexão de aspectos políticos, econômicos, ecológicos, psicológicos/corporais e do conhecimento envolvidos na problemática ambiental. Que isso não seja compreendido como uma exclusão, pois acreditamos que a abordagem gestáltica se abre, na presença, ao acolhimento e compreensão desses aspectos da vida de quem os percebe.

própria motivação; tomar banho e lavar a louça é relacionar-se com o ciclo da água, com rios e chuvas, com políticas hídricas e com a ciência; comprar uma roupa é relacionar-se com processos complexos, como o trabalho do trabalhador, que pode ser brasileiro ou estrangeiro, com o algodão e a terra que o fez crescer, com o bicho da seda que teceu fios; andar de carro é relacionar-se com o minério de ferro extraído para produção da lataria e peças, com a mistura de borrachas dos pneus, com a atmosfera, pela liberação de CO2 resultante da combustão, com petróleo ou plantações de cana para combustível; usar determinado batom é relacionar-se com animais usados em testes de laboratório, com a indústria cosmética, com comunidades tradicionais que extraem matéria prima. Enfim, não é que possamos antever todas as interrelações envolvidas em cada ato, mas desejamos contribuir ao trabalho de terapeutas no sentido de expandir a *awareness*, de si, sobretudo, e de seus consulentes considerando também a complexidade da própria sociedade, a “minha sociedade” (Goodman, 1991).

A crescente complexificação do conhecimento nos mostra que apreender toda a cadeia relacional envolvida em cada ato de contatar é uma tarefa impossível (seja em um ato de afetação mais restrita a uma pessoa ou à coletividade), então centramos nossa espaço investigativo na experiência da pessoa na presença, como única realidade possível integradora. A presença é, ao mesmo tempo, fechada e aberta e, se pretendemos alguma mudança, precisamos operar na abertura tendo como fundo a leitura fenomenológica de experiências retidas do passado, que nos servem de ponto de partida estrutural para nosso lançamento à abertura.

Esperamos oferecer contribuições sobre o problema de pensar nosso entretencimento aos ecossistemas naturais (Branco, 1999) como sendo restrito a uma viagem à praia, a um passeio pela Chapada dos Veadeiros, a um canteiro de hortaliças em casa ou a um momento de reflexão sentado em um parque – sem tentar excluir ou violentar o sentido dessas experiências; desejamos propor integração. Nosso entretencimento às dinâmicas de exclusão social em função de heranças coloniais e opressões é igualmente amplo e se superpõe à situação do meio ambiente. O reflexo da exclusão não está somente no “outro” e também não são apenas “outros” que a praticam. A exclusão não se restringe “aos” abrigos de refugiados, “às” favelas, “ao” apelo de profissionais em missão humanitária na África, ou, tão importante quanto, “à” piedade que se sente “daquele outro” que, a partir de certas pré-concepções de bondade, é julgado como estando em situação que o faz necessitar de ajuda³³.

Como pessoas de cidade, nossa relação com os ecossistemas naturais e com os efeitos de políticas de desenvolvimento estão diluídas, entrelaçadas e grampeadas ao nosso modo de consumo, estilo de vida, escolhas de vida que, por sua vez, se ancoram em dinâmicas específicas de relação, sobre as quais a GT pode muito afetar. Interessa-nos, portanto, a *awareness* das ocorrências no aqui-e-agora, como ato de coragem pela integração da energia do excitação às ações, em vez de produzir novas orientações normativas para o comportamento.

³³ E precisamos ressaltar a vastidão de questões relacionadas à conformação dessas instituições e práticas; não pretendemos reduzir fenômenos a causa alguma. Nossa intenção ao citar esses eventos é começar a “aquecer a linguagem” e a percepção para uma realidade mais próxima.

É certo que as relações que as pessoas da cidade estabelecem com os produtos que consomem são profundamente complexas e é possível que essa complexidade contribua para que se perca de vista os fluxos energéticos, materiais e simbólicos³⁴ envolvidos nessas relações. Por isso, nossa proposta não é desenhar uma visão maniqueísta do mundo, fundada em categorias metafísicas de “bem” e “mal”, como se fossem maus os consumidores ou produtores, o que, a nosso ver, reforça comportamentos projetores. Antes, esperamos contribuir para ampliação de consciência das relações com o meio ambiente, com produtos, modos de vida, com pessoas envolvidas na possibilidade de manutenção desses modos de vida, e, sobretudo, acerca da sujeição ao poder presente nas relações que permeia nossa vivência diária com os ecossistemas. Valorizaremos a *awareness* da estrutura imediata do campo – tomado no aqui-e-agora como síntese significativa do passado e futuro (Robine, 2006) – e a defesa da experiência de conflito como possibilidade criadora contra a ideia de ordem e enquadramento das perspectivas sociais e ambientais globalizantes.

Concordamos com Latour (2004) no posicionamento de que a abordagem dos ecossistemas naturais é impossível fora das relações sociais (e interpessoais), e as primeiras se entremeiam aos efeitos de certas configurações de conflitos operados entre grupos e pessoa-a-pessoa. Precisamente por essa razão expusemos um olhar, mesmo que ainda um tanto simplista, sobre os conflitos em torno do meio ambiente em nível global e como os modos de resolução desses conflitos tendem a produzir sínteses que

³⁴ Como, por exemplo, o sentido pessoal e social que se compartilha sobre a posse de determinado bem/produto/serviço ou como algumas narrativas contribuem para uma acelerada criação e re-criação de necessidades (como a própria relação com as produções midiáticas).

escamoteiam as diferenças pela operação do poder político e do conhecimento. A experiência de compor a primeira parte deste trabalho trouxe à nossa consciência a força da importância de que conhecimentos se construam na instauração de conflitos: entre disciplinas, entre saberes tradicionais e empíricos e entre a epistemologia e *doxa* (Mignolo, 2003). A função de colocar em pauta o conflito de conhecimentos é importante para evitar que os saberes se fechem em si e para que possam recuperar, respeitados os limites de atuação, uma abordagem pluritópica do conhecimento e da vida, como contestação ao exercício do domínio. Mas a instauração e condução dos conflitos entre pessoas não é apenas um “conflito virtual” desprendido do campo. Ele está ocorrendo neste exato instante em que se lê estas linhas; mais radicalmente, está ocorrendo na medida em que o leitor concorda ou não com as ideias aqui escritas e como ele está se relacionando com elas: rejeitando, desconfiando, criticando, aceitando, selecionando, desprezando... Esses modos de contatar o conteúdo falam de como o leitor, enquanto campo organismo/ambiente, conflitua ou conflui com ele. O campo terapêutico da GT é, então, profundamente favorável à compreensão dos modos de contato no conflito e fortalecimento para emancipar-se corajosamente às estratégias fixadas de leitura do mundo.

Pensar a abordagem gestáltica³⁵ é, ao mesmo tempo, abrir-se para o sentido e para o vazio. Não há teoria de personalidade. Não há descrição de sucessões de estágios de desenvolvimento psíquico. Não há dualidade – ou,

³⁵ Indistintamente, utilizaremos também a expressão “abordagem gestáltica” como forma de estender a abrangência do termo “Gestalt-Terapia”. “Essa ampliação visa a transcender o conceito tradicional de terapia em psicologia clínica – mais comumente relacionado ao *setting* do consultório psicológico – e ressignificar a palavra *terapia*” (Fittipaldi, 2007, p. 55). A autora propõe o uso da palavra “terapia” sob um enfoque multidimensional, que reflita um comprometimento pelo cuidado da totalidade.

pelo menos, há inteira inclinação para sua superação desde Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997). Essa abordagem se abre para a incerteza e desordem inerente à existência e a convida para seus ensaios teóricos e seu método de trabalho. E é esse vazio de certezas percebido pela GT o *locus* e o tempo onde buscaremos propor mudança. Ainda não sabemos em que direção, e nem pretendemos traçá-la *a priori*: somente no encontro genuíno e pessoal saberemos os novos sentidos que se produzirão na experiência da totalidade. Assim, em nada desejamos fechar o vazio: sua manutenção é a condição de qualquer atualização.

Começemos...

2. Gestalt-Terapia: Da gestação ao interesse pelo meio ambiente

Ainda que tenha nascido sob um projeto um tanto cindido (Belmino, 2014; Robine, 2005), a GT é uma abordagem que propôs a incorporação da totalidade do campo estudado à toda investigação, admitindo explicitamente seu objetivo de superação de dicotomias teóricas e, por consequência, da experiência (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997).

O processo gestacional da GT justifica a concepção de seu projeto e dos problemas pelos quais ela se interessou. A seguir, trataremos brevemente de alguns precedentes históricos para, então, justificar o delineamento do problema que ela buscou dar conta.

Ribeiro (1985; 2011), ao percorrer o caminho de influências teóricas que esta abordagem recebeu, nos informa que ela construiu seu aparato teórico-técnico fundamentado, principalmente, em três filosofias e quatro teorias básicas: A Fenomenologia, o Existencialismo e o Humanismo, como filosofias, e a Teoria de Campo, o Holismo, a Teoria Organísmica e a Psicologia da Gestalt como teorias. Considerando os dois fundadores mais reconhecidos da abordagem, sucedeu-se a influência da Psicanálise (Belmino, 2014; Robine, 2005; Yontef, 1998), do Taoísmo e do Zen Budismo (Ribeiro, 2011), no caso de Fritz Perls, e do Anarquismo (Belmino, 2014; Cahalan, 2005), da literatura, da política e de críticas emancipadoras à sociedade e à educação, no caso de Paul Goodman (Belmino, 2014), bem como do pensamento reichiano, em ambos (Belmino, 2014; Yontef, 1998; Goodman, 1991).

Em 1950 foi formado o chamado “grupo dos sete” (Belmino, 2014), composto por Paul Goodman, Fritz e Laura Perls (que, antes de se mudar para os Estados Unidos, chamava-se Lore Posner), Isadore From, Paul Weisz, Sylvester Eastman e Elliot Shapiro (Frazão, 1997; Ginger & Ginger, 1995). Esse grupo foi um solo de troca de ideias que conformavam a identidade da nova abordagem, embora nem todos sejam amplamente reconhecidos como seus pais e mãe. Posteriormente, Ralph Hefferline passou a compor o grupo, tornando-se co-autor da obra inaugural da GT, juntamente com Fritz Perls e Paul Goodman. Publicado em 1951, o livro “*Gestalt Therapy: Excitement and Growth in the Human Personality*” constitui o nascimento oficial da abordagem.

A multiplicidade de forças e pessoas presente na fundação do projeto da abordagem gestáltica compôs muito de seu caráter (o que pode justificar

também a dificuldade de expor com clareza e unicidade seu campo epistemológico), mas, em meio à pluralidade, o livro de 1951 acaba por produzir uma síntese que expressa um forte questionamento e insatisfação direcionados ao *stablishment*.

Sabe-se que, curiosamente, para que Paul Goodman editasse suas ideias e escrevesse o volume teórico do livro de 1951 (Frazão, 1997), Fritz Perls pagou-lhe quinhentos dólares (Belmino, 2014). Entretanto, muito mais do que atuar como editor, Goodman emprestou aos escritos fundamentais da GT seu espírito crítico e insatisfação quanto ao modelo social e político da sociedade americana da época. Assim, a GT é pensada não somente pelo viés psicológico, mas também se constitui como um manifesto crítico em relação ao retrato ocidental de sociedade, com suas instituições e acordos sociais dialeticamente formados com os modos de ser das pessoas.

Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) explicam que a GT se concentra na superação de dicotomias neuróticas de teoria, tais como as clássicas “corpo e mente” ou “sujeito e objeto”, que se dissolveram na história das psicoterapias e, por conseqüência, na produção de uma visão de mundo e interpretação dos problemas humanos pela Psicologia. Esse parecia ser o problema sobre o qual a GT se debruçava. O modelo dicotômico de existência, “do sujeito que pensa a si mesmo como contraposto ao objeto” (Feijó, 2011, p. 409), parecia não mais responder às complexas demandas da sociedade, na perspectiva dos fundadores da abordagem. A elaboração deste problema conduzia à proposição de uma teoria de *self* que tentasse dissolver tais dicotomias neuróticas.

Em vez de considerar o *self* em uma acepção metapsicológica, como uma entidade psicofísica dividida em subestruturas (Belmino, 2014), os autores da GT executam uma interpretação fenomenológica da realidade e aventam um *self* enquanto “sistema complexo de contatos ao ajustamento no campo imbricado” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 179). Nas palavras de Müller-Granzotto & Müller-Granzotto (2007), “[Goodman] dedicou-se a operar uma fenomenologia do *self* entendido como sistema temporal de contatos no presente transiente” (p. 202). Ao propor *self* como contato, Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) o reposicionam e retiram do organismo estrito a propriedade sobre ele, dispondo-o enquanto função do campo dinâmico na operação do contato (Robine, 2006).

Nessa perspectiva de campo, circunscreve-se a visão de mundo e de pessoa da GT. Robine (2006) afirma que a definição de organismo é a própria definição do ambiente, ou do campo organismo/ambiente, e tal é a perspectiva de compreensão de pessoa-no-mundo. Ainda que as palavras “organismo” e “ambiente” apareçam separadas ao longo da obra inaugural, seus autores justificam que tal separação é possível somente enquanto abstração operada pela linguagem, como apreensão de experiências *já ocorridas*. Entretanto, o campo organismo/ambiente não é passível de descrição apriorística, sendo possível somente enquanto funcionamento, ato ou, mais precisamente, contato. Ele é o “interagir entre organismo e ambiente em *qualquer função*” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 42). Operacionalizar tal ideia exige que a investigação de dado fenômeno o considere como acontecimento aqui-e-agora, efêmero, em que organismo e ambiente somente revelam seus limites *após* o encontro ou, em uma linguagem gestáltica, após a atualização da

fronteira de contato (Robine, 2006). Assim, “pessoa” não se reduz a qualquer construto monádico e não é passível de ser apreendida fora de sua manifestação no contato. Ela mesma é mutabilidade, temporalidade e interdependência.

Mas, no contexto deste trabalho, um esclarecimento pode ser profícuo: é certo que por “ambiente” Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) não se referiam especificamente ao meio natural, à natureza ou a demais construtos correlatos, mas ao campo vivido, próximo ou ampliado, que permite o entretecimento de nossa materialidade à materialidade do mundo (Müller-Granzotto & Müller-Granzotto, 2007). Resgatar a dimensão temporal da vivência revela a constituição dos nossos espaços de viver, numa dança que constitui esse fenômeno inapreensível e efêmero: o presente. Este, que é somente vivido, mas nunca inteiramente capturável, é a revelação fim do movimento no contato, transcendente em si mesmo.

A abordagem gestáltica se propõe a ser uma teoria viva, totalmente dependente do encontro real em acontecimento. Assim, se considerarmos que os ecossistemas naturais co-constituem o campo que possibilita nosso existir e nossas experimentações existenciais em um espiral recursivo e complexo de interações conosco (Morin, 1996; Pena-Vega, 2003), o interesse por eles é estruturante dos primeiros passos que possibilitam a abordagem gestáltica.

Uma literatura propriamente voltada para a temática do meio ambiente na GT, a nosso ver lamentavelmente curta, começou a ser provocada ostensivamente desde Theodore Roszak, pensador e crítico social estadunidense. Foi ele o autor da obra *The Voice of the Earth*, que teve a

primeira edição publicada em 1992. Nessa obra, Roszak propunha uma nova abordagem, a Ecopsicologia, elaborada fundamentalmente em torno da noção do que ele chamou de inconsciente ecológico, coração da mente humana e representação das recordações de nossa evolução cósmica (Roszak, 1992; Carvalho, 2013). O autor descreve oito princípios da Ecopsicologia, que começam pelo reconhecimento do inconsciente ecológico em direção à criação do ego ecológico, que, segundo ele, conduz ao amadurecimento do senso de responsabilidade ética para com o planeta. Roszak (1992) critica as estruturas sociais de poder fundadas no androcentrismo que impulsionam o domínio da natureza, de maneira que sua abordagem é abertamente chegada a alguns *insights* do ecofeminismo e da espiritualidade feminista, assim como defende a desmistificação de estereótipos sexuais. Enfim, Roszak acredita que existe uma interação sinérgica entre o bem-estar pessoal e planetário (Roszak, 1992; Carvalho, 2013).

Mas foi em 1994 que sua influência sobre a comunidade gestáltica se mostrou mais “institucional”. Nesse ano, Roszak proferiu a palestra inaugural da XVI Conferência Anual do *The Gestalt Journal*, publicada em 1995 pelo mesmo periódico em artigo intitulado “*The Greening of Psychology: Exploring the Ecological Unconscious*” (Roszak, 1995). O autor chamou a atenção para a suspeita baixa representatividade do *mainstream* da psicologia e psicoterapia ocidental no campo dos estudos e soluções para os problemas do meio ambiente (ibidem). Roszak

lembrava a crescente importância dos psicólogos na mídia e seu papel político, como fornecedores de entendimento sobre a mente e o comportamento humanos. Ao mesmo tempo, essa importância encontra firmes obstáculos nos limites das noções vigentes de saúde mental. Tais noções incorporam a crença de que as relações com o mundo natural não são significativas para o

entendimento da saúde mental... Uma pesquisa aos principais manuais psiquiátricos não revela qualquer transtorno que explique o comportamento destrutivo dos seres humanos em relação à sua origem biológica (Carvalho, 2013, p. 74)

Roszak não é propriamente um teórico da GT, mas foi dele o primeiro artigo no sumário do *The Gestalt Journal* de 1995, voltado exclusivamente para publicações que tinham o meio ambiente como tema³⁶. O modo como ele teceu suas provocações parece ter sacudido a comunidade gestáltica para a relevância do assunto³⁷.

Não nos deteremos às proposições da Ecopsicologia. Será a partir do aparato teórico-técnico mesmo da abordagem gestáltica que conduziremos a discussão³⁸. Considerando a ampla literatura que trata exaustivamente dos fundamentos filosóficos e teóricos da GT (Ribeiro, 1985, 1997 e 2011; Ginger & Ginger, 1985; Yontef, 1998; D'acri & Ogler, 2007; Oliveira, 2015), não nos repetiremos nesta exposição, solicitando ao leitor que se reporte às obras citadas, caso julgue importante nesse momento. Nos ocuparemos de resgatar a discussão sobre algumas noções da teoria gestáltica importantes para o que pretendemos demonstrar, a saber: contato, fronteira de contato, excitação, campo, *awareness*, agressão, relação figura/fundo, conflito, autorregulação e ajustamento criativo. Justificamos estas escolhas por adequação ao tema, não como desconsideração de toda a fundamentação teórica e filosófica da GT.

³⁶ Foram publicados quatro artigos e uma revisão: O primeiro, de Roszak; o segundo, de John Swanson, intitulado "*The call for gestalt's contribution to ecopsychology: Figuring in the environmental field*"; o terceiro, de William Cahalan, "*The earth is our real body: Cultivating ecological groundedness in Gestalt Therapy*"; o quarto, de John Wymore, "*Wilder boundaries*" e revisão de Philip Lichtenberg.

³⁷ Marco Aurélio Bilíbio Carvalho publicou em 2013 sua tese de doutoramento que construiu pontes entre a teoria da GT, a Ecopsicologia de Theodore Roszak e a Psicologia Analítica de Carl Jung.

³⁸ Consideramos relevante ressaltar como marco teórico do interesse da comunidade gestáltica brasileira pelos assuntos do meio ambiente a publicação da obra "Holismo, ecologia e espiritualidade" em 2009(b) de autoria de Jorge Ponciano Ribeiro.

3. Noções operacionais

Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) afirmam que o objeto de estudo da Psicologia é “*a operação da fronteira de contato no campo organismo/ambiente*” (p. 43, itálico dos autores). Ao destrinchar esta afirmação, os autores elaboraram noções que operacionalizam o trabalho clínico e a compreensão teórica dos processos humanos.

Os construtos teóricos da GT tentam inspirar uma prática psicológica aparelhada para fluir junto à vivência humana, mais interessada pela compreensão e inclusão do que pela interpretação. Valoriza-se a experiência autêntica, integrada e responsável no campo e não a normatização de comportamentos. Cada uma das expressões do corpo teórico da abordagem gestáltica captam, por assim dizer, momentos do processo de *contato* no campo organismo/ambiente, e é por esta última expressão que iniciaremos uma breve exposição.

A apropriação da Teoria de Campo pela GT tem raízes na Psicologia Topológica de Kurt Lewin (Yontef, 1998; Robine, 2006; Ribeiro, 2009) e na Psicologia da Gestalt, com Köhler e Wertheimer (Robine, 2006). Trata-se de uma abordagem para examinar quaisquer elementos que sejam partes significativas “de uma totalidade conhecível de forças mutuamente influenciáveis, que, em conjunto, formam uma *fatalidade unificada interativa contínua* (campo)” (Yontef, 1998, p. 210).

Conforme demonstram Yontef (1998) e Robine (2006), há muitas teorias de campo, e a descrição mesma de campo concordará com suas teorias de

origem. Em uma tentativa de síntese e aproximação da GT, Yontef (1998) afirma que, de diferentes maneiras e graus, as teorias de campo tendem a fazer cinco presunções e quatro atitudes sobre o campo:

1. um campo é uma *teia sistemática de relacionamentos*;
2. um campo é *contínuo* no espaço e no tempo;
3. *tudo é de-um-campo*;
4. os fenômenos são *determinados pelo campo todo*;
5. o campo é uma *fatalidade unitária*: tudo afeta todo o resto; (...)
6. a realidade percebida é configurada pelo *relacionamento entre o observador e o observado*;
7. o princípio da contemporaneidade;
8. processo: *tudo é vir a ser*;
9. o *insight* das invariáveis genotípicas. (Yontef, 1998, p. 211, itálico nosso)

Robine (2006) atesta ainda para o fato de que o preceito fundamental da teoria de campo é a existência de um princípio constitutivo e organizador que designa um território relativo a si. Assim, quando falamos em campo visual, ele só existe em relação a um olho; um campo magnético é relativo a dada fonte magnética. O princípio organizador do campo tem ainda outra característica imanente: “ele pertence ao campo que define, e ele próprio está submetido às forças desse campo” (ibidem, p. 172). Decorre-se que, quando o princípio organizador é isolado ou abstraído de seu campo com fins de análise “específica”, a teoria de campo e seu método não são apropriados para abordá-lo. Portanto, qualquer postura investigativa apoiada no método da teoria de campo “deve poder apreender seu objeto sem omitir que o pesquisador e seu objeto constituem, por sua vez, um campo – como tal, submetido ao princípio de influência recíproca –, e isso qualquer que seja o objeto da investigação” (ibidem, p. 175). Considera-se que a presença do investigador é condição da conformação estrutural do campo, e não seria possível afirmar que certos fenômenos ocorreriam ou não da mesma forma sem essa presença.

Isto posto, a investigação do campo não se ancora em uma causalidade linear. Os processos são analisados a partir de causalidades complexas que envolvem o investigador. Por isso, o esforço explicativo operado a partir da presunção de externalidade conduz à incoerência metodológica e à inclusão de elementos iatrogênicos em sua descrição. O investigador, terapeuta ou pesquisador, é *do* campo (não está *no* campo), parte indissociável que compõe sua estrutura circunstancial e participa da fatalidade da qual é elemento co-produtor. O terapeuta não *analisa* o consulente, mas se afeta por ele e o afeta; co-constrói. Mostra-se a necessidade de o terapeuta desenvolver habilidade em compor, digamos, “organicamente” o campo total junto ao consulente³⁹.

Considerado como fatalidade que só revela sua estrutura no aqui-e-agora, o campo não se dá à antevisão. Já que unificado, interativo e contínuo, ele só pode ser observado desde sua totalidade em dada unidade espaço/tempo, de maneira que todas as intercorrências podem ter, com maior ou menor gradiente⁴⁰, relação de pertinência. Isso tem forte apelo no contexto terapêutico, pois, os automatismos, movimentos involuntários ou repetições manifestadas pelo consulente não devem ser fruto de atenção seletiva apriorística por parte do terapeuta, como um julgamento de impertinência.

³⁹ Robine (2006) chama a atenção para o fato de a situação terapêutica configurar-se no encontro de dois campos organismo/ambiente. O referente do campo, que produz os sentidos da experiência percebida, não é único e tem também o terapeuta como referente. “Se cada um dos membros da díade terapêutica gera permanentemente um campo morfogenético [que produz ressonância mórfica, algo semelhante ao efeito observado quando uma corda de um instrumento musical vibra por simpatia em resposta a uma onda sonora específica], uma grande parte dessa influência se efetuará fora do alcance da consciência. Isso pode levantar inúmeros problemas éticos que confirmam a necessidade de que o terapeuta tenha um conhecimento profundo de si mesmo, tenha resolvido suas situações inacabadas e tenha consciência de suas modalidades idiossincráticas de contato” (Robine, 2006, p. 195, chave minha em referência à página 189 da mesma obra)

⁴⁰ “A quantidade de influência recebida em um dado ponto do campo é medida em *gradientes*” (Robine, 2006, itálico do autor).

Esses movimentos podem ser, precisamente, indícios de modos fixados de contatar que se atualizam no campo.

O campo específico pelo qual a abordagem gestáltica se interessa é o campo organismo/ambiente. Radicalmente, *essa é a definição de pessoa*, que faz sentido como manifestação atual. Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) afirmam:

Não há uma única função, de animal algum, que se complete sem objetos e ambiente, quer se pense em funções vegetativa, como alimentação e sexualidade, quer em funções perceptivas, motoras, sentimento ou raciocínio. O significado da raiva compreende um obstáculo frustrante; o significado do raciocínio compreende problemas de prática. Denominemos esse interagir entre organismo e ambiente em qualquer função o “campo organismo/ambiente” (p. 42).

Quando chamamos campo organismo/ambiente, não se excluem as questões envolvidas nos processos de individuação. Trata-se de considerar os fenômenos que ocorrem no campo organismo/ambiente como paradigma de qualquer investigação (Robine, 2006), em que a própria individuação é possível. “O ambiente em questão não é um mundo de contornos indefinidos: não é O mundo, é o MEU mundo” (ibidem, p. 48), de maneira que o interesse do *momento* da investigação, ou atuação clínica, é sobre a estrutura presente transiente operada no campo.

O campo organismo ambiente circunscreve a experiência, definida por Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) como a operação da fronteira de contato. Na interpretação fenomenológica dos autores, fronteira não se refere ao sentido convencional de “fronteira entre”; refere-se à unidade espaço/tempo onde a experiência tem lugar. A fronteira de contato é dinâmica e efêmera, descrevendo *acontecimento*; assim, ela

não *separa* o organismo e seu ambiente; em vez disso limita o organismo, o contém e o protege, *ao mesmo tempo* que contata o ambiente. Isto é, expressando-o de maneira que deve parecer estranha, a fronteira de contato – por exemplo, a pele sensível – não é tão parte do ‘organismo’ como é essencialmente *o órgão de uma relação específica entre o organismo e o ambiente* (Perls, Hefferline & Goodman 1951/1997, pp. 43-44).

A fronteira de contato é um órgão do campo de duas faces. Robine (2006) explica que a etimologia da palavra “contato” remete ao estado em que dois corpos se tocam, que pode ser descrito metaforicamente pela experiência do tato: é possível olhar sem ser visto, mas é impossível tocar sem ser tocado pelo objeto do toque. A fronteira de contato é, então, um lugar-experiência, limitante e temporal.

A formação da fronteira de contato no campo não é aleatória. Ela é orientada e energizada pela percepção de um interesse, experimentado pela pessoa como excitação. A formação de uma figura de interesse “é um excitação crescente, sensitivo e interessado” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 47), percebida como uma emoção indiferenciada, uma tensão fisiológica ou qualquer mobilização energética experimentada no corpo. Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) afirmam:

Os excitações na fronteira de contato emprestam sua energia para a formação de uma figura-objeto mais nítida e simples, aproximando-se dela, avaliando-a, superando obstáculos, manipulando e alterando a realidade, até que a situação inacabada esteja completa e a novidade assimilada. Esse processo de contatar (...) é, em geral, uma sequência contínua de fundos e figuras, cada fundo esvaziando-se e emprestando sua energia à figura em formação, que, por sua vez, torna-se o fundo para uma figura mais nítida; o processo inteiro é um excitação consciente crescente. A energia vem tanto do organismo como do ambiente (p. 208).

Segundo Perls (1980, citado por Speranza, 2007), não existe qualquer excitação desnecessário, mas sua apropriação e realização no campo dependem da qualidade da *awareness*. Por meio da *awareness* da situação

concreta transiente é que a integração fluida e espontânea das tensões operadas pelo campo, percebidas pelo organismo como excitação, pode ocorrer ou não.

Yontef (1998) define *awareness* como “o processo de estar em contato vigilante com o evento mais importante do campo indivíduo/ambiente, com total apoio sensorimotor, emocional, cognitivo e energético. (...) A *awareness* é, em si, a integração de um problema” (p. 215, itálico do autor). Robine, (2006) define-a como conhecimento *imediate* e *implícito* do campo. Compreende-se, portanto, que a *awareness* é um processo de integração e fluidez no campo, que envolve a totalidade orgânica ocupada na formação ininterrupta e dinâmica de configurações claras, compostas por figuras de interesse contra um fundo indiferenciado das quais o organismo se ocupa.

Assim, na interpretação gestáltica, mera *reflexão* intelectual sobre o problema percebido desde a tensão orgânica, e o que se possa dele comunicar, não conduz para sua resolução. A gênese da necessidade se expande para registros corporais e experiências pré-reflexivas. Desse modo, não é acidental a tendência da prática gestáltica à experimentação, à inclusão do corpo e à criação no próprio campo terapêutico, em contraposição ao reforçamento de estratégias predominantemente racionais para a resolução de conflitos, pacificando-os apressadamente e sem robusto aporte sensorial. A alternativa gestáltica se ocupa do favorecimento de um *continuum* de *awareness* (Laura Perls, 1973, citada por Yontef, 1998), em que a forma figura/fundo não é fixa, mas montada e desmontada dinamicamente a partir de necessidades dominantes e circunstanciais no campo integrado.

A *awareness* da novidade assimilável no campo, integrando comportamento com relação a esta, e rejeição da novidade inassimilável, define o contato (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997), talvez a noção mais central da teoria e prática gestáltica. O contato descreve a maneira pela qual os organismos *persistem* no campo, pela assimilação ou pela rejeição da novidade. O ato de contatar é a realização da fronteira de contato, em que o organismo diferencia-se no campo pela assimilação do ambiente, quando o dessemelhante pode se tornar semelhante (ibidem). Dito de outro modo, é no contato que o “não-eu” transforma-se em “eu” por meio de diversos modos de internalização, revelando um “eu diferente do eu anterior, certamente, mas também diferenciado do ambiente que continua a ser o dessemelhante e a novidade” (Robine, 2006, p. 52).

Yontef (1998) considera relevante para a atuação clínica o reforçamento da compreensão de um aspecto do contato: embora a própria palavra, como empregada no senso comum, possa sugerir o ato de integração, sua implicação conceitual também se refere à rejeição/evitação. Nenhuma novidade no campo *deve* ser assimilada sob a pressuposição sintetizada em “contate isso!”. O contato dito saudável é respaldado pela *awareness*, apoiada na formação de uma figura nítida que é dinamicamente energizada pelo interesse e excitação na situação concreta.

A realização do contato revela a qualidade da estruturação da forma (gestalt), ou seja, a relação figura/fundo. Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) descrevem a realização do contato como um ciclo, iniciado pelo

apetite ou estímulo ambiental seguido da interação no campo e finalizado como crescimento do organismo.

Mas enquanto a energia que promove o contato flui ao longo do ciclo, processos de interrupção podem ser operados pelo *self* (sistema de ajustamentos criativos no campo: lembramos que não pertence ao organismo, mas é a função do campo que realiza o contato, e é configurado tanto pelo organismo quanto pelo ambiente). Essas interrupções descrevem o modo como a energia para o crescimento, que é a função fim do contato (Robine, 2006), é direcionada de determinadas formas que não completam a situação. Por exemplo: a raiva sentida diante de uma situação interpretada como injusta, embora seja percebida como algo direcionado para fora (raiva de alguém), retorna em direção à própria pessoa que, sentindo-se impedida de expressá-la ou realizá-la, contém a tensão no maxilar, cerra os dentes e puxa os próprios cabelos. Esta é uma interrupção do contato denominada de retroflexão⁴¹ (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997; Ribeiro, 2007). Em si, nenhuma interrupção é considerada não saudável: ela é contextualizada no campo, e expressa a estratégia do organismo para manter sua integridade.

O caráter dinâmico do contato descreve uma ética para o ajustamento criativo. As diversas modulações do contato definem o modo como o organismo se articulará no campo para a resolução de uma necessidade. Ajustar-se e criar são polaridades mutuamente necessárias que, respectivamente, garantem a dimensão do real e da adaptação, admitindo as

⁴¹ Ribeiro (2007) sintetizou nove modulações de interrupção do contato, com seus respectivos fatores que favorecem o desbloqueio da energia; tem-se observado a ampliação dessas descrições desde a obra de 1951.

limitações do campo à realização da necessidade percebida (Robine, 2006), e a concreção da capacidade inventiva e inovadora do organismo no campo.

As imposições fisiológicas e físicas exigem adaptação do organismo para garantir sua sobrevivência, mas as leis, autoridades e códigos de comportamento operam na realidade psicológica a mesma contenção ao aspecto criativo. Entretanto, o completo ajustamento é impossível. A autorregulação organísmica, noção emprestada de Kurt Goldstein que expressa o caráter holístico e inventivo do organismo biológico (De Lucca, 2007), impõe um estado constante entre ordem e desordem, entre equilíbrio e desequilíbrio ao organismo, mesmo quando de uma tentativa de produzir uma homeostase fixada. Com maior ou menor intensidade, a criação é exigida segundo a conformação do campo. Zinker (1997) reflete que

a criatividade é um ato de coragem que diz: estou disposto a me arriscar ao ridículo e ao fracasso para experienciar este dia como uma novidade, como algo inédito. A pessoa que ousa criar, romper limites, não apenas participa de um milagre como também percebe que, em seu processo de ser, ela é um milagre. (p. 16)

O ato criativo é a possibilidade de mudança operada por uma pessoa, e pode ter diferentes níveis de amplitude sobre o campo. A inventividade tem potencial para afetar uma relação ou um conjunto amplo de códigos sociais, e isso desafia a capacidade do terapeuta em permitir esse processo sem proceder a julgamentos que reduzem a experiência do consultante a seu próprio arcabouço de categorias explicativas, e sem projetar sobre o outro suas próprias angústias, medos da novidade e auto-contenções internalizadas desde códigos morais e, talvez mais importante, prescrições científicas que oferecem a pseudo segurança de um trabalho bem feito.

Como vimos, a situação terapêutica conforma um sistema de campos – do terapeuta e do consulente – (Robine, 2006) e, pelo princípio de reciprocidade, os elementos se afetam mutuamente. Acreditamos que a capacidade de ousar e criar do próprio terapeuta é um dos aspectos que energiza a situação do encontro. Os modos como ele se relaciona com o poder, a dominação e a normatização – elementos tão fundantes da dinâmica que rege nossa vivência do meio ambiente, conforme argumentamos na primeira parte deste trabalho – afetam estruturalmente a situação terapêutica e a qualidade do contato nesse contexto.

Por esta via justificamos nossa escolha em não propor uma normatização pró-ambiental, delineada como tentativa globalizante de definição de crise e de sua propositividade. Em vez disso, ressaltamos a necessidade de compreendermos os processos amplos que são subjacentes ao ajustamento criativo. Em psicologia clínica é clássica a inclusão de contextos significativos no entendimento de processos psicológicos do consulente, como a família e o grupo social próximo, mas, em um mundo globalizado (considerado em termos de abertura para trocas transnacionais), as influências simbólicas que estruturam o corpo de códigos que orientam o comportamento são absorvidas segundo domínios históricos e políticos amplos. Assim, quando falamos em “criar”, nos referimos também a encontrar liberdade de ousar destruir formas fixadas *estruturantes* da lógica social mais ampla e inventar, com total apoio da *awareness*, modos criativos de contatar, que possam reverberar como influência para a fluidez da lógica social fixada em torno da acumulação irrefletida e desancorada da necessidade dinâmica.

Estaríamos *aware* de nossos introjetos de controle do meio e do outro, impedindo-lhe a criação enquanto a definimos como doença? Estaríamos *aware* das relações de poder (sobre pessoas e não-pessoas) subjacentes ao estilo de vida de levamos? Enquanto terapeutas, teremos nós coragem de nos diferenciarmos da normose (Weil, Leloup & Crema, 2014), a patologia da normalidade, e nos apropriarmos da força criadora que temos de mudança social desde as escolhas diárias que realizamos?

Acreditamos que a vocação terapêutica não é regulamentar, tampouco carregar ou salvar, projetando sobre o outro o medo de que ele se desintegre diante dos conflitos que precisa se apropriar. Ser terapeuta é *cuidar* (Fittipaldi, 2007); estar-com.

Na sessão seguinte, nos dedicaremos a pensar como os fundadores da GT se ocuparam de propor uma abordagem psicológica de integração da experiência como crítica às teorias fundadas em dicotomias, que domesticam o polo do excitação por meio de construções teóricas que pressupõem um “funcionamento normal”.

4. Gestalt-Terapia: Proposta de clínica do acolhimento e integração

Os discursos globalizantes têm como um de seus efeitos a criação de uma lente homogeneizadora das pessoas, principalmente em uma dimensão coletiva. Como afirmou Lévinas (2010), a supremacia de uma ontologia que sirva para todos desconsidera a radical outridade dos que se apresentam na alteridade (e refletir desde esse pensamento levinasiano pode cair como uma

bomba sobre o modo como a abordagem gestáltica se enamora pela ontologia heideggeriana). As diferenças são escamoteadas ou tornadas suaves a partir de uma normatização simbólica que, como fruto de complexas interações e jogos de poder, se apresenta como figura do normal ou desejável. Como área de interesse para a Psicologia, a questão problemática desse processo se refere aos modos como os dispositivos de normatização simbólica são produzidos e apropriados pelas pessoas, e incorporados às suas práticas.

Consideramos que as definições sobre pessoa e/ou sociedade expressam, em certo modo, realidades objetivas somente na medida em que se acredita nelas (Morin, 1996). Assim, como ressaltamos já no início deste trabalho, o conhecimento impescinde de determinados dispositivos de reprodução e recriação, seja ele de ordem científica, moral, estética, empírica ou política: ele não existe desde si mesmo. Esses dispositivos são conformados como as instituições e seus prolongamentos de entrelaçamento à vida pública.

A psicoterapia funciona como um desses dispositivos. Embora de formas diferentes, segundo seus projetos fundacionais e concepções de “natureza humana”, as psicoterapias guardam em si uma teoria política (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997). Enquanto tal, é possível pensar que elas podem assumir uma predominância em termos de dois princípios: o de regulação e o de emancipação. Santos (2000, citado por Neubern, 2009) argumenta que esses princípios estiveram na base das batalhas instauradas em torno dos pilares da modernidade (considerando o eurocentrismo presente

na definição de modernidade), com seus projetos ontológicos, metodológicos e políticos.

O pólo da regulação está relacionado à prática do controle, à busca da estabilidade, às regras e ao instituído socialmente, “de onde surgiram os princípios do Estado, da comunidade e do mercado. Ele representava a necessidade da criação de instâncias que regulassem as trocas sociais e lhes conferissem um teor de estabilidade e segurança” (Neubern, 2009, p. 129). Já a emancipação se relaciona a práticas que concretizam e dão testemunho do aspecto criativo e crítico da vida e do pensar humano, “cujo potencial deveria auxiliar intensamente nos processos de transformação da sociedade” (ibidem, p. 128).

O efeito regulador operado pelos conhecimentos e corroborado pela clínica psicológica tem implicações no âmbito político e social, mas se encarna nos processos subjetivos de cada pessoa, na produção da auto-imagem como desviante, na percepção carnal do erro pelo conflito com o modelo: o Procusto na experiência de si.

Com uma estrutura de pensamento análoga, em termos do potencial regulador e/ou emancipador das escolas psicológicas, Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) – com destaque para Goodman – se dedicaram à análise e crítica das teorias psiquiátricas que lhes eram contemporâneas (Belmino, 2014; Goodman, 1991; Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997). O cerne dessa crítica se destinava fundamentalmente ao que eles observaram como sendo uma aceitação e incorporação de dicotomizações nas teorias psicológicas, que contribuem para a *normalização dos processos reguladores*

operados pelas instituições sobre os indivíduos frente ao “instinto”, ao desejo e à excitação. Segundo eles, essas teorias produziriam construções neuróticas da realidade (Belmino, 2014), já que a leitura desse real e seu método decorrente operam cisões: corpo e mente, *self* e mundo externo, emocional (subjetivo) e real (objetivo), infantil e maduro, biológico e cultural, poesia e prosa, espontâneo e deliberado, pessoal e social, amor e agressão, e inconsciente e consciente (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997).

A busca por compreender os fenômenos humanos em uma perspectiva fechada no subjetivismo e no intrapsíquico aprofunda a percepção da distância entre os pólos dessas cisões na própria experiência pessoal, e, ademais, constitui um erro teórico (Belmino, 2014), já que as estratégias de enfrentamento do sofrimento pensadas a partir dessa perspectiva incorrem na valorização de certos processos ditos “psíquicos” em detrimento de outros aspectos que constituem a fatalidade e a contemporaneidade do campo presente (Yontef, 1998), assim como das relações sistêmicas mais amplas (Robine, 2006).

A reflexão acerca dessas dicotomias e seus efeitos sobre o campo da experiência humana levou os fundadores da Gestalt-Terapia a propor um estilo terapêutico fundado na ética do ajustamento criativo, que expressa a *reintegração* da norma introjetada reguladora à criação singular emancipadora. Goodman se refere à integração, e não exclusão da apropriação da norma, já que ela compõe a estrutura do campo presente.

Ademais, para Goodman, outro ponto fundamental de ser reconhecido é que não é possível a desconstrução de toda forma de repressão. As estratégias de repressão são respostas a atitudes construídas socialmente, e não formadas exclusivamente para o controle social. As repressões fazem parte do modo

como o contrato social é construído, porém, a pergunta que deve ser feita é: o nosso atual contrato é de fato o melhor possível? (Belmino, 2014, p. 114)

Um dos fundamentos da criatividade é o excitação, cuja pressuposição de existência é justificada por Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) pelo aspecto mesmo de nossa animalidade. Como função ancorada na fisiologia, o excitação está sempre presente e não é passível de repressão psicológica (ele seria irreprimível). A repressão é caracterizada como hábito neurótico cristalizado decorrente de sucessivas interrupções do contato. Belmino (2014) explica: “Inibição são as formas de supressão ou interrupção do contato que são, muitas vezes, deliberadas. Após várias inibições deliberadas, o corpo aprende essa forma de inibição e, por isso, ela é reprimida” (ibidem, p. 122).

Assim, a percepção de um conflito entre o excitação e uma norma introjetada na situação concreta é valorizada pela GT como possibilidade da criatividade. O conflito disponibiliza simultaneamente o modo como a apropriação da norma ocorre como interrupção do contato e o excitação orgânico, que pode ser, pela *awareness*, energizado para formar uma figura vívida de interesse que alimenta o contato saudável e integrado.

Pois nossa situação atual, qualquer que seja a esfera de vida que examinemos, deve ser considerada como um campo de possibilidades criativas, caso contrário é francamente intolerável. A maioria das pessoas parece persuadir-se, ou permitir que as persuadam, dessensibilizando-se e inibindo suas lindas faculdades humanas, de que sua situação atual é *tolerável*, ou mesmo bastante razoável. Elas parecem, julgando pelo gênero de suas preocupações, conceber uma ‘realidade’ que é tolerável, à qual se pode adaptar com certo grau de felicidade. Contudo, esse padrão de felicidade é demasiado baixo, desprezivelmente baixo; temos vergonha de nossa humanidade. Não obstante, felizmente, o que concebem como sendo a realidade não o é de maneira alguma, mas sim uma ilusão desconsolada (e para que diabos serve uma ilusão que nem ao menos dá consolo!).

O problema é que, de modo geral, existimos num estado de emergência crônico, e a maior parte de nossas capacidade de amor e perspicácia, raiva e indignação está reprimida ou embotada. (...) Contudo, se entrarmos em contato com essa realidade terrível, nela existirá também uma possibilidade criativa. (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997 pp. 63-64, itálico nosso)

Desse modo, a cisão que se cristaliza por sucessivas interrupções do contato descreve os hábitos neuróticos (e não “pessoas neuróticas”). Apesar da palavra, a neurose não é compreendida pela GT como desvio com relação à representação do normal, mas como uma função saudável de ajustamento criativo do organismo no campo. Ela se refere aos “mecanismos que servem de amortecedores e válvulas de segurança para proteger a fronteira de contato” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 119). Em outras palavras, trata-se de estratégias que, em si, são saudáveis como adaptação autopreservadora ante um contexto de ameaças cronificadas - que anunciam não somente consequências “puramente físicas”, mas simbólicas, como reprimendas morais.

Supondo essa cronificação de ameaças dos contextos sociais (na forma de leis, códigos morais e correlatos), os fundadores da GT pensaram uma “antropologia do anormal” não como desvio da norma; eles desejavam refletir sobre como o modo comum da vida e da cultura operam a neurose. As excentricidades sociais sintomáticas não seriam as patologicamente importantes (como os ditadores, as guerras e a arte incompreensível), mas o “conhecimento e a técnica normais, o modo comum de vida” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 119), onde se circunscrevem as excentricidades. Assim, Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) falam em uma neurose social e epidêmica e se dedicaram a pensar a divisão neurótica como decorrência fatalista da história evolutiva da espécie humana.

4.1. A divisão neurótica

Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) acreditam que a neurose é ela mesma parte da natureza humana e tem sua antropologia. Tratar-se-ia de uma faculdade recentemente adquirida na longa história de mudanças evolutivas do ser humano.

Na leitura dos autores, o desenvolvimento da postura ereta favoreceu a obtenção de uma visão de longo alcance e em profundidade, mas, ao mesmo tempo, se tornaram menos apurados os sentidos próximos, como o olfato e o paladar; com a diferenciação dos membros e, em última instância, dos dedos, a boca e os dentes se tornam menos úteis para a manipulação. A visão estereoscópica permitia o delineamento de contornos, discriminando-os em um campo, o que favoreceu o aumento expressivo entre as impressões percebidas no campo e a seletividade deliberada para guiar a manipulação que, agora, se faz predominantemente pelas mãos. Essa habilidade de isolar objetos de suas situações “aperfeiçoa a memória e é o início do processo de abstração” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 120).

A capacidade de abstrair muda o modo de relação com os objetos: o humano pode deter-se diante deles para uma discriminação com a consciência mais intensificada, mas pode então distrair-se do objetivo que o moveu para a relação com o objeto, esquecendo-o ou deliberadamente adiando-o, processo que possibilitaria o inacabamento de situações. O afastamento da percepção e da manipulação com relação aos objetos de interesse estaria no cerne da redução da “sensação de fluxo vivo com o ambiente” (Perls, Hefferline &

Goodman, 1951/1997, p. 120), incluindo coisas e pessoas, que se tornam objetos abstraídos.

A relação com esses objetos assume outra modalidade, agora mediada por instrumentos construídos como extensões do corpo. Junto “com clamores instintivos e situacionais” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 121) surge também a linguagem denotativa. A manipulação de objetos por instrumentos e a linguagem podem ser ensinados e espontaneamente imitados, o que contribui para o estreitamento do laço social. Mas são precisamente essas abstrações elevadas que debilitam a percepção da unidade do campo: “objeto, pessoa, instrumentos, palavra – começarão a ser consideradas como a base original de contato, como se fosse preciso uma atividade mental deliberada de ordem mais elevada para entrar em contato” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 121). As relações passam a ser predominantemente *mediadas*, e a base para o contato, que antes se dava em termos de “junto com”, agora passa a ter o instrumento no lugar onde operava o “junto”: o instrumento promove um distanciamento no campo organismo/ambiente entre o excitação e sua realização concreta.

O fluxo energético no contato é alterado e somos agora seres simbólicos. As relações são mediadas por imagens, representações e sentimentos abstraídos de um “eu-percebido indiferenciado, que reflete as outras pessoas” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 122). E essa é a sociedade da divisão do trabalho, em que pessoas usam deliberadamente umas às outras como instrumentos; surgem os tabus e as leis, que refreiam o organismo em favor do supra-organismo e mantém as pessoas em relação.

Controladas por tabus, as imitações tornam-se introjeções inassimiláveis, a sociedade estando contida dentro do *self* e, em última instância, invadindo o organismo; as pessoas tornam-se meramente pessoas em lugar de serem *também* animais em contato. *A autoridade internalizada deixa o caminho aberto para a exploração institucional do homem pelo homem e de muitos pelo todo.* (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, pp. 122-123, itálico nosso)

São os símbolos e regras sociais que mediam as relações interpessoais os conformadores da ameaça crônica ante as possibilidades complexas de inadequação a tantas modelagens. Se já não pode haver nenhuma medida intrínseca estável e se estamos diante de tantos padrões que não podem ser inteiramente atendidos, a divisão neurótica é operada como função saudável e criativa *realizada na tentativa – e sucesso – de proteger a fronteira no contato.* O organismo recorre a interrupções do contato como tentativa de manter ou reestabelecer sua experiência de equilíbrio. Mas a formação da figura de interesse no campo, ou seja, da própria necessidade, torna-se mais frágil e débil, já que é ancorada fortemente em abstrações e símbolos fixados mais distantes da excitação. O conflito se instaura: a percepção psicológica da necessidade é difusa e a orientação para o ato fica mais desnorçada.

Mas quando esse conflito é experienciado como sofrimento epidêmico – e não nos referimos mais interessadamente às excentricidades de interesse clínico, mas a sofrimentos diários, como ansiedade, tristeza, ciúme, inveja, privação, desânimo, tédio etc. – muitas perguntas circunstanciais se impõem. Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) inspiram um questionamento importante: se no conflito entre sociedade e indivíduo poderíamos determinar que alguns comportamentos sejam “antissociais”, não é possível pensar também em costumes e instituições da sociedade como sendo “antipessoais”? O que falar das regras de convivência que compartilhamos? Que falar das

representações que fazemos dessas relações e da frustração que sentimos ante o não atendimento dessas representações?⁴²

⁴² Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) refletem sobre o problema de ensinar e idealizar a sexualidade como sendo algo belo, extremamente excitante, que não é “suja”: “mas claro que ela é literalmente suja, entre urina e fezes; e *ensinar* que é extática (em lugar de deixar que isto seja a surpresa de um momento) só pode causar decepção na grande maioria das pessoas, cujas agressões estão bloqueadas e, portanto, não podem, elas próprias, ceder e nem destruir a resistências nos outros, e levá-las a perguntar: ‘O quê, é só isso?’” (p. 146).

CAPÍTULO 05

ABORDAGEM GESTÁLTICA COMO CLÍNICA EMANCIPADORA

1. Defesa da desordem: conflito e agressão

O que a psicoterapia tem de fazer para impedir essa respeitabilidade burocratizante? Simplesmente, *exercer pressão para que se avance para a próxima resistência.* (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 147, itálico dos autores)

A divisão neurótica é convergência e fatalidade das interações entre o humano e o que não é ele ao longo da história. É essa interação, ou seja, a própria operação da fronteira de contato, o campo de possibilidades que pode ser vivido tanto como tentativa fixada de manter a segurança pelo bloqueio de contato com a novidade quanto como experiência de crescimento e mudança. Como defendem esses autores, a experiência do conflito “interno” ou “psicológico”, no sentido de dentro da pele ou percebido como próprio, será tão mais percebida como sofrimento quanto maior for o esforço do organismo em rejeitá-la (tanto imediatamente, pela evitação deliberada, quanto por uma estratégia de supressão do conflito, em forma de autoconquista apressada e conformada). Mas essa mesma experiência guarda em si a possibilidade de *integração*, já que, no momento mesmo em que é percebida e sentida como presente, ela torna disponível, na fronteira de contato, a excitação orgânica

que está posta em contrariedade à regra, acordo social, construção simbólica ou representação abstrata introjetada.

Esse tipo de conflito do qual estamos falando, na clínica gestáltica, não precisa então ser pacificado, no sentido de domesticado ou “ressignificado”, como decorrência de uma nova representação que se ofereça como alternativa, e não precisa ser “removido”; esses conflitos são “fortemente energizados e plenos de interesse” (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997, p. 163) e guardam em si a sabedoria organísmica que *sinaliza* a existência de uma tensão experimentada “internamente” como oposição. A presença do conflito é, então, oportunidade de ampliação da *awareness*, que, *no contato*, pode ter inúmeros modos e direções de se desenrolar.

A abordagem gestáltica não pressupõe um fim para a experiência dos conflitos pessoais e nem dos conflitos grupais, mas se abre à insegurança do mistério quando se desbloqueiam as excitações organísmicas que energizam a relação figura/fundo. O que acontecerá se em vez de médica eu puder ser artista? Ou o que acontecerá se, em uma família de artistas, eu me interessar por engenharia e integrar esse interesse à minha ação? O que acontecerá se eu demonstrar um interesse sexual? O que acontecerá se eu assumir as estranhezas de minha espiritualidade? O que acontecerá se eu aceitar o desafio de me apropriar de necessidades primárias, como descansar mais e comer melhor? Afinal de contas, como foi que eu cheguei até aqui?

O potencial de mudança é concretizado pela energia da agressão, que, na abordagem gestáltica é compreendida como uma função do apetite (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997). Ela não é aqui compreendida como

aniquilação violenta, indiferente ao que está sendo manipulado. A agressão é mobilizada pela energia da necessidade e ocorre na interação com um objeto *de interesse*. Trata-se do processo de desestruturar “um todo em fragmentos, para assimilá-los como partes num todo novo” (ibidem, p. 148). Na vida, ela expressa nosso movimento de interagir no conflito, experimentando a chegada da novidade, se permitir à troca que, na presença, poderá ser percebida como nutritiva ou nociva. Mas essa percepção não é apressada, como quando nos esquivamos do conflito energizado ou nos damos por “engolidos por ele”; ela imprescinde da interação, de estar junto-com, para então se dar a assimilação ou a rejeição (ou ambas).

É possível que sejamos tomados por sentimentos evitativos, como o medo, quando falamos em desbloqueio da energia da agressão, da manipulação, da transfiguração. Mas como esse medo se justifica? Na situação terapêutica é comum que as pessoas, na prática do experimento, se retesem e temam enxergar enormes demônios saindo de si quando se imaginam integrando sentimentos como raiva, inveja e rancor ao ato presente. Mas o contexto da terapia gestáltica não se empenhará em aniquilar o medo da pessoa que o sente porque ele a protege, é ajustamento criativo. A tarefa é estar junto com o outro, que, mesmo na presença compartilhada, tem uma história que lhe é própria, com símbolos e representações introjetadas como sendo dele próprio, e são estes ajustamentos criativos que delineiam a face do medo. A *awareness* dos sentimentos e dos excitamentos como parte do conflito experimentado é o que é favorecido no contexto terapêutico e não uma insistência traduzida como “aja de acordo consigo mesmo”. Seguindo a proposta da Teoria Paradoxal da Mudança (Yontef, 1998), é possível que os

medos de ousar encontrem maior possibilidade de serem superados a partir de seu acolhimento. Afinal, como podemos superar algo que não conhecemos?

Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997) insistem que a psicoterapia precisa ser conduzida no sentido de não arregimentar novos introjetos, ou ao menos comprometer-se com essa atitude. Desse modo, comandos em direções específicas refletiriam muito mais a ansiedade do terapeuta em dominar o conflito do consulente e, assim, proceder ao aprofundamento da falta de *awareness* da estrutura do conflito experimentado na presença, com os excitamentos e as representações introjetadas que se opõem. Isso não significa, por exemplo, a ausência de posturas por parte do terapeuta que frustrem a pessoa. A tônica da relação é determinada pela presença e, como elemento de favorecimento do crescimento, o terapeuta tem a tarefa ética de conhecer seus modos idiossincráticos de fazer contato e de estar *aware* de si-no-campo, a fim de facilitar e suportar estar junto do outro na angústia da incerteza, do medo, sem se adiantar ao ritmo de interação ou fuga do consulente.

E isso é o que queremos expor, em primeira instância, como saída às práticas psicoterapêuticas que funcionam como mais um instrumento de regulação e de colonização do que é “feio”, “sujo”, “medonho”, “estranho” e “involutivo”, inclusive dentro de interpretações da Gestalt-Terapia. Sejam, então, conduzidos à incerteza e à angústia como fonte da novidade que, com cuidado, aceitação da alteridade e *awareness* contínua, nos ensinam modos de estar na experiência do outro como elemento orgânico aos seus modos de contatar. A excitação organísmica no campo organismo/ambiente é talvez a

referência mais óbvia que energiza o delineamento de uma figura de interesse contra um fundo, mas essa excitação não aparecerá sempre como representação do belo ou de uma espontaneidade idílica que perdemos outrora (quem sabe na infância!). Ela pode, da mesma forma, ter a imagem do horror, do estranho, do excêntrico, do exagerado e do nojento. Seremos capazes de permiti-los às nossas vistas como expressões autênticas de saúde?

Então quando falamos em “consideração positiva” e em “relação dialógica”, preconizamos a inclusão, a presença, o compromisso com e a vividez do diálogo (Yontef, 1998) tanto quando nos deparamos com sentimentos “frios”, como a tristeza, a melancolia e o falatório defletor⁴³, como quando com sensações “quentes”, que podem incomodar os referenciais do terapeuta. Essa é a oposição à tentativa de instituição de uma ordem contínua e controladora, que tenta domesticar os modos de contatar em favor de não provocar mudanças significativas no *status quo*.

Pensamos que a redução das pessoas a representações caricatas de si mesmas é uma das formas mais sutis e silenciosamente cruéis de colonização. Um processo de dominação silenciosa não se dá a ver como dominação de maneira óbvia e, portanto, torna reduzidas as possibilidades do outro oferecer resistência ao domínio, já que não o percebe ou apenas sente um estranhamento difuso. Assim, quando fazemos a defesa pela desordem que a

⁴³ Segundo Delisle (1999, citado por Vieira, 2010) a deflexão é uma “estratégia para reduzir a intensidade do contato como, por exemplo, o desvio do olhar, a utilização de termos vagos e a expressão de forma exagerada”. Sobre modos de bloquear e desbloquear o contato, Jorge Ponciano Ribeiro (1997) tratou longamente em sua obra “O Ciclo do contato”. Longe de ser uma tipologia de pessoas, já que a Gestalt-Terapia não tem uma teoria de personalidade, o ciclo do contato é um instrumento terapêutico que oferece aporte à compreensão da estrutura do contato sempre em dado momento, então ele funciona como um sinalizador para o terapeuta sobre a organização do campo e sobre como determinadas forças estão interagindo.

excitação, expressão da singularidade na situação concreta, tem potencial de promover, estamos propondo interações do tipo “junto-com”, contra a mera fixação em símbolos “bons” ou “ruins” que se apresentam como instrumento de relação até mesmo consigo⁴⁴. E como símbolos, falamos de fenômenos estreitamente relacionados à constituição da auto-imagem e da necessidade e também da projeção de representações sobre o outro. Uma presença domesticada também se esforça por domesticar outras ou se resigna diante da opressão, reforçando-a pela passividade.

A função de nossa atuação, enquanto é terapêutica, é também *política!* E essa é a segunda instância de saída à lógica comum de produção de narrativas universais, sejam elas sobre desenhos do desenvolvimento ou sobre os modos de sustentá-lo pela “proteção” do mundo natural. Quando lembramos que o conhecimento, a política e economia (consumo) são protagonizados por *pessoas*, e não são meras regras desencarnadas, recai sobre nós mesmos a responsabilidade de ser agente de mudança sobre o que percebemos, ainda que difusamente ou desconfiadamente, como problemático. É claro que sobre essa “responsabilidade” deveríamos ressaltar a inapreensível pluralidade de situações e “variáveis” envolvidas nos processos históricos e situacionais, momento a momento, que conformam as interações sociais. Portanto, a responsabilidade não tem direção pré-definida, ela nasce da *awareness*, de maneira que sua realização autêntica será sempre criativa e produtora de mudança em algum nível.

⁴⁴ Usamos “relação consigo” no sentido expresso por Critelli (2013), sobre a capacidade do humano de tornar-se dois-em-um, quando detém-se em si mesmo pelo pensamento e, assim, pondera, reflete e questiona-se.

A miséria do outro que é, por exemplo, submetido à guerra é também a minha própria miséria de cegar-me à sua condição e sobre como posso, nos processos comuns da vida expressos em atos “normais”, atuar como reforçador do que oprime. Desse modo, eu mesma oprimo. Dar-se conta de que regras e representações o são somente na medida em que *peessoas* as mantêm como tal a cada situação corriqueira da vida tem um potencial de abrir mais caminho para o conhecimento criativo, tendo como parâmetro a situação concreta, que comporta a excitação. Acreditamos que esta abertura conduz para muitos modos de se praticar a democracia, não somente como modelo institucional, mas como estratégia de trazer para as retóricas dominantes as vozes que surgem como diferença.

Aletheia! Sair da letargia!

2. A natureza na vida e o diálogo dos muitos

“Falar da natureza sem rever a democracia das ciências não teria grande sentido”. Bruno Latour (2004, p. 366)

“Improvisar é seguir os modos do mundo à medida que eles se desenrolam, e não conectar, em retrospecto, uma série de pontos já percorridos”. Tim Ingold (2012, p. 38)

“O primeiro remédio é levar a grande “Sociedade” menos a sério e interessar-se pela sociedade que temos”. Goodman (1972, citado por Robine, 2006, p. 238)

O esforço deste trabalho tem sido demonstrar que não é necessário operar disruptivas entre o conhecimento, a política e a criatividade do transcorrer da vida diária para abordar o que temos percebido, ainda que difusamente, como uma crise do meio ambiente. Enquanto nos acomodamos ao acordo de particularizar à ciência⁴⁵ e outras instituições “superiores” o domínio de todo o conhecimento e propositividade válida, a vida ocorre, a energia de nossa criatividade espontânea se esvai em projetos inacreditavelmente sem sentido, já que fundados em objetivos racionalmente estruturados, mas distantes da percepção, momento a momento, da vida.

Não pretendemos enredar nossa discussão em imagens de um sonho bucólico onde, movidos pela livre expressão da espontaneidade, viveríamos em paz e harmonia junto-com as outras pessoas e os ecossistemas. Embora esse sonho não deva mesmo, em medida alguma, ser desqualificado, já que os sonhos são também realidades para nós e plenos de sentido, nossa intenção é propor a integração do sonho ao mundo da matéria em fluxo (Ingold, 2012), com as limitações e aberturas que se mostram a cada vivência, em *awareness* contínua dos modos como fazemos e bloqueamos contato no campo. Esses modos não falam somente de um “funcionamento psíquico do sujeito”,

⁴⁵ Ressaltamos que de maneira alguma desejamos construir uma oposição ou desconsideração da ciência com relação ao avanço do conhecimento sobre o meio ambiente. O que intencionamos é propor uma apropriação da responsabilidade que todos temos sobre a realidade que construímos.

encapsulado e invariavelmente preso às representações, mas são ancoradas e tornadas possíveis, *na abertura mesma do tempo*, em um dado campo relacional muito mais amplo, que transcende os laços sociais mais próximos de família e amigos.

Trata-se de nos apercebemos dos processos que, na situação concreta, convergem para a distinção de uma necessidade e para uma atuação no campo com relação a ela. Ansiedade que é concretizada como consumo... Depressão como experiência de desconexão, frieza existencial e falta de sentido... Violência e aniquilação como resposta indiscriminada à frustração... Dominar para se antecipar ao domínio... Sentir-se desajustado ao ver-se enfadado pelo trabalho, pelo casamento, pelo projeto da casa própria e o carro do ano... Buscar desesperadamente soluções estéticas para aplacar o sentimento ruim de uma auto-imagem degradada desde o próprio olhar⁴⁶... A abordagem gestáltica se oferece como possibilidade de ampliação de consciência, pessoa a pessoa, da própria inteireza e dos mecanismos de auto-preservação que as pessoas utilizam como tentativa de saúde em um tempo de constante ameaça, sob a regência de símbolos normatizadores.

Nós precisamos mudar a retórica dominante sobre a noção de crise e seus correlatos, como o conflito. Mais uma vez, não intencionamos pintar de rosa as situações difíceis que circunscrevem os conflitos, mas, junto com todas as outras cores, o rosa também pode se dar a ver. Se a resposta ante a crise é fixada em estratégias para antecipar o equilíbrio – como na autoconquista

⁴⁶ É claro que nos referimos aqui *com maior ênfase* às populações urbanas e sob forte influência da cosmovisão da modernidade. Ainda que reconheçamos os aspectos ambientalmente degradantes presentes em formas de sociedades tradicionais ou puramente rurais de subsistência (não do agronegócio), a massividade dessa degradação se deve esmagadoramente às necessidades da vida das cidades (Branco, 1999).

descrita por Perls, Hefferline & Goodman, (1951/1997), na paz negativa explorada por Fittipaldi (2007) ou na própria guerra – por mecanismos simbólicos que conduzem à opressão, violência, dominação e à resignação passiva, anula-se o potencial criador inerente à toda desordem.

A abordagem complexa nos ensina que a ordem é ela mesma geradora da desordem, que, por sua vez, é nova fonte geradora de ordem (Pena-Vega, 2003). Pensar as relações pelos princípios de disjunção-redução, equilíbrio estático e universalização, que estão na base de nossa necessidade de segurança e antecipação, ignora as irreversibilidades e novas emergências (Morin, 1996) que surgem como fatalidade espontânea da auto-eco-organização⁴⁷ dos sistemas. Mas isso só fará sentido se compreendermos que o meio ambiente (Branco, 1999) não é, em absoluto, uma instância independente da vida humana.

Por que insistimos que a natureza está em nós? Por que dizemos que a vida pessoal diária é, continuamente, um ato sobre a natureza? Por que dizemos que nós, enquanto expressão da singularidade, somos a sociedade? Bem, pensemos o estudo científico sobre isso que consideramos ser puramente natureza como objeto. Na lógica das duas câmaras, conforme explorado por Latour (2004), o cientista vai ao mundo dos objetos silenciosos, que nada dizem de si, apenas dão-se a ver. Ele faz observações, constrói métodos, expurga enganos e depura dos dados a verdade. Mesmo que desconsiderássemos todo o envolvimento e interesse do cientista com seu objeto – que se tenta evitar, com muito mérito, pelo esforço metodológico –,

⁴⁷ Refere-se à dinâmica própria dos sistemas de realizarem, espontaneamente, uma organização interna complexa junto-com e a partir de uma organização complexa que lhe seja externa (Pena-Vega, 2003).

essa verdade vem à vida pública, e entre a comunicação da verdade e sua instrumentalização há muito ato político envolvido.

Quando falamos em “proteger a natureza”, muitas intercorrências se apresentam como geradoras do próprio problema e das soluções. Definir a crise (Foladori & Tomasino, 2001), em si, já é uma tarefa difícil e que exige um ponto de partida: estamos falando de um esforço ético de conservar a natureza sem o humano? Isso seria possível? Se quisermos proteger as baleias, as árvores e os animais explorados na indústria alimentícia, desejaremos proteger também vírus e bactérias nocivas ou letais a nós, mas que também compõem a biodiversidade? Qual será o critério de conservação? Estamos falando da possibilidade de uma catástrofe ambiental movida por ações antrópicas? Se sim, é, em última instância, a espécie humana que queremos conservar ao proteger a natureza? Queremos proteger a espécie humana e, junto com isso, conservar as funções ecológicas básicas? Estaríamos *aware* das mudanças que precisamos empreender, tanto pessoalmente quanto como *ativistas*, no nosso modo de conceber a vida, as relações, o sucesso, o consumo, os preconceitos, a moral e outros símbolos entretecidos à vivência cotidiana? Temos coragem de nos apropriarmos dos próprios conflitos pessoais ou locais em vez de projetarmos *nos símbolos e instituições* (o Governo, o Estado, a Economia, a maldade, o desamor e a incompreensão dos outros) a responsabilidade de promover qualquer saída criativa ou de enfrentamento ao que sentimos como problema? Como Goodman (1972, citado por Robine, 2006) refletiu, será que, nos meandros da Sociedade, podemos nos encontrar com a *nossa* sociedade? É possível que, mais do que uma crise ambiental, ou

uma crise da natureza, estejamos vivendo o que Latour (2004) observou como sendo uma crise da *objetividade*.

Seja como for, a natureza jamais será pura externalidade, porque ela só nos interessa e passa a ser existente para nós como relação. Ainda que, diante do método científico, o pesquisador se esforce em apreendê-la, *nenhuma atitude de interesse humano sobre a natureza é possível fora de sua própria relação com ela*. Mesmo essa separação verbal, que se nos impõe por nossa tradição do conhecimento e pela linguagem, é representativa. Na vivência, o que percebemos são configurações inteiras (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997). E, na abordagem gestáltica, a *awareness* da configuração do campo presente, por si só, é integradora e criativa, e *favorecê-la é mudança social*. O esforço do terapeuta é compor organicamente o campo que se forma na relação com o consulente, comprometendo-se com sua própria *awareness* para cuidar de seu próprio modo de contatar, que pode funcionar como entrada iatrogênica de reprodução normativa na vida do outro (ou, às vezes, reconhecemos e precisamos reconhecer, como limitação pessoal autêntica e respeitável do próprio terapeuta). Ser terapeuta é um constante laboratório de auto-cuidado e auto-experimentação, por causa de si e por causa da missão que assume.

Os esforços de teorizar sobre a vida, no horizonte da abordagem gestáltica, serão, assumidamente, sempre incompletos; algo sempre escapará (Robine, 2006). O esmero em teorizar não se mostra somente no modo de descrever e qualificar as categorias de valor clínico que, pelo menos como caminho e momento do conhecimento, fazem sentido, mas em valorizar os

múltiplos matizes da experiência, que podem ser inapreensíveis pela linguagem verbal ou por qualquer construto estrutural. Sob a orientação fenomenológica, a abordagem gestáltica propõe como forma de vivência terapêutica, dentre tantas outras, a construção de *experimentos* (Perls, Hefferline & Goodman, 1951/1997; Yontef, 1998) ancorados no campo presente. Alvim & Ribeiro (2009) ressaltam que o trabalho com a experiência imediata por meio da “experimentação” não pode ser reduzido ao uso do experimento como técnica. Os autores afirmam que ao “se basear na experimentação, fazendo uma passagem da explicação para a experiência, a Gestalt-terapia permite que o ato psicoterápico seja um campo de experiência” (ibidem, p. 39). A experimentação terapêutica acontece como confiança amparada pelo cuidado; é abertura e possibilidade de *vivência* da agressão criativa.

Mas pensamos que essa estratégia criativa não precisa se restringir aos espaços clássicos de atendimento psicológico, como consultórios, hospitais, clínicas de internação, escolas e outras instituições, ou à configuração comum desses mesmos espaços. William Cahalan (1995) publicou no *The Gestalt Journal* de 1995 o inspirador artigo “*The Earth is our Real Body: Cultivating Ecological Groundedness in Gestalt Therapy*”, que, com estilo bem livre, aborda exemplos de atividades e posturas vivenciadas na prática clínica como forma de expandir a *awareness*. Ainda que não estejamos em completa concordância com os caminhos argumentativos usados no artigo, Cahalan (1995) suscita uma reflexão sobre as fixações que nós terapeutas vivenciamos quando da configuração do *setting* terapêutico e da escolha de estratégias. O autor lembra que aspectos não verbais compõem a experiência terapêutica e

comunicam. Assim, todos os cuidados que tomamos na configuração do espaço de atendimento, como os elementos presentes na decoração ou na funcionalidade do lugar, provocam as pessoas. Elas podem se mostrar intrigadas, repelidas, indiferentes, identificadas ou uma combinação disso (Cahalan, 1995)⁴⁸. O autor descreve atendimentos realizados fora de prédios, durante uma caminhada ou uma paragem para explorar outros elementos na construção de um experimento. Gestalt é permissão para criar (Ribeiro, 2006) e, para criar, é preciso, cuidando do campo, explorar.

Mas, na abordagem que construímos neste trabalho, a natureza não é apenas a mata, o oceano ou os animais. Ela está contida e contém a vida diária, em situações concretas. Nossas necessidades e a concreção delas, nossas escolhas, nossa moral e ideais de sociedade, alimentadas por macronarrativas de desenvolvimento, se entretecem à natureza. Todas as nossas necessidades, desde as funções fisiológicas básicas (auto-regulação conservativa) até as realizações pessoais dependem de interações, de transformação de energia do meio. Assim, juntamente com a necessidade de pensarmos juntos as instituições de interesse pela natureza, que estão visceralmente ligadas às lógicas do desenvolvimento, precisamos pensar, criticar, contatar e agredir nossos estatutos e dispositivos sociais, como mais uma tentativa criativa de se fazer democracia.

⁴⁸ Cahalan (1995) relata, por exemplo, que em seu consultório havia recipientes para reciclagem de papel e alumínio.

3. Considerações finais

O argumento central que tentamos desenvolver é o de que a vivência do meio ambiente é diária e próxima, e é permeada por estruturas de poder. Ampliar consciência sobre a extensão de causas sobre o que vivemos hoje difusamente como uma crise ambiental leva-nos à reflexão sobre como o modo com que exploramos os recursos naturais se aproxima do modo como o controle é operado também intersubjetivamente. Assim, expomos uma síntese à guisa de conclusão:

- 1- A delimitação de uma crise ambiental não é unificada. Ela precisa ser pensada em sua multiplicidade de vozes, movimentos sociais e saberes que a reconhecem e se ocupam dela;
- 2- O desenvolvimento sustentável é, antes de tudo, um conceito político e, como tal, pode ser apropriado por diferentes orientações político-ideológicas, desde aquelas que o utilizam como bandeira para o aprofundamento do crescimento econômico indiscriminado até aquelas que pensam a necessidade de uma economia global em decrescimento. Pensar o tema do meio ambiente a partir do desenvolvimento sustentável pode abrir o olhar sobre as relações de dominação física e simbólica circunscritas aos modos de uso dos ecossistemas naturais, em âmbito coletivo (na forma de políticas, leis e cultura) e singular;
- 3- Narrativas globalizantes sobre o desenvolvimento escamoteiam o valor intrínseco das diferenças coloniais e abafam o respeito pela alteridade nas relações pessoa-a-pessoa. Elas não definem de fato a realidade e nem são traduções de como a vida é e/ou deve ser. Essas narrativas são antes atos

políticos que privilegiam certos grupos enquanto operam subalternizações de outros. É necessário reconhecer o caráter pluritópico do conhecimento como fundamento de proposição política sobre o desenvolvimento, tema absolutamente definidor de políticas globais sobre o meio ambiente;

4- Qualquer proposta de sustentabilidade precisa ser analisada e criticada em termos do que ela pretende sustentar para superar sua utilização ideológica. A definição de sustentabilidades nasce em meio a conflitos de saberes, o que expõe a necessidade de abordagens multidisciplinares e integradas às particularidades históricas, sociais e simbólicas locais;

5- Como objeto de interesse para a vida pública, é impossível pensar a natureza como externalidade absoluta (Foladori & Taks, 2004);

6- O meio ambiente é constitutivo da vida pública como tal, e ele se constrói e se afeta a cada ato diário das pessoas, que, em suas escolhas e estilos de vida, atuam no sentido de desmantelar ou reforçar as estruturas de poder contidas nas relações e atos sociais. A qualidade dessa afetação aparece, por exemplo, quando alguém faz escolhas sobre o que, quando e de quem comprar algo, sobre o que come, sobre o modo como realiza sua profissão, sobre como participa da vida política em sua comunidade e nação, sobre os temas e projetos pelos quais se interessa e investe seu tempo etc.;

7- As representações compartilhadas sobre o meio ambiente também constituem o fundo de onde emergem as figuras de interesse para as pessoas. Por esta razão, a Psicologia, como denunciou Roszak (1995), não pode se abster de pensar a emergência desse tema. Por esta razão, consideramos importante trazer para este trabalho uma exposição crítica das retóricas globais sobre o meio ambiente, com o desejo de favorecer a discussão do tema nos

contextos de produção de conhecimento da abordagem gestáltica na atualidade;

8- A Gestalt-Terapia é uma abordagem clínica da pessoa que valoriza a emancipação. Seu aparato teórico-técnico revela esse posicionamento político enquanto propõe a criatividade como instrumento de mudança social, contra a desvalorização do excitamento, este que é testemunho da singularidade das pessoas. Ela instrumentaliza terapeutas a encorajarem cuidadosamente a integração da experiência da pessoa pela *awareness* e pela concreção de atos autênticos, com total apoio sensorimotor, emocional, cognitivo e energético. Acreditamos que esta é uma alternativa à letargia e alienação dos processos de poder subjacentes aos modos de contatar, que concretizam nossos atos políticos de afetação sobre o meio ambiente;

9- É preciso empreender esforços no sentido de mudar a concepção comum de conflito, entendido unicamente como um processo “ruim”. Ele constitui uma possibilidade de realização da energia criadora da agressão, e precisamos ter coragem para não reprimi-lo ou pacificá-lo prematuramente, operando, assim, controle e dominação sobre a possibilidade de sínteses realmente inovadoras para sua resolução. Romper com o silêncio do conflito implícito e superar a lógica da violência pela supressão do outro constitui um campo de valorização e inclusão de modos criativos de agredir a lógica cega das estruturas sociais de poder que tentam justificar tal ou qual modo de abordagem do meio ambiente. Se uma colonização das subjetividades pode ser operada silenciosamente como instrumento de manutenção da atual lógica prevalecente de abordagem do meio ambiente (expressa, por exemplo, em correntes de sustentabilidade que pretendem manter a lógica de expansão

econômica e pelos fracassos reiterados de uma governança mundial pela sustentabilidade), é necessário agitar os conflitos como forma de superar a letargia e expor as normas implícitas a nossos modos de contatar, momento a momento, que definem nossos estilos de vida. A antropologia anormal, conforme pensada por Perls, Hefferline & Goodman (1951/1997), se interessa, afinal, pelo modo comum e corriqueiro da vivência social das pessoas.

10- Nossa escolha por não desenhar precisamente um programa de orientação ao comportamento das pessoas com relação ao meio ambiente se justifica por nosso desejo de respeito pela alteridade e como confiança no papel do contato fluido para mudança social e da postura sobre o meio ambiente. A clínica gestáltica do ajustamento criativo valoriza e confia nesse potencial transformador do contato, não como conformismo disfarçado (Tellegen, 1984), mas como inovação da estrutura presente do campo. Defendemos uma ética do ajustamento criativo fundada na co-existência da pluralidade de atuações da pessoa, seja ela cientista, política, terapeuta, mãe, criança, idoso, operário, homem, mulher, heterossexual, homossexual, indígena, brasileira, paquistanesa, líder religiosa, professora ou autora de quaisquer outras missões. Legitimamos a perspectiva de que as vivências das pessoas tem uma sabedoria própria que, em vez de dominada aprioristicamente por normas comportamentais, precisa ser valorizada como princípio para o saber e para a normatização política.

11- Por fim, toda proposta de projeto desenvolvimentista e manejo de recursos naturais precisa considerar também o caráter local do saber e das dinâmicas políticas operadas pelos atores sociais. Tecendo reflexões a partir de Mignolo (2003; 2005), consubstanciadas por Veiga (2014), e da abordagem

gestáltica, podemos caminhar em direção à elaboração de políticas da natureza realmente democráticas e pluritópicas, ancoradas na realidade e nas possibilidades de fato disponíveis para as pessoas, como contestação à dominação silenciosa do conhecimento a serviço do poder. Esperamos ter contribuído para a percepção de que não há conhecimento desencarnado, logo sua concreção em ações constituirá sempre um ato político, passível de contestação legítima e retransformação desde o próprio modo de vida das pessoas. A transformação social, ao menos em sua dimensão iniciadora, não precisa ser autorizada, apenas apropriada⁴⁹!

⁴⁹ Não no sentido de agir “corretamente” ou apropriadamente a alguma situação. Nos referimos a *apropriar-se*; tornar-se autor de.

REFERÊNCIAS

Alvim, M. B. & Ribeiro, J. P. (2009). O lugar da experimentação no trabalho clínico em Gestalt-terapia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 9(1), 37-58;

Anand, P.; Hunter, G., Smith, R. (2005). Capabilities and well-being: evidence based on the sen-nussbaum approach to welfare. *Social Indicators Research*, 74(1), 9-55 [versão eletrônica]. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27522237>;

Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar;

Belmino, M. C. (2014). *Fritz Perls e Paul Goodman: Duas faces da Gestalt-terapia*. Fortaleza: Premius;

Branco, S. M. (1999). *Ecossistêmica: Um abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente*. São Paulo: Blücher;

Brum, H. (2013). *Capabilities para quem? Uma crítica a Amartya Sen*. *Diversitates*, 5(1), 92-108 [versão eletrônica]. Disponível em <https://diversitatesjournal.files.wordpress.com/2013/08/v5n1-artigo6.pdf>;

Bursztyn, M. & Bursztyn, M. A. A. (2006). Desenvolvimento sustentável: Biografia de um conceito. In Nascimento, E. P. & Vianna, J. N. S. (orgs). *Economia, Meio Ambiente e Comunicação*. Rio de Janeiro: Garamond;

Cahalan, W. (1995). The earth is our real body: Cultivating ecological groundedness in gestalt therapy. *The gestalt journal*, Nova Iorque, 18(1), 87-114;

Caiden, G. E. & Caravantes, G. R. (1985). *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul: [s.n];

Carvalho, M. A. B. (2013). *De frente para o espelho: Ecopsicologia e sustentabilidade*. Tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília;

Cattani, M. & Bassalo, J. M. F. (2008). Entropia, reversibilidade, irreversibilidade, equação de transporte e teorema H de Boltzmann e o teorema do retorno de Poincaré. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, 30(2), 1-9;

Cechin, A. & Veiga, J. E. (2010). O fundamento central da economia ecológica. In: May, P. H. (Org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier;

Colmegna, P. (2005). Reflexiones acerca del papel del/La antropólogo/a em proyectos de desarrollo. In Leite, I. B. (org). *Laudos Periciais Antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA;

Colovan, S. C. T. & Silva, D. (2005). A entropia no ensino médio: Utilizando concepções prévias dos estudantes e aspectos da evolução do conceito. *Ciência & Educação*, 11(1), 98-117 [versão eletrônica]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v11n1/09.pdf>;

Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. (1995). *Agenda 21*. Brasília: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações;

Critelli, D. M. (2013). *História pessoal e sentido da vida: Historiobiografia*. [edição digital]. EDUC;

D'Acri, G., Lima, P., & Orgler, S. (orgs) (2007). *Dicionário de gestalt-terapia: "gestaltês"*. São Paulo: Summus Editorial.

De Lucca, F. Espontaneidade. In D'Acri, G., Lima, P., & Orgler, S. (orgs). *Dicionário de gestalt-terapia: "gestaltês"*. São Paulo: Summus Editorial;

Feijó, A. M. L. C. (2011). A crise da subjetividade e o despontar das psicologias fenomenológicas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 16(3), 409-417;

Fittipaldi, A. Q. (2007). *Construindo uma Cultura de Paz: a Abordagem Gestáltica como um Instrumento*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília;

Foladori, G. & Taks, J. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, 10(2), 323-348 [versão eletrônica]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/mana/v10n2/25163.pdf>;

Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra;

Frazão, L. M. (1997). Prefácio de Gestalt Terapia. In Perls, F., Hefferline, R., & Goodman, P. *Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus Editorial;

Georgescu-Roegen, N. (1995). *La décroissance: Entropie, écologie, économie*. (tradução e apresentação de Jacques Grinevald e Ivo Rens). Paris: Éditions Sang de la Terre;

Ginger, S. & Ginger, A. (1985). *Gestalt uma terapia do contato*. 3a edição. São Paulo: Summus Editorial;

Goodman, P. (1991). *Nature heals: The psychological essays of Paul Goodman*. [Amazon Kindle]. (Trabalho original publicado em 1945);

Grossman, G.M. & Krueger, A.B. (1995). Economic growth and the environment. *The Quarterly Journal of Economics*, 110(2), 353-377;

Guimarães, R. P. & Fontoura, Y. R. S. (2012). Rio+20 ou Rio-20? Crônica de um fracasso anunciado. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, 15(3), 9-39;

Ingold, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: Emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 18(37), 25-44;

Jankó, F.; Móricz, N., Vancsó, J. P. (2014). Reviewing the climate change reviewers: Exploring controversy through report references and citations. *Geoforum*, 56, 17-34;

Jatobá, S. U. S.; Cidade, L. C. F., Vargas, G. M. (2009). Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: Diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, 24(1), 47-87;

Junior, R. D. S.; Ferreira, L. C., LewinSohn, T. M. (2014). Sustentabilidade entre interdisciplinaridade e propositividade: um olhar para artigos científicos em ecologia, economia, sociologia e antropologia. *Sociologias*, Porto Alegre, 16(37), 42-70;

Latour, B. (2004). *Políticas da natureza: Como fazer ciência na democracia*. São Paulo: EDUSC.

Lévinas, E. (2010). *Entre nós: Ensaio sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes;

Machado, A. A. (2006). O local e o global na estrutura da política ambiental internacional: a construção social do acidente químico ampliado de Bhopal e da Convenção 174 da OIT. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 28(1), 7-51;

Machado, V. F. (2006). A Produção do Discurso do Desenvolvimento Sustentável: de Estocolmo à Rio-92. *Anais do III Encontro da ANPPAS. Brasília*;

Malthus, T. R. (2007). *An essay on the principle of population*. Nova Iorque: Dover Publications;

Máximo, A. & Alvarenga, B. (2006). *Física*. Volume 2. São Paulo: Scipione;

Mayr, E. (2005). *Biologia, ciência única*. São Paulo: Companhia das Letras;

McCormick, J. (1992). *Rumo ao paraíso: A história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará;

Mendonça, L. J. V. P. (2012). Políticas sociais e luta de classes: Uma crítica a Amartya Sen. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, 11(1), 65-73;

Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais/Projetos globais: Colonialidade, sabers subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG;

_____ (2005). Prophets facing sideways: The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *Social Epistemology*, 19(1), 111-127;

Miller Jr, G. T. (2008). *Ciência Ambiental*. São Paulo: Cengage Learning;

Molion, L. C. B. (2008). Aquecimento global: Uma visão crítica. *Revista Brasileira de Climatologia*, 3(4), 7-24 [versão eletrônica]. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/revistaabclima/article/viewFile/25404/17024>;

Morin, E. (1996). *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América;

_____ (2005). *O método 3: O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina;

Mosé, V (2011). Poema recitado no programa Café Filosófico. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=XSYzRn3UJ_o;

Muller-Granzotto, M. J. & Muller-Granzotto, R. L. (2007). *Fenomenologia e Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus Editorial;

Nascimento, E. P. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos avançados*, São Paulo, 26(74), 51-74;

Neubern, M. S. (2009). *Psicologia, Hipnose e Subjetividade: Revisitando a História*. Belo Horizonte: Diamante;

Oliveira, P. M. C. & Dechoum, K. (2003). Facilitando a compreensão da segunda lei da termodinâmica. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, São Paulo, 25(4), 359-363;

Oliveira, V. L. (2007). Liberdade e poder em Amartya Sen: Uma leitura crítica. *Desenvolvimento em questão*, 5(9), 9-31 [versão eletrônica]. Disponível em <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/135/91>;

Oliveira, M. A. (2015). *A experiência das psicoses: Um olhar teórico-clínico da Gestalt-terapia*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica e Cultura, Universidade de Brasília.

Organização das Nações Unidas (2012). *O futuro que queremos*. Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável.

Pena-Vega, A. (2003). *O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa*. Rio de Janeiro: Garamond;

Perls, F., Hefferline, R., & Goodman, P. (1951/1997). *Gestalt-Terapia*. São Paulo: Summus;

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). *Relatório sobre o desenvolvimento humano*. Anuais: 1990-2013. Disponível em <http://www.pnud.org.br>;

Rees, W. E. & Wackernagel, M. (2013). The Shoe Fits, but the Footprint is Larger than Earth. *PLOS Biology*, 11(11), 1-3. Disponível em http://www.footprintnetwork.org/images/article_uploads/PLOSBio.1001701_OpenAccess.pdf;

Ribeiro, G. L. (2000). *Cultura e política no mundo contemporâneo: Paisagens e passagens*. Brasília: Editora Universidade de Brasília;

Ribeiro, J. P. (1985). *Refazendo o caminho*. São Paulo: Summus Editorial;

_____ (1997). *O ciclo do contato: temas básicos na abordagem gestáltica*. São Paulo: Summus Editorial;

_____ (2006). *Vade-mécum de Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus Editorial.

_____ (2009). *Gestalt-terapia de curta duração*. São Paulo: Summus Editorial;

_____ (2009b). *Holismo, ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Summus Editorial;

_____ (2011). *Conceito de Mundo e de Pessoa em Gestalt-terapia - Revisitando o Caminho*. São Paulo: Summus Editorial;

Robine, J. M. (2005). A Gestalt-terapia terá a ousadia de desenvolver seu paradigma pós-moderno? (M. B. Alvim, Trad.). *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 5(1), 102-126;

_____ (2006). *O self desdobrado: perspectiva de campo em gestalt-terapia*. São Paulo: Summus;

Romão, F. L.; Ribeiro, A. S., Romão, L. P. C. (2011). A crise ambiental analisada a partir do princípio de incerteza de Heisenberg e do conceito de paradigma de Thomas Khun. *Scientia Plena*, 7(11), 1-10;

Roszak, T. (1992). *The Voice of the Earth*. Nova Iorque: Simon & Schuster;

_____ (1995). The Greening of Psychology: Exploring the Ecological Unconscious. *The Gestalt Journal*, Nova Iorque, 18(1), 9-46;

Ryan, J. G. & Schlup, L. (2006). *Historical Dictionary on the 1940s*. Nova Iorque: Armonk;

Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond;

Sartori, E. (2015). Climate Changes: How the atmosphere really works. *Open Journal of Applied Sciences*, 5, 151-168 [versão eletrônica]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4236/ojapps.2015.54016>;

Sequinel, M. C. M. (2002). Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável – Joanesburgo: entre o sonho e o possível. *Análise Conjuntural*, 24(11), 12-15;

Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras;

Siche, R.; Agostinho, F.; Ortega, H., Romeiro, A. (2007). Índices versus indicadores: Precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, 10(2), 137-148;

Siedenberg, D. R. (2006). Desenvolvimento: Ambiguidades de um conceito difuso. *Cadernos EBAPE*, 4(4), 1-14 [versão eletrônica]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v4n4/v4n4a11.pdf>;

Speranza, M. (2007). Excitação/excitamento. In D'Acri, G., Lima, P., & Orgler, S. (orgs). *Dicionário de gestalt-terapia: "gestaltês"*. São Paulo: Summus Editorial;

Tellegen, T. A. (1984). *Gestalt e grupos: Uma perspectiva sistêmica*. São Paulo: Summus Editorial;

Tomasino, H. & Foladori, G. (2001). (In)certezas sobre la crisis ambiental. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, 8, 49-68;

Torres, A. P. R. (2007). O sentido da política em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 30(2), 235-246;

Veiga, J. E. & Zatz, L. (2008). *Desenvolvimento sustentável: Que bicho é esse?* Campinas: Armazém do Ipê;

Veiga, J. E. (2010). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond;

_____ (2010b). *Sustentabilidade: A legitimação de um novo valor*. São Paulo: Editora Senac São Paulo;

_____ (2013). *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. São Paulo: Editora 34;

_____ (2014). O âmago da sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 28(82), 7-21;

Vieira, L. (2009). Reflexões acerca da esquizofrenia na abordagem gestáltica. *Anais do X Congresso e XII Encontro Nacional de Gestalt-Terapia*, Vitória;

Xavier, A. M.; Lima, A. G.; Vigna, C. R. M.; Verbi, F. M.; Bortoleto, G. G.; Goraieb, K.; Collins, C. H., Bueno, M. I. M. S. (2007). Marcos da história da radioatividade e tendências atuais. *Química Nova*, 30(1), 83-91 [versão eletrônica]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/qn/v30n1/18.pdf>;

Yontef, G. M. (1998). *Processo, diálogo e awareness ensaios em gestalt-terapia*. São Paulo: Summus Editorial;

Weil, P.; Leloup, J. Y., Crema, R. (2014). *Normose: A patologia da normalidade*. Petrópolis: Vozes;

Zinker, J. (1997). *Processo criativo em Gestalt-terapia*. São Paulo: Summus Editorial.